



DIÁLOGOS DO TEMPO PRESENTE

Historiografia e História

Rafael Saraiva Lapuente
Rafael Ganster
Tiago Arcanjo Orben
(Orgs.)



A coletânea que chega às mãos dos leitores é uma tentativa de reunir pesquisadores de diferentes universidades brasileiras. O objetivo disso é buscar sintetizar um pouco daquilo que se convencionou chamar de história do tempo presente. Com essa finalidade, surgiu o primeiro grande desafio. Isso porque poucos historiadores discordariam da afirmação de que a definição do termo é, no mínimo, polêmica. E foi justamente em função disso que se levanta a relevância e contribuição desta obra. Até porque, deve-se destacar que a lógica bastante presente ainda no senso comum, de associar os historiadores a verdadeiros “antiquados”, “guardiões” do “passado longínquo”, ainda é bastante forte. A lógica presente nessa coletânea é, também, desfazer essa visão distorcida do fazer historiográfico, buscando ratificar que nosso ofício é marcado especialmente pelo estudo de problemas, e não de recortes temporais, como bem advertiu Marc Bloch em *Apologie pour l’histoire*, onde desde lá já combatia essa associação. Além dessa assertiva, esse livro traz a singularidade de reunir professores universitários, doutores e estudantes de pós graduação. Com isso, a obra acabou unificando tanto trabalhos “consolidados” como pesquisas com resultados ainda em andamento. Podemos, nesse ínterim, também ressaltar a outra face dessa heterogeneidade de trabalhos aqui presentes: o leitor encontra nesse livro desde artigos ligados a teoria e metodologia, buscando uma definição mais complexa sobre o que pode ser entendido como história do tempo presente, bem como textos que abordam a história econômica, da imprensa, audiovisual, rural e política.



DIÁLOGOS DO TEMPO PRESENTE



Comitê Editorial

CAROLINE TECCHIO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DANIELE BROCARDO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DOUGLAS SOUZA ANGELI

Doutorando em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

EVERTON FERNANDO PIMENTA

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

GUILHERME FRANCO DE ANDRADE

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LEANDRO DE ARAÚJO CRESTANI

Doutorando em História, Universidade de Évora, Évora (Portugal)

LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LUIZ ALBERTO GRIJÓ

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL GANSTER

Mestre em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL HANSEN QUINSANI

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL SARAIVA LAPUENTE

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

TIAGO ARCANJO ORBEN

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

VINÍCIUS AURÉLIO LIEBEL

Doutor em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ

DIÁLOGOS DO TEMPO PRESENTE

Historiografia e História

Rafael Saraiva Lapuente
Rafael Ganster
Tiago Arcanjo Orben
(Orgs.)



Diagramação e capa: Lucas Fontella Margoni

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Historicus - 1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

LAPUENTE, Rafael Saraiva; GANSTER, Rafael; ORBEN, Tiago Arcanjo (Orgs.)

Diálogos do tempo presente: historiografia e história. [recurso eletrônico] / Rafael Saraiva Lapuente; Rafael Ganster; Tiago Arcanjo Orben (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

187 p.

ISBN - 978-85-5696-170-9

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. História, 2. Historiografia, 3. História contemporânea, 4. Filosofia da história. I. Título. II. Série

CDD-901

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia da história 901

SUMÁRIO

PREFÁCIO - Maria Helena Rolim Capelato	9
APRESENTAÇÃO	13
HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE E HISTORIOGRAFIA François Dosse	15
OLHARES PARA A HISTÓRIA: PÓS-COLONIALISMO, ESTUDOS SUBALTERNOS E DECOLONIALIDADE Daniele Brocardo; Caroline Tecchio	37
COMO É POSSÍVEL ESCREVERMOS A HISTÓRIA DO NOSSO TEMPO Rafael Saraiva Lapuente	57
EXPERIÊNCIAS RURAIS E URBANAS NA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ Tiago Arcanjo Orben	83
A ÁRVORE DE GERNIKA E OS FRUTOS DA HISTÓRIA: CINEMA E GUERRA CIVIL ESPANHOLA 80 ANOS DEPOIS Rafael Hansen Quinsani	107
OS REPRESENTANTES DA “NOVA DIREITA”: OS THINK TANKS E A DIVULGAÇÃO DO NEOLIBERALISMO PARA O BRASIL DA NOVA REPÚBLICA Lidiane Elizabete Friderichs	139
PARA VER CRISTINA: A MÍDIA BRASILEIRA, A ARGENTINA E O “EFEITO ORLOFF” Luiz Alberto Grijó	165

PREFÁCIO

A "história do tempo presente" tem uma história a ser lembrada: de início, foi muito contestada não por historiadores, mas também pelos especialistas de outras áreas das humanidades. A duras penas, acabou sendo legitimada e atualmente, além de muito prestigiada, ocupa lugar de destaque na historiografia.

A introdução do historiador François Dosse sobre o tema permite que o leitor acompanhe as dificuldades enfrentadas pelos seus pares franceses que tiveram o mérito de abrir caminho para a estruturação desse campo novo. Contribuíram muito, também, para a definição mais precisa de métodos, técnicas de trabalho, tratamento das fontes e refinamento teórico.

Além dos preconceitos advindos da identificação do campo com o jornalismo, o recurso às *fontes orais* (entrevistas) também era questionado. O reconhecimento dessa metodologia só ocorreu quando elas foram submetidas a técnicas bem elaboradas e testadas passo a passo. Não menos problemática foi a aceitação da *memória* como elemento importante para o estudo do tempo presente: tal dificuldade se explica pelas questões teóricas que envolvem um estudo dessa natureza. Entre nós, foram as pesquisas sobre as ditaduras do Cone Sul que abriram caminho para essa ousadia.

As resistências com relação à capacidade do historiador de manter distanciamento ao analisar acontecimentos e processos próximos de seu tempo foram sendo vencidas pouco a pouco.

No Brasil, a história do tempo presente ganhou novo estímulo a partir das "comemorações" do cinquentenário do golpe militar de 1964. A motivação para revisitar os acontecimentos traumáticos desse passado recente se explica, tanto pelo interesse em compreender aspectos importantes desse momento histórico, como pela vontade política de manter viva a memória das atrocidades e denunciar os crimes cometidos.

Nos dias atuais, a legitimidade desse campo é consensual. Historiadores e especialistas de outras áreas admitem que a história do tempo presente é construída a partir de bases científicas tão legítimas como as de outras áreas das humanidades.¹

¹ No Brasil, teve papel importante o livro organizado por Lucília de Almeida Neves Delgado e Marieta de Moraes Ferreira intitulado **Historia do Tempo Presente**. RJ, FGV Editora, 2014.

O livro organizado pelos professores Tiago Arcanjo Orben, Rafael Saraiva Lapuente e Rafael Ganster atesta o interesse dos brasileiros pela compreensão do nosso passado mais recente. Além da qualidade dos textos publicados, de autoria de professores universitários e pós-graduandos, cabe salientar outro mérito dos organizadores da obra que deram oportunidade para que os jovens pesquisadores pudessem divulgar suas pesquisas em andamento.

A publicação reúne artigos que abordam uma diversidade de temas relacionados à "história do tempo presente". Além de textos referentes à história política, história da imprensa ou história e memória, que mobilizam os historiadores dessa área, o leitor aqui encontra abordagem de assuntos de natureza diversa.

Cabe mencionar alguns exemplos: o texto sobre "Experiências rurais e urbanas na região Sudoeste do Paraná", de autoria do doutorando Tiago Arcanjo Orben, analisa relações de poder no interior da estrutura agrária e fundiária da região recorrendo à memória e história oral dos que viveram essa experiência. Menciono, também, a discussão apresentada pelas autoras Daniele Brocardo e Caroline Tecchio sobre vertentes historiográficas que foram se consolidando a partir de questões sociais, culturais, intelectuais do tempo presente que exigiam reflexão de especialistas de várias áreas e regiões distintas. Elas se referem a autores do chamado "Terceiro Mundo" que criticam a abordagem eurocentrista e colonialista explícitas na produção de pesquisas realizadas sobre os povos colonizados por intelectuais do "mundo desenvolvido". Numa outra perspectiva, discutem autor(a)es que, filiados à corrente do chamado "estudos subalternos" analisam ideias e práticas políticas/culturais impostas pelos "donos do poder e do saber", indicando formas de resistência a esse tipo de dominação.

Rafael Saraiva Lapuente analisa um tema da história política mais recente que suscita grande polêmica. Partindo de sua recente pesquisa sobre o Partido dos Trabalhadores (PT) no Rio Grande do Sul, o autor fez menção às dificuldades que enfrentou ao optar pela análise de um tema político do "tempo presente" que desperta muitas paixões. Este aspecto já foi muito discutido entre os historiadores dessa área e todos concluem que a experiência é válida.

Rafael Hansen Quinsani, ao contrário, explorou um tema relacionado a um episódio ocorrido num passado bem distante mas que até os dias de hoje provoca comoção ao ser lembrado através de relatos, romances, pinturas, filmes que reconstróem a memória do bombardeio da cidade de Guernica, no ano de 1937: o trágico episódio foi provocado pelos alemães que, na Guerra Civil Espanhola, eram aliados do Exército do General Franco. A memória traumática relacionada aos horrores dessa guerra até hoje desperta paixões. O autor recuperou essa memória a partir do filme *Gernika* (nome da cidade em basco), procurando mostrar que, embora tenha ocorrido há 80 anos, o acontecimento continua produzindo ecos no "tempo presente". Ou seja, trata-se de um "passado que nunca pode ser esquecido". Cale esclarecer que tal questão provoca muita polêmica entre os que defendem a necessidade de repetição incessante da "memória traumática" e os que propõem o seu "esquecimento".

Menciono, finalmente, os textos de Lidiane Elizabete Friderichs sobre o "neoliberalismo" e o de Luiz Alberto Grijó sobre o papel político da "grande imprensa" na "história do tempo presente".

Os objetivos da política neoliberal analisados, de forma precisa, por Lidiane, representa uma contribuição importante para a compreensão do nosso momento, no qual se desenrola forte disputa entre os que, identificados com os interesses do grande capital, defendem a aplicação de uma política neoliberal e os que a refutam veementemente. Embora o tema esteja inserido no campo da história econômica, trata-se de um assunto candente da história política do Brasil pelas consequências que a aplicação das teses neoliberais, como mostra a autora, quando postos em prática afetam, profundamente, os setores da sociedade excluídos das benesses do capitalismo. Cabe lembrar que, desde o início da "Nova República" a opção por esse tipo de política econômica proposto por grupos da chamada "nova direita", divide os brasileiros e gera conflitos como os que ocorrem nos dias atuais

Luiz Alberto Grijó também aborda uma questão candente dos tempos atuais: aborda o posicionamento de jornais da "Grande Imprensa" brasileira (sul-riograndense principalmente) contra o

governo argentino "peronista" de Cristina Kirchner, identificado com os governos de Lula/Dilma, ambos definidos como populistas. O tema é muito pertinente porque mostra como a *Grande Imprensa* brasileira assume, novamente no presente, a prática provocativa utilizada naquele período de grave crise política. O governo de Getúlio Vargas da década de 1950 foi, constantemente, equiparado, nas páginas dos jornais, ao governo peronista. No entanto, foi Jango Goulart o mais visado: até provas forjadas foram divulgadas contra o herdeiro político de Getúlio, para incriminá-lo de planejar um golpe no Brasil apoiado por Perón. A associação entre Vargas, Jango/Perón e, posteriormente, entre Lula/Dilma Roussef/Cristina Kirchner consiste numa estratégia política da imprensa que, nos dois casos, revela uma tendência golpista que se repete quando seus proprietários "suspeitam" que seus interesses políticos/empresariais estão sendo ameaçados.

Os dois últimos textos mencionados, embora não discutam questões metodológicas sobre a temporalidade em foco, representam contribuições importantes para reflexões sobre o presente.

Organizada a partir de temas diversos e abordagens diversas, não tenho dúvidas de que, nesta coletânea, o leitor encontrará elementos importantes para refletir sobre as várias possibilidades de pesquisa que oferece este campo mais recente da pesquisa historiográfica.

Profª Drª Maria Helena Rolim Capelato

Professora-titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Presidente da Associação Nacional dos Professores Universitários de História - ANPUH (2015-2017)

APRESENTAÇÃO

A coletânea que chega às mãos dos leitores é uma tentativa de reunir pesquisadores de diferentes universidades brasileiras. O objetivo disso é buscar sintetizar um pouco daquilo que se convencionou chamar de *história do tempo presente*. Com essa finalidade, surgiu o primeiro grande desafio. Isso porque poucos historiadores discordariam da afirmação de que a definição do termo é, no mínimo, polêmica. E foi justamente em função disso que se levanta a relevância e contribuição desta obra.

Até porque, deve-se destacar que a lógica bastante presente ainda no senso comum, de associar os historiadores a verdadeiros “antiquados”, “guardiões” do “passado longínquo”, ainda é bastante forte. A lógica presente nessa coletânea é, também, desfazer essa visão distorcida do fazer historiográfico, buscando ratificar que nosso ofício é marcado especialmente pelo estudo de problemas, e não de recortes temporais, como bem advertiu Marc Bloch em *Apologie pour l'histoire*, onde desde lá já combatia essa associação.

Além dessa assertiva, esse livro traz a singularidade de reunir professores universitários, doutores e estudantes de pós graduação. Com isso, a obra acabou unificando tanto trabalhos “consolidados” como pesquisas com resultados ainda em andamento. Podemos, nesse ínterim, também ressaltar a outra face dessa heterogeneidade de trabalhos aqui presentes: o leitor encontra nesse livro desde artigos ligados a teoria e metodologia, buscando uma definição mais complexa sobre o que pode ser entendido como *história do tempo presente*, bem como textos que abordam a história econômica, da imprensa, audiovisual, rural e política.

Essa heterogeneidade foi pensada de forma proposital. Nosso objetivo foi obter uma pluralidade maior de textos. Até porque, *grosso modo*, é possível afirmar que a história do tempo presente esteve bastante associada ao retorno do político. Tanto que não é difícil apontar para o fato de as coletâneas com a temática do tempo presente costumemente abrirem mais espaço para a história política, em detrimento de outras áreas.

Por fim, os organizadores aproveitam o ensejo para agradecer a todos os autores. São pesquisadores talentosos que se

dispuseram a enriquecer o debate sobre a história do tempo presente por meio deste livro.

Com essa coletânea, não foi difícil perceber o crescimento do interesse pelos estudos relacionados a um passado mais próximo no âmbito historiográfico de maneira geral, mas especialmente no Brasil. Inclusive, esse interesse também é chancelado pelo fato de François Dosse, um dos mais importantes pesquisadores franceses e ex-presidente do *INSTITUT D'HISTOIRE DU TEMPS PRÉSENT*, publicar nesta coletânea. Junto a isso, também se deve destacar o fato de Maria Helena Rolim Capelato, atual presidente da ANPUH nacional, escrever o prefácio desta coletânea. De certa maneira, o motivo pelo qual figuras de renome da historiografia brasileira e internacional estarem presentes neste livro chancela o fato de esta temática suscitar o interesse dos historiadores brasileiros.

Sem mais delongas.

Aos leitores, os organizadores desta coletânea desejam uma agradável leitura.

Rafael Saraiva Lapuente
Rafael Ganster
Tiago Arcanjo Orben

Julho de 2017.

HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE E HISTORIOGRAFIA¹

François Dosse²

A noção de “história do tempo presente” remete a uma noção que é ao mesmo tempo banalizada, controversa e ainda instável. Ela implica em uma reflexão sobre o “Tempo”, que foi durante longa data o impensado da disciplina histórica, como afirmava Michel de Certeau (1987): “Sem dúvida, a objetivação do passado, há três séculos, tinha feito do tempo o impensado de uma disciplina que não cessava de utilizá-lo como um instrumento taxonômico”.

Na França, a noção remete a um laboratório de pesquisa do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), que possui esse nome e foi criado em 1978, o Instituto de História do Tempo Presente (IHTP). Seu primeiro diretor, François Bédarida (1978), o definiu como “a nova oficina de Clio”. Sua instituição, segundo François Bédarida, estava associada a uma verdadeira mudança epistemológica marcada pela ascensão da dimensão memorial, a busca ansiosa da identidade e a crise dos paradigmas utilizados nas Ciências Sociais, bem como uma crescente incerteza sobre o presente e o futuro. Em 1992, em um simpósio realizado em Paris, organizado pela IHTP com o tema “Escrever a história do tempo presente” (IHTP, 1993), René Rémond afirmava: “a batalha está ganha”. Mas se tratava ainda de uma afirmação de caráter performativo, pois a prática ainda permanece suspeita e ilegítima; ainda não considerada científica; confinada como um domínio separado, muito marcada por uma relação incestuosa com o jornalismo. Neste ano de 2011 realizou-se um simpósio internacional, organizado também pelo IHTP, com o tema do

¹ A revisão da tradução do presente artigo foi realizada pela historiadora Silvia Maria Fávero Arend, professora do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina. Artigo foi publicado pela revista TEMPO E ARGUMENTO originalmente em 2012.

² Pesquisador associado ao Instituto de História do Tempo Presente. E-mail: francois.dosse@gmail.com

tempo presente e a contemporaneidade.³

Entre 1992 e 2011 foram produzidas diversas transformações significativas: por um lado, constatamos a ascensão de parte da história contemporânea e, por outro lado, verificamos o lugar crescente da memória e a sua conexão entre a noção de história do tempo presente. Esta relação, formalizada por François Hartog, na noção de regime de historicidade. Daí as perguntas sobre o presentismo e sobre o problema da não contemporaneidade do contemporâneo. Isso levanta a questão de saber se não teríamos entrado em um novo regime de historicidade caracterizada, entre outros, pelo presentismo. Enquanto em 1992 o fato que gerou polêmica foi a utilização de fontes orais, em 2011, o que está no cerne dos debates é o aumento das fontes imagéticas, dos recursos relativos a informática e a inflação arquivística que produz um excesso de documentos.

A história do tempo presente está na intersecção do presente e da longa duração. Esta coloca o problema de se saber como o presente é construído no tempo. Ela se diferencia, portanto, da história imediata porque impõe um dever de mediação. Alguns historiadores, porém, preferem utilizar a noção de história imediata, como é o caso de Jean-François Soulet, que coordena a revista *Cadernos de história imediata*, outros preferem a noção de história do muito contemporâneo, como é o caso de Pierre Laborie. Alguns são ainda mais críticos, como é o caso de Antoine Prost para o qual a história do tempo presente não é nada mais do que a história em si, que nada a singulariza e que é, por conseguinte, um “pseudoconceito sem conteúdo verdadeiro”.

Defenderei, de minha parte, a ideia de uma verdadeira singularidade da noção da história do tempo presente que reside na contemporaneidade do não contemporâneo, na espessura temporal do «espaço de experiência» e no presente do passado incorporado. Encontrei essa concepção nos estudos de Pierre Nora na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em 1976, quando ele foi eleito para uma cátedra em “História do tempo presente”. Pierre Nora referia-se a história contemporânea

³ *Temps présent et contemporanéité*, IHTP, 24 a 26 de março de 2011.

como “o parente pobre dos estudos históricos; tomada de inferioridade em seu próprio princípio”.⁴ O historiador norteava-se na revolução historiográfica em curso e inaugurada pelos *Annales* que colocou em questão o princípio intangível ao século XIX, de uma história como ciência do passado. Ele insistia em definir as ambições de sua disciplina sobre a noção de presente: “É lógico que a indagação do historiador expande naturalmente seu horizonte no tempo presente: um presente cuja espessura própria e a opacidade transparente apresentam ao estudo, no entanto, problemas de método singulares. Estas são as características originais desta nova consciência histórica que, por falta de meios, teríamos a intenção de esclarecer” (DOSSE, 2011). Esta orientação norteou a disciplina de história do tempo presente ministrada na EHESS e vai estar presente na elaboração dos *Lugares de memória*. Em seu seminário de 1978-79, Pierre Nora claramente vincula sua emergente problemática, a dos *Lugares de memória*, à problemática do presente. É assim que ele introduz uma inovação historiográfica que transgride a divisão tradicional entre os quatro períodos que distinguem a Antiguidade, a Idade Média, os Tempos Modernos e a Idade Contemporânea: “Apenas tudo remontando muito longe no tempo, podemos compreender que não vamos deixar o mais próximo. E que mesmo em se tratando da Idade Média, nós fazemos história contemporânea” (DOSSE, 2011). Definidos os lugares de memória como um meio-termo entre memória coletiva e História, o tempo presente corresponde a esse meio-termo também entre passado e presente ou o trabalho do passado no presente. O tempo presente não seria então um simples período adicional destacado da história contemporânea, mas uma nova concepção da operação historiográfica.

1 - Uma novidade?

A história do tempo presente é realmente uma novidade? Se mergulharmos nos momentos de emergência da disciplina histórica, na Antiguidade, constatamos que esta abordagem já tem

4 Pierre Nora, notas preparatórias para seu curso do ano de 1978-1979, citadas em DOSSE, 2011, p. 290.

o peso de uma longa tradição. Assim, segundo Tucídides, que ouvia o relato das guerras do Peloponeso, não há outra história que a do tempo presente e é em seu nome e suas exigências que ele critica com veemência Heródoto, chamado de logógrafo e de mitólogo. O contrato de verdade, próprio ao discurso do historiador, pressupõe, segundo Tucídides, a testemunha ocular. O que ambicionamos restituir é, então, a historicização de uma experiência transversalizada: “O autor se pôs a trabalhar desde os primeiros sintomas da guerra”, escreveu Tucídides antes de se lançar na narrativa da guerra. Cortando assim da História qualquer pretensão de restaurar aquilo que precede o presente, Tucídides reduz a operação historiográfica a uma restituição do único tempo presente. Por outro lado, o pensador grego na referida narrativa privilegiou a testemunha ocular e a oralidade.

Quando a história se profissionalizou no século XIX com a escola metódica, os historiadores privilegiaram, ao contrário, as fontes escritas e insistiram na necessidade de uma objetivação que passou pelo estabelecimento de uma ruptura entre o passado e o presente. As fontes documentais disponíveis nos arquivos foram produzidas há mais de cinquenta anos, em função dos prazos de guarda da documentação permanente. Isso resulta em uma desqualificação da história imediata.

A partir dos anos 1930, um dos aspectos inovadores da escola dos *Annales*, instituída por Marc Bloch e Lucien Febvre, foi o de reintroduzir a história ao presente. Podemos então ler na revista *Annales* artigos sobre processos vigentes naquele momento: sobre Franklin Delano Roosevelt e sua política do *New Deal*; sobre a coletivização de terras na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Além disso, Marc Bloch definindo a metodologia da disciplina histórica insiste sobre o vai e vem constante entre o passado e o presente: “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas não é talvez coisa menos vã consumirmo-nos a compreender o passado, se nada sabemos do presente” (BLOCH, 1949, p. 47). Daí o valor heurístico que Marc Bloch atribui ao presente que, segundo ele, deve induzir o historiador a uma abordagem recorrente “às avessas”, que parta do menos desconhecido para ir ao mais opaco.

O historiador utilizou-se desse processo, que o levou a escrever sua obra-prima, *Os Reis Taumaturgos*, com base em uma reflexão sobre os boatos presentes no *front*, quando era capitão do exército francês durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), em um momento em que as redes estabelecidas de informação não funcionavam mais. Este fato o auxiliou a entender como na sociedade medieval pôde se espalhar a crença coletiva no poder de cura dos reis da França e da Inglaterra. Da mesma forma, para compreender as estruturas agrárias da Idade Média, Marc Bloch parte do que observou no presente, ou seja, a oposição entre os campos cercados e as pastagens comunais. O mesmo afirma Lucien Febvre (1953): “O homem não se lembra do passado, ele o reconstrói sempre... Ele parte do presente – e é por intermédio dele, sempre, que ele conhece, que ele interpreta o passado”. Entretanto, o desenvolvimento da escola dos *Annales*, durante e após a Segunda Guerra Mundial, incitou o discurso do historiador para o estudo de permanências, de invariantes do modelo estrutural e para a longa duração, como o definiu Fernand Braudel. Os estudos históricos se voltaram fortemente para a análise dos períodos medievais e modernos, deixando de lado a história do tempo presente. Isto se acentuou ainda mais entre os anos 1950 e 1970, pelo fato de passarmos da história quase imóvel de Braudel à “história imóvel”, tal como definiu Emmanuel Le Roy Ladurie (1978). O resultado foi um longo eclipse do tempo presente, reduzido à insignificância. É significativo que René Rémond, em 1957, defenda uma história contemporânea marginalizada, intitulado seu discurso: “Defesa de uma história negligenciada”.

2 - Um “retorno” espetacular

Na contracorrente do processo descrito anteriormente, tínhamos nos anos 1950 e 1960, a produção de uma história do presente e de uma história política baseadas no contemporâneo no Instituto de Estudos Políticos de Paris (IEP) e no Departamento de História da Universidade de Paris 10 - Nanterre, onde encontrava René Rémond. Além disso, constatamos que um grande número de historiadores cristãos progressistas também

afirmou o primado da história do tempo presente à contracorrente dos *Analles*. Para eles, “o conceito do presente toma um sentido muito forte de presença no mundo” (1993). Trata-se, entre outros, de René Rémond, François Bédarida, Jean-Pierre Rioux, Henri-Irénée Marrou, André Mandouze e Jacques Julliar. Esse presente, como fonte de significado, era o objeto de exploração histórica em resposta às solicitações e indignações do momento (em um meio alarmado e indignado com o uso da tortura pelo exército francês em nome dos ideais republicanos), em plena guerra na Argélia. Henri-Irénée Marrou insistiu nesse discurso maior do presente propondo uma equação que o expressava. Para o historiador, a História resulta de uma equação do passado sobre o presente ($H = P/p$), e não de uma restituição do passado, mais infelizmente uma pequena parte inevitável de presente ($H = P+p$), tal como a escola metódica, dita positivista, concebe-a: “Para eles (os positivistas), a História é algo do passado, objetivamente registrado, mais ainda (infelizmente!), uma intervenção inevitável do presente do historiador” (MARROU, 1954).

O filósofo Paul Ricoeur, desde 1952, enfatiza o caráter misto da epistemologia da História, onde se verifica a constante tensão entre passado e presente, subjetividade e objetividade. Para o autor, “A linguagem histórica é necessariamente equivocada” (RICOEUR, 1965). Em discrepância com o triunfo da história imóvel, Pierre Nora escreveu em 1972 – texto retomado em 1974 – sobre “o retorno do fato” (NORA, 1974). Em 1978, a obra *A nova história*, dirigida por Jacques Le Goff, dedicou um espaço substancial a um tema considerado naquele momento importante: “A história imediata” que foi confiado a Jean Lacouture. Este pesquisador simboliza bem essa identidade dupla da história imediata, simultaneamente histórica e jornalística, dessa modalidade da História. Jean Lacouture era, ao mesmo tempo, um dos grandes repórteres dos periódicos *Le Monde* e do *Nouvel Observateur*, autor de grandes biografias de contemporâneos, bem como, desde 1963, coordenador de uma coleção da Editora Seuil que se chama justamente “A história imediata”.

Na Europa, assistimos, nesses mesmos anos de 1970, a uma transformação de Institutos Nacionais criados após a Segunda

Guerra Mundial. Na França, em 1978, o Comitê de História da Segunda Guerra Mundial se transformou em Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), laboratório sob direção de François Bédarida. O mesmo ocorreu em outros países da Europa. Em 1945, por iniciativa do governo dos Países Baixos, foi criado em Amsterdã um Instituto (Institute for War, Holocaust and Genocide Studies) que abriga a documentação da guerra. As investigações sobre os acontecimentos de julho de 1995 – publicadas em 2002 – sobre o massacre de Srebrenica ficaram sob a guarda deste Instituto. De forma geral, assistimos a uma banalização da história do tempo presente na Europa. É também o caso da Grã-Bretanha em que o *Journal of Contemporary History* define seu campo de estudo, desde 1996, como o estudo da Europa no século XX. Na França, Jean-Pierre Rioux cria, em 1984, a revista *Vingtième Siècle*, que tem como objeto reflexões sobre o tempo presente.

3 - A relação com o passado mudou nossa relação com o futuro: um novo regime de historicidade?

Até então temos vivido com a ideia de um futuro certo, de uma incerteza do presente e da opacidade do passado. É isto que está mudando diante de nossos olhos. Há uma presença marcante do passado no espaço público, que não é nova, mas que ganhou intensidade. Na atualidade, nós atravessamos uma grave crise de historicidade em função da crise da noção futuro. Noção de futuro que põe em questão a postura clássica do historiador como intermediário entre o passado e o devir. Essa mudança na nossa relação com o futuro, a crise de todas as escatologias e, assim, o colapso das teologias, tem o efeito de modificar nossa relação com o passado, abrindo-o sobre um presente exposto, em uma forma de presentismo. Esta situação é marcada pelo desaparecimento gradual de toda cronosofia que dá um sentido imanente à “flecha do tempo”. A busca por sentido deslocou a atenção para a ação no momento de sua realização. Isto colocou foco sobre o presente como detector de sentido relacionando-o com a memória, a comemoração, o patrimônio e a arquivização. A crise do futuro

deixa cada vez mais indeterminado o que deve ser dignificado como histórico, gerando daí a indistinção daquilo que pode acionar o horizonte de expectativa.

A relação entre a história e a memória se tornou central na problematização da relação entre verdade e fidelidade. Isso remete ao necessário “trabalho de memória” para evitar as patologias memoriais: sobrecarga de memória aqui, insuficiência de memória lá, como observou Paul Ricoeur (2000). Como por exemplo: de ambos os lados da Cortina de Ferro, as lembranças oprimidas pelo punho de ferro dos partidos comunistas no poder; as páginas sombrias da história da França como aquela do regime de Vichy que colaborou com a Alemanha nazista; ou a guerra da Argélia... A dialética da História e da memória ajudou a incutir mais verdade na fidelidade, suscitando o necessário trabalho da memória e a construção de uma história social da memória coletiva. A ambição é ter sucesso com mais verdade, processo possibilitado pela História de construir uma memória compartilhada, isto é, mais “pacífica”.

Além disso, a história do presente ou a história no presente exige uma reflexão sobre o ato de escrever a História, sobre a equação subjetiva do historiador. Mais uma vez, encontramos as ideias iniciais de Pierre Nora (1987) de quando ele inventava nos anos 1980 um gênero novo, o da ego-história. Essa escritura do historiador, tendo em vista uma subjetividade publicamente assumida, encontrou muita resistência em um meio pouco habituado a escrever “a descoberto”. Mas consideramos que esse desvio é indispensável para a história do presente, ou seja, de conhecer o lugar de enunciação do historiador, a instituição necessária em função da qual ele conduz sua investigação e o momento preciso durante o qual ele escreve sua prática. Esse reconhecimento da subjetividade acompanha, então, a virada historiográfica da disciplina histórica como seu corolário inevitável, e não é anódino constatar que Pierre Nora começou na mesma época, em meados dos anos 1980, seu projeto de ego-história e a publicação dos primeiros volumes de seus *Lugares de memória*. O historiador deve, desse modo, renunciar a uma postura de domínio que era muitas vezes a sua e que o permitia acreditar que ele podia

definitivamente “fechar” os registros históricos. Dessa mudança historiográfica resulta uma ampliação do conceito de “tempo presente” que não é mais considerado um simples período adicional mais próximo. O conceito remete em sua acepção extensiva ao que é do passado e nos é ainda contemporâneo, ou ainda, apresenta um sentido para nós do contemporâneo não contemporâneo. A noção de “tempo presente” se torna nesse contexto um meio de revisitação do passado e de suas possíveis certezas, como também as possíveis incertezas. A distância temporal que nos separa do passado se transforma, porque até então considerada uma desvantagem, ela se transforma em uma sedimentação de camadas sucessivas de sentido que expandem o seu alcance graças à maior profundidade.

Assim, esta “relação social com o tempo”, redefiniu na França a identidade da disciplina. A virada tomada pela escola dos *Annales* em 1988-89 confirma essa tendência que o comitê executivo da revista chamou de “o ponto crítico” (DELACROIX et al, 2007). O historiador é convidado a uma nova abordagem, este que tinha a tendência de rebaixar todos os fenômenos históricos nos sistemas de causa, vai de agora em diante ser mais atento não apenas a certa indeterminação dos fatos, mas à importância maior de seus traços. Passamos, como analisou Carlo Ginzburg (1989), do paradigma galileano ao paradigma indiciário; do causalismo à desfatalização; à busca dos vestígios.

Os historiadores se desfizeram, assim, de suas ilusões realistas sem cair no relativismo. Como afirma o psicanalista Jacques Lacan, “o real é o impossível”. Isso é verdade para o historiador que nunca será capaz de obter êxito com uma plena ressurreição do passado, ao contrário do sonho nutrido pelo historiador romântico Jules Michelet no século

XIX. Certamente o contrato de verdade continua fundamental para a disciplina histórica e constitui uma boa parte de sua identidade e de sua função social, mas essa intenção de veracidade não é tudo na escrita histórica. Esta intenção se situa, segundo Paul Ricoeur, em sua fase documental e a este nível. Sendo assim a História se insere no âmbito de uma epistemologia popperiana, pois ela deve responder à verificabilidade de suas asserções e de

suas falsificações.

Mas os historiadores que atualmente tomam consciência de um enxugamento necessário de suas explicações não pretendem mais restituir uma verdade total sobre a realidade tal como ela acontece, pois eles são mais conscientes que sua investigação é sempre mediada pelo discurso e deve, então, levar em conta todas as mediações que permitem restituir algo de real. A este nível, o conceito de Paul Ricoeur de “representância” é importante para lembrar que se a História é narração, discurso, escrita, ela carrega uma intencionalidade, que é aquela de seu horizonte veritativo. Uma vez que esse trabalho sobre a verdade documental é estabelecida por meio da tradicional crítica interna e externa das fontes, resta ao historiador a tarefa de construir uma História reflexiva que leva em conta a âncora discursiva. Um aspecto significativo do período atual é a tomada de consciência por um número crescente de historiadores de que a escrita histórica não é uma simples mimese do real, puramente passiva, mas que ela resulta de uma tensão entre, de um lado o desejo de perceber o que aconteceu, como aconteceu, como encorajava o historiador alemão no século XIX Leopold Ranke e, por outro lado, o questionamento que emana do presente do historiador. Este último deve viver esta tensão evitando dois obstáculos: por um lado se limitar a uma curiosidade antiquizante (o antiquário erudito, fechado no passado) e, por outro lado, ele deve evitar cair nas tentações de anacronismo que podem ter um grande interesse heurístico, mas que podem também ser a fonte de uma atitude indiferente à estranheza do passado e, como tal, marcaria o que Lucien Febvre denominou pecado imperdoável do historiador.

Hoje, o historiador é levado a explicitar de onde ele fala, a tornar mais transparente seu ofício, suas ferramentas, seu andaime, ou todas as mediações que lhe permitem a construção de sua trama. O desvio historiográfico é, nessas condições, indispensável. Ao contrário da memória que pode reivindicar uma relação direta com o seu objeto, a História é sempre um conhecimento feito de mediações, e se situa em um entre-dois, um entrelaçado. O historiador está ao mesmo tempo em posição de exterioridade em relação a seu objeto, devido a distância temporal, e em situação de

inferioridade pela sua intencionalidade de conhecimento, que Paul Ricoeur denomina de seu eu de pesquisa. A História é inicialmente, como afirmava Lucien Febvre, do “construído”. Isso é verdade desde o primeiro estágio de sua construção, ou seja, no processo de armazenamento dos documentos. O historiador faz nesse estágio a opção de pôr de lado uma boa parte do arquivo de que dispõe, tendo por base seus juízos de importância e de seus planos de interpretação. No segundo estágio, o de explicar/compreender, a subjetividade histórica está vinculada ao tipo de ligação de causalidade que ele enfatiza e, finalmente, no terceiro estágio a subjetividade intervém, de maneira ativa, na relação estabelecida entre o mesmo e o outro, na necessária tradução da linguagem do passado para a linguagem do presente, no fato de nomear o que não é mais em termos contemporâneos. Ele se choca com a impossível adequação entre sua língua e seu objeto, o que requer um esforço para imaginar e traduzir o que pode ser o mais adequado para tornar inteligível o que não é mais. O quarto plano de intervenção da subjetividade é o caráter humano do conhecimento histórico. Trata-se, neste nível, do horizonte de reencontro do outro, para além da diferença temporal. Assim, a escrita histórica está em uma relação instável, presa entre o que lhe escapa, o que está sempre ausente e o desejo de tornar presente, ou ainda, de tornar visível o ter-sido.

Se é necessário partir do presente para fazer perguntas ao passado, é preciso, contudo, desconfiar de qualquer projeção do presente sobre o passado, pois ela é necessariamente ilusória. Como experimentou Michel de Certeau (1970): “Minha pesquisa me ensinou que, estudando *Surin*, eu me distingo dele”. A história não é um jogo de espelhos, é um jogo de lacunas em um entre-dois não estabilizado. Ao mesmo tempo, o historiador é de um lugar e de um tempo inscritos nas categorias de um “Aqui e Agora” que vão desempenhar um papel importante no tipo de relato histórico. É uma lição de modéstia, a qual convida Michel de Certeau: “A história nunca é certeza” (CERTEAU, 1970, p.7). A nova postura do historiador que renunciou ao domínio é uma postura que consiste em fazer perguntas às respostas dadas no passado e em destacar a caducidade das grades taxonômicas que pretendem

dobrar o real às suas codificações. Michel de Certeau novamente dá um bom exemplo sobre a possessão de Loudun, ele, que é o maior especialista desse registro histórico, afirma: “O próprio historiador se iludiria se ele acreditasse estar livre dessa estranheza interna na história arrumando-a em algum lugar, fora dele, longe de nós, em um passado fechado” (CERTEAU, 1970, p. 327). O enigma sobrevive, portanto, na pesquisa.

4- Problemas e desafios da História do Tempo Presente

Não podemos negar que se a história do tempo presente teve alguma dificuldade para ser reconhecida, isso se deve a certas deficiências que lhe são específicas. É, por exemplo, impossível para um historiador do tempo presente, ao contrário de qualquer outro historiador, proceder com uma retrospecção: “O drama da história do tempo presente é precisamente que ele não pode nunca passar da predição do futuro” (HOBSBAW, 1993). De sua parte, o filósofo Raymond Aron não está longe de pensar também que a história do tempo presente é impossível por não poder mensurar os efeitos dos acontecimentos, pois é em princípio cortada de todo futuro que permanece indeterminado. Aron defende, então, uma concepção tradicional da História construída tendo por base a partir da ruptura entre passado e presente: “O objeto da história é uma realidade que cessou de ser”. O historiador do tempo presente é também confrontado com o privilégio da “poeira” de arquivos recentes não hierarquizados, uma vez que não sabe, devido à falta de conhecimento do futuro, o que se revelará importante e o que só será acessório. Além disso, a História do tempo presente não permite destacar as regularidades, as continuidades e os riscos do factual que pode torná-la tributária dos “caprichos da mídia”. Desses problemas inegáveis, devemos concluir a impossibilidade da História do tempo presente? Não é o caso, pois ela também tem algumas “cartas” para jogar e gerou alguns bons avanços historiográficos.

Entre as realizações da História do tempo presente, devemos mencionar em primeiro lugar que os historiadores que trabalham com o presente têm a necessidade, para realizar com

maior êxito suas pesquisas, de trabalhar com os cientistas políticos, jornalistas, sociólogos, geógrafos, psicanalistas, antropólogos e críticos literários. Isso resulta em uma abertura da prática histórica sobre outras práticas, que permite novos esclarecimentos graças a esses intercâmbios frutuosos entre diferentes disciplinas. Além disso, os historiadores do tempo presente são confrontados, mais do que outros, com a necessidade de uma prática consciente de si própria, o que impede qualquer ingenuidade frente à operação historiográfica que sabemos ser complexa. O historiador é necessariamente levado a pensar por si próprio.

A história do tempo presente na medida em que ela é confrontada com a opacidade total de um futuro desconhecido é uma bela escola de desfatalização que encontra a indeterminação do presente e que reflete sobre a abordagem do passado, ou seja, como o presente “deslizando”, ou ainda, como o presente continuado. O historiador, então, recebe uma nova tarefa que é a de encontrar a indeterminação do presente das sociedades passadas. Essa nova ambição leva a uma reavaliação da contingência, da pluralidade das possibilidades, da diversidade das escolhas possíveis dos atores.

A outra importante singularidade da História do tempo presente é a importância de testemunhas em sua construção, ainda mais se definirmos os limites dessa história como tendo que coincidir com a copresença de seus atores, isto é, com a duração da vida humana. Pelo fato de ainda existirem testemunhas vivas dos fatos relatados, a transmissão de testemunhos tem um valor matricial:

Ela cobre uma sequência histórica marcada por duas balizas móveis. No montante, essa sequência remonta aos limites da duração de uma vida humana, fazendo com que seja um campo marcado, sobretudo pela presença de testemunhas vivas, traço mais visível de uma história que virá a ser. A jusante, essa sequência é delimitada pela fronteira, muitas vezes difícil de localizar, entre o momento presente – a atualidade – e o instante passado (IHTP, 1991).

Assim, essa História é uma história “sob vigilância”, a de testemunhas que podem contestar os registros históricos nos quais não se reconhecem, o que torna ainda mais necessária uma estrita articulação entre História e memória. Outra grande conquista é que a História do tempo presente contribuiu com a superação da oposição radical estabelecida pelo sociólogo durkheimniano Maurice Halbwachs, nos anos 1920-1930, entre histórica-crítica e memória vivida. A distinção necessária entre essas duas dimensões deve-se a Halbwachs, porém o referido autor a absolutizou demais fazendo um corte intransponível a ponto de só existir História a partir do momento em que todo traço de memória vivida houvesse desaparecido. Halbwachs sistematizou de maneira binária a oposição entre uma memória que seria do lado do afetivo, do emocional, do privado, do individual e da mudança constante da dimensão histórica que seria do lado da razão, do conceito, do universal, do leigo. Esta oposição radical entre o considerado “quente” e o “frio” perdeu sua relevância especialmente porque a História perdeu suas certezas de disciplina puramente científica e a memória, por sua vez, tornou-se o objeto de um olhar de objetivação. Erigimos hoje a memória como objeto da História, como sua matriz (ROUSSO, 1987). Daí o fato de que os historiadores se interessam por novas fontes, as fontes orais, já que “a própria definição da história do tempo presente é ser a história de um passado que não está morto, de um passado que ainda se serve da palavra e da experiência de indivíduos vivos” (ROUSSO, 1998, p. 63). Não podemos afirmar que a História do tempo presente carece de arquivos, pelo contrário, eles são superabundantes (os testemunhos, as imagens, as entrevistas, a imprensa, a literatura científica não acessada pelo grande público e os arquivos privados). Entretanto, a História do tempo presente não é sinônimo de história oral tal como é considerada muitas vezes a Escola de Chicago. Não se trata de sacralizar a oralidade depois de ter sacralizado as fontes escritas em um movimento de pêndulo excessivo. Os historiadores do tempo presente recusam reduzir a operação historiográfica a uma simples extensão e expressão da memória.

Nos debates sobre as especificidades da História do tempo

presente o problema de seus limites cronológicos é colocado em questão. Seria ela constituída pela “memória da última catástrofe”, como sugere o historiador alemão Ulrich Raulff. Isso remete a questão da periodização, ou seja, da delimitação temporal para saber a partir de quando podemos falar do tempo presente. Por um longo tempo, a ruptura dramática da Segunda Guerra Mundial foi dada como o nascimento desse tempo presente, mas na medida em que nós nos distanciamos desse período, o problema permanece. Daí a pergunta feita por Peter Lagrou no intuito de saber se o tempo presente não deve ser declinado ao passado. Segundo Peter Lagrou, não podemos mais falar em 2003 como Bédarida em 1980, quando este evocava um *continuum* entre os anos 1930 e os anos 1980, pois houve uma ruptura decisiva, o encerramento de 1989 com a queda do muro de Berlim e o colapso do sistema comunista que mandou para o passado tudo o que o precedeu. O tempo presente se reduziria, assim, de acordo com Lagrou, ao período que se estende de 1989 aos nossos dias. Essa definição em termos de periodização incide sobre a noção do tempo presente porque esse último pressupõe uma unidade temporal entre sujeito e objeto. A ideia de uma “matriz do tempo presente”, que consistiria na Segunda Guerra Mundial, seria hoje obsoleta. Por sua vez, Paul Ricoeur preconiza a distinção entre um tempo fechado, como se poderia dizer, do período entre 1939 e 1945, correspondente à Segunda Guerra Mundial, ou ainda, o período entre 1947 e 1989 que definiria o tempo de vida do sistema comunista pós-guerra e um tempo inacabado como o da crise que perdura no presente.

É necessário também contar com a inspiração psicanalítica que pode ser útil aos historiadores para pensar uma temporalidade que não é mais concebida como linear, mas um tempo compartimentado. Esta é a contribuição das reflexões sobre o tempo do psicanalista André Green (2000). A noção de *après-coup* (só-depois, *a posteriori*) de Freud é de fato útil para o historiador na sua reflexão sobre a pluralidade dos regimes de historicidade que implica uma heterocronia, um tempo não linear. O *après-coup* coloca em questão a abordagem genética e quebra o modelo temporal clássico. Freud mostra que o sentido não está simplesmente relacionado ao ser-evento (*événementialité*) em si, mas à maneira

como se inscreve no corpo e no tempo, de modo que o sentido está intimamente relacionado com as múltiplas alterações dos traços memoriais. O *après-coup* pressupõe um depois e um complemento de sentido que só florescem mais tarde, daí uma causalidade diferida. Nessas condições, aquelas em que um evento posterior pode tudo mudar, não podemos saber o que será importante no futuro. O tratamento analítico visa à perlaboração. Tem por objetivo vincular, representar, contextualizar, diferir, mudar de forma para evoluir e evitar a compulsão de repetição que é o antitempo em que tudo deve voltar ao ponto de onde partiu. O resultado de uma análise de André Green não é um achado de inconsistência ou a inexistência da história, mas a descoberta de outra coerência histórica, e não a que se acreditava antes da análise. Há uma analogia com a História em sua relação com a memória. Não mais do que a memória, o tempo presente não sai intacto dessa retrospectiva. O modelo memorial proposto por André Green para o psicanalista pressupõe alteração, durabilidade e ressurgimento: “Psicanaliticamente, podemos considerar presente tudo o que no psiquismo se relaciona com a experiência em curso e que é vivida” (GREEN, 2000, p.224).

5-A “pesada” categoria do espaço da experiência

As reflexões sobre o tempo presente estão inseridas em uma rica e longa tradição. Santo Agostinho já havia assentido uma prevalência à categoria do presente quando este, no Livro XI das *Confissões*, abordou a questão: — “O que é o tempo?”. Para respondê-la, o autor se voltou para um presente expandido, ou seja, para uma temporalidade que englobava a memória das coisas passadas e a espera das coisas futuras: “O presente do passado, é a memória, o presente do presente, é a visão, o presente do futuro, é a espera”, de onde surge um triplo presente que dá lugar a uma abordagem de um tempo íntimo, psicológico. A fenomenologia de Husserl confirma essa insistência sobre o presente e sobre o tempo da consciência. Husserl não limita o “agora” a um instante fugidivo. Ele o inscreve numa intencionalidade longitudinal segundo a qual é ao mesmo tempo a retenção do que acabou de se produzir e a

protensão da fase a vir (HUSSERL, 1964).

Por seu lado, mais recentemente, a hermenêutica da consciência histórica com Paul Ricoeur integra todas as dimensões do agir e da prática, sob o regime da noção “de ser afetado pelo passado”. O autor se inspirou nas análises de Reinhart Koselleck para destacar duas categorias meta-históricas: o espaço de experiência e o horizonte de espera. O espaço de experiência não se reduz à persistência do passado no presente, pois “O termo do espaço evoca possibilidades de percursos dependendo de múltiplos itinerários, e, sobretudo, de agrupamento e de estratificação em uma estrutura em camadas que faz escapar o passado assim acumulado da simples cronologia” (RICOEUR, 1985, p. 376). Quanto à espera que é o futuro-tornado-passado, ela se virou para um não-ainda, e esses dois polos se condicionam mutuamente: “Sem expectativa, sem experiência; sem experiência, sem expectativa” (KOSELLECK, 1979, p. 309). Essa hermenêutica da consciência histórica inaugura uma ruptura radical com a concepção linear do tempo por essa integração da parte vivida pela cronologia. Assim, Koselleck pode apresentar uma concepção descontínuista e plural da temporalidade:

Cronologicamente, a experiência examina atentamente secções inteiras de tempo, ela não cria qualquer continuidade no sentido de uma apresentação aditiva do passado. Ela é, antes, comparável à janela de uma máquina de lavar, atrás da qual aparece ocasionalmente um pedaço de roupa colorido contido na máquina (KOSELLECK, 1979, p. 312).

Nesse final do século XX e início do XXI teríamos entrado em um novo regime de historicidade? A ideia de um termo novo parece suspeita e relacionada à ilusão das origens. Além disso, a crise da ideia de progresso, a crise do que está para vir e do futuro, reflete sobre nosso espaço de experiência, por isso a nossa relação com o passado. Paul Ricoeur preconiza distinguir a tradição e o tradicionalismo, fazendo deste último item um transcendental (o tempo atravessado, como uma fusão de horizontes). O tradicionalismo significa que a distância temporal que nos separa

do passado “não é um intervalo morto, mas uma transmissão geradora de sentido” (RICOEUR, 1985, p. 399). O passado nos questiona à medida que o questionamos. Quanto ao presente, ele é colocado sob a égide do conceito de iniciativa, de um fazer, ou ainda, de uma conexão. Uma História do tempo presente abriria, então, seus extremos a todo o espaço da experiência, em nome do futuro de um passado tornado fonte de um agir.

6-Reconfiguração do papel social do historiador: da cátedra à especialização

A História do tempo presente responde também a um aumento da demanda social, uma vez que o historiador que é cada vez mais solicitado. Neste sentido a responsabilidade do historiador, segundo François Bédarida, remete a três funções: a função crítica, a função cívica e a função ética. Isso induz duas “missões” contraditórias: de um lado, o discurso de desmistificação das crenças veiculadas pela memória coletiva para fazer valer um discurso racional. Por outro lado, o historiador é chamado a ajudar a formar a consciência histórica e a memória dos contemporâneos, bem como a construir uma cultura comum.

O exercício desta dupla responsabilidade pode ter sérias restrições e até mesmo momentos em que o historiador fica preso entre dois imperativos contraditórios. Mas, em todo caso, isso implica duas condições para o bom exercício da profissão do historiador. De um lado a independência, a exigência da liberdade do trabalho e de pesquisa que produzem uma reação às leis memoriais e a criação da associação “Liberdade para a História”, que pretende acabar com essa forma de santuarização de alguns assuntos históricos pelo Estado. Em segundo lugar, a pesquisa histórica pressupõe o respeito escrupuloso dos cânones da disciplina, de seu pacto de verdade, o que permite colocar um impedimento às teses fantásticas ou criminais, tal como, a dos negacionistas que fingem que as câmaras de gás não existiram.

Vemos atualmente um aumento da demanda por especialização. Em 1996, o ministro francês Jack Lang instituiu a “Comissão René Rémond” para produzir o Relatório sobre “O

arquivo judeu” durante a guerra. No mesmo ano estourou o caso Karel Bartoseck, que publica *Confissões dos arquivos, Praga-Paris 1948-1968* e inspira a reação de Alexandre Adler contra “a história no estômago” e, depois, a de Pierre Daix contra o questionamento de Artur London. Um texto dos contemporaneístas assinado “Por Bartoseck” fecha autoritariamente o debate. Em 1997, o caso Aubrac parte de um livro de Gérard Chauvy, *Aubrac, Lyon, 1943*. O autor denuncia o “jogo duplo” da parte do resistente Aubrac, que teria sido um agente soviético e, depois, trabalhado para a Gestapo. Isso provocou um clamor entre os historiadores. O jornal *Libération* organizou uma mesa redonda de historiadores especialistas do período que gerou problemas, demonstrando assim que podemos fazer a História do presente diretamente na Mídia. Em 1997, realizou-se o julgamento Papon e os historiadores especialistas do período foram chamados para depor: Jean-Pierre Azéma, Robert Paxton, Raymond Amouroux... Uma participação de especialistas da História de tal monta não se realizou sem levantar problemas e suscitou a recusa de testemunhar da parte de Henry Rousso, o então diretor do Instituto de História do Tempo Presente. De fato, o *status* do historiador frente à justiça nesse tipo de caso não é claro. Ele é chamado a depor como testemunha, sem ter sido, já que não viveu os fatos e é considerado *expert*, embora, ao contrário dos outros especialistas, ele não tenha acesso ao dossiê. O historiador pode inferir sobre a verdade histórica (que é sempre uma interpretação), mas não sobre toda a verdade.

Nós estaríamos no que Annette Wieviorka (1998) chama de “a era da testemunha”, período que remonta a 1961, no momento do julgamento de Eichmann durante o qual o promotor geral, Gédéon Hausner, ao contrário de Nuremberg, deslocou a atenção que tínhamos em 1945 sobre os executores, para a compaixão que sentimos pelas vítimas, pois se tratava de algo para enriquecer o futuro da “biblioteca da História”. É ao presente que se dirige o julgamento por meio de testemunhas, de modo que o promotor as fez passar por um tipo de *casting* para julgar aqueles que saberiam passar com mais emoção a sua mensagem.

Conclusão

Como podemos constatar, o presente não é mais visto em nosso tempo como um simples lugar de passagem contínua entre um antes e um depois, mas, tal como concebido por Hannah Arendt, como uma “lacuna” entre passado e futuro. Essa noção de “lacuna” pode traçar melhor o que o presente pode revelar de descontínuo, de ruptura e de início. Ela remete à noção geracional que permite estruturar a experiência do presente no plano coletivo. Segundo essa visão, o tempo não é um *continuum*, mas ele se interrompeu no ponto em que o ser humano se encontra e em que ele deve tomar uma posição contra passado e futuro juntos. O presente é para apreender como ausência (CERTEAU, 1993). Como afirma Paul Ricoeur (1993, p. 39): “A questão é de saber se, por ser histórica, a História do tempo presente não pressupõe um movimento semelhante de queda na ausência, ao fundo do qual o passado nos interpelaria com a força de um passado que foi uma vez presente”. A história do tempo presente deve ser guiada por uma pesquisa no sentido de não ser mais um *Telos*, mais um *Kairos*, não mais um sentido preestabelecido, mas um sentido que emerge do fato que lhe da origem.

Referências

- BÉDARIDA, François. *Bulletin de l'IHTP*, n° 1, 1978.
- BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*. Paris: Librairie Armand Colin, 1949.
- CERTEAU, Michel de. *L'absent de l'histoire*. Paris: Éditions Mame, 1973.
 CERTEAU, Michel de. *La possession de Loudun*. Paris: Gallimard, 1970.
- CERTEAU, Michel de. *L'histoire e et psychanalyse - entre science et fiction*. Paris: Gallimard, 1987.
- DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *Les courants historiques en France, 19-20 siècle*. Paris: Gallimard, 2007.
- DOSSE, François. *Pierre Nora. Homo historicus*. Paris: Perrin, 2011.

- FEBVRE, Lucien. “Leçon inaugurale au Collège de France”, 1933. *Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Colin, 1953.
- GINZBURG, Carlo. *Mythes, emblèmes, traces. Morphologie et histoire*. Paris: Flammarion, 1989.
- GREEN, André. *Le temps éclaté*, Paris: Les Éditions de Minuit, 2000.
- GREEN, André. *La diachronie en psychanalyse*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2000.
- HOBSBAWM, Eric J. Un historien et son temps présent, dans INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris, CNRS Éditions, 1993.
- HUSSERL, Edmund. Leçons pour une phénoménologie de la conscience intime du temps. Paris: PUF, 1964. IHTP, *Les Cahiers de l'IHTP*, 1991.
- KOSELLECK, Reinhart *Le futur passé: contribution à la sémantique des temps historiques*. Paris: Éditions EHESS, 1979.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. Leçon inaugurale au Collège de France, (1973), dans *Territoire de l'historien*, tome II, Gallimard, 1978.
- MARROU, Henri-Irénée, *De la connaissance historique* Paris: Seuil, 1954.
- NORA , Pierre. L'événement monstre, Communication, 1972; repris sous le titre : “Le retour de l'événement”, *Faire de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1974.
- NORA , Pierre. *Essais d'ego histoire*. Paris: Gallimard, 1987.
- RÉMOND, René. Plaidoyer pour une histoire délaissée. *Revue française de science politique*, vol.7, p.253-270, 1957.
- RICOEUR, Paul. Propos d'un philosophe, Institut d'Histoire du Temps Présent. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris: CNRS Editions, 1993.
- RICOEUR, Paul. *Histoire et vérité*. Paris: Seuil, 1964.

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

RICOEUR, Paul. *Temps et récit*, tome 3. Paris: Seuil, 1985.

ROUSSO, Henry. *La hantise du passé*. Entretien avec Philippe Petit, les Éditions. Textuel, 1998.

ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy*. Paris: Seuil, 1987. SAINT-AUGUSTIN. *Confessions*, Livre XI.

TREBITSCH, Michel. La quarantaine et l'an 40. Hypothèses sur l'étymologie du temps présent dans Institut d'Histoire du Temps Présent. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris: CNRS Editions, 1993.

WIEVIORKA, Annette. *L'ère du témoin*. Paris: Plon, 1998.

OLHARES PARA A HISTÓRIA: PÓS-COLONIALISMO, ESTUDOS SUBALTERNOS E DECOLONIALIDADE

Daniele Brocardo¹

Caroline Tecchio²

1. INTRODUÇÃO

A ideia de desenvolver este trabalho surgiu a partir da realização de uma disciplina³ pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. Durante os estudos discutimos os textos teóricos desenvolvidos por autoras e autores que são identificados com os movimentos teóricos conhecidos como pós-colonialismo, estudos subalternos e decolonialidade. A partir destas leituras, um dos trabalhos propostos na disciplina foi ler uma tese desenvolvida no campo da História que utilizasse o referencial bibliográfico contemplado até então. Porém, a busca por esses trabalhos evidenciou a carência de teses e dissertações em História que dialoguem com estes movimentos teóricos. Assim nasceram os questionamentos que estruturam as ideias desenvolvidas neste capítulo, a saber: Por que o campo da História ainda possui poucos trabalhos que dialogam com estes pensadores(a)? Como estes estudos podem contribuir para problematizar o uso de teorias na escrita da História?

Sabemos que os historiadores estão revendo a forma de escrever desde o início da *escola dos Annales*, porém a História que

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, Linha de pesquisa Cultura e Identidades, bolsista CAPES, e-mail: danielebrocardo@gmail.com.

² Professora colaboradora do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, Linha de pesquisa Cultura e Identidades, e-mail: caroltecchio@yahoo.com.br.

³ A disciplina denominava-se Estudos Avançados em Cultura e Identidades e foi ministrada pela professora Doutora Yonissa Marmitt Wadi.

continua sendo escrita e ensinada ainda está centrada na Europa, no ocidente e em homens brancos. Acreditamos que os estudos decolônias, subalternos e pós-colonialismo tem potencial para promover novas abordagens que contemplem outros sujeitos.

Estruturamos este trabalho apresentando de forma geral as correntes teóricas em questão, e em seguida expondo algumas ideias desenvolvidas por autoras e autores reconhecidos por suas contribuições na perspectiva teóricas destes grupos de estudos. Os trabalhos que dialogam com estas perceptivas são mais comuns nas áreas de Direito, Sociologia e Literatura⁴. No Brasil encontramos algumas palestras, disciplinas e artigos, a exemplo de Muryatan Santana Barbosa⁵ (2010, p. 77), que parece ser um dos poucos autores desta área de conhecimento que propõem dialogar com tais estudos. Em seu artigo *A crítica pós-colonial no pensamento indiano contemporâneo*, nos traz um panorama das autoras e autores dentro da crítica pós-colonial e suas contribuições para as áreas de Sociologia do Conhecimento e Teoria da História.

Barbosa descreve duas visões sobre pós-colonialismo: uma entenderia este como “uma vertente de crítica textual desconstrucionista (ou pós-estruturalista), voltada para o estudo das obras colonialistas”. Outra visão, entretanto, defende tal referencial “como empreendimento de crítica mais ampla e radical, voltado para a práxis” (BARBOSA, 2010, p. 69).

De tal modo, apresenta os autores Edward Said, Homi K. Bhabha e Gayatri Chakravorty Spivak como “um grupo homogêneo da crítica pós-colonial”, que tiveram reconhecimento a partir dos anos 1980-90. Eles teriam em comum, além de serem intelectuais considerados do Terceiro Mundo e atuarem nas

⁴ Ballestrin (2013, p.98) apresenta um quadro do “perfil dos membros do Grupo Colonialidade/Modernidade”, suas áreas de atuação profissional, suas nacionalidades e as instituições que estão vinculados. Nenhum é da área de História, nem há brasileiros ou instituições brasileiras, elemento que é questionado pela autora na conclusão de seu trabalho.

⁵ Professor Adjunto do Bacharelado em Ciências Humanas e do Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (CECS-UFABC). Possui bacharelado em História, mestrado em Sociologia, doutorado e pós-doutorado em História da África, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).

universidades da Europa e dos Estados Unidos⁶, o fato de considerar o colonialismo e sua diferença com poder imperial como elemento criador da subjetividade e ter uma posição crítica à visão eurocêntrica presente nas ciências sociais e humanas. O autor destaca ainda o caráter político de tal ação (Barbosa, 2010, p.57-60).

O grupo Estudos Subalternos do Sul da Ásia foi descrito por Barbosa (2010, p. 63), como construtor de uma nova historiografia, centrada na realidade da Índia e que rompendo com “os paradigmas eurocêntricos da historiografia tradicional indiana de cunho modernista: nacionalista ou colonialista”. Conquistaram reconhecimento internacional na historiografia e nos estudos culturais, tendo como diferença marcante na sua escrita, para outros autores, que como eles trabalham com referencial marxista, mais especificamente Antonio Gramsci, a “construção da temporalidade na narrativa histórica”, não seguindo tempo forma linear (2010, p. 66).

Na América Latina, identificado com a decolonialidade, é fundado o grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) a partir do final dos anos 1990. Luciana Ballestrin⁷ (2013, p.89-90) no artigo *América Latina e o giro decolonial* nos apresentado este grupo como uma opção epistêmica, teórica e política, que é crítica a permanência da “colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva”, se opondo a “colonialidade do poder, do saber e do ser”.

O grupo surgiu com inspiração principal no grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos. No manifesto de inauguração dos estudos Subalternos da América-Latina, seus autores observam que um de seus objetivos é “uma reconstrução da história latino-americana”, a partir da incorporação dos estudos indianos

⁶ Said era palestino e professor da Universidade de Columbia, em Nova Iorque, foi também professor em Harvard e Yale. Bhabha nasceu na Índia, e lecionou na Inglaterra e nos Estados Unidos. Spivak, também nasceu na Índia e lecionou na universidade de Columbia.

⁷ É professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas/RS.

(CASTRO-GOMEZ e MENDIETA apud BALLESTRIN, 2013, p.95).

Entretanto, alguns autores tiveram uma postura crítica a esta incorporação. Para eles este estudo continuou seguindo os teóricos europeus. Era necessário descolonizar epistemologicamente e também era fundamental para América Latina centrar em sua trajetória própria, que é diferente da Índia (BALLESTRIN, 2013, p.95).

Assim, o grupo latino americano de estudos subalternos foi desarticulado, surgindo em seu lugar o Grupo Modernidade/Colonialidade. Tal grupo tem como constatação que o fim do colonialismo físico na América, não findou a dominação colonial, ela continua acontecer na economia, na política e na cultura do continente.

Para tal constatação o grupo se utiliza do conceito “colonialidade do poder” e este é exercido sobre tudo pela dominação que os Estados Unidos desempenham no restante do continente. Outra constatação que grupo chegou é que para modernidade existir, ela precisa de seu outro lado que é a colonialidade. Modernidade, aliada ao capitalismo, ao patriarcalismo e ao colonialismo, produzem qual sujeito é civilizado e deve exercer o poder: “homem branco heterossexual”. Os demais são os bárbaros e devem ser dominados (BALLESTRIN, 2013, p. 96, p.100, p.101).

Outro conceito desenvolvido pelo grupo é da “colonialidade do saber”, que é pensada a partir da dominação epistêmica eurocêntrica, aliada a ela está o “universalismo, sexismo e racismo”. Há uma crítica também ao sujeito epistêmico das ciências humanas, o qual com sua linguagem neutra aparenta não ter nenhuma relação de poder, como se habitasse um universo paralelo distante do restante da humanidade. (BALLESTRIN, 2013, p.103-104).

Ballestrin (2013, p.105-108) apresenta, através de vários autores, a decolonialidade como uma resistência, uma prática política, teórica e epistemológica, de movimentos sociais mundiais, a dicotomia da modernidade/colonialidade, se diferencia do grupo pós-colonial, pois procura dialogar especificamente com as teorias

produzidas fora do Norte. Também não utiliza o “s” de descolonial, para se afastar do período histórico e processo de descolonização física.

Nossa análise se concentrara agora em textos desenvolvidos por autoras e autores considerados pertencentes a estes grupos de estudos. Foram selecionados os textos de Edward W. Said e Gayatri C. Spivak, como representantes do pós-colonialismo e os textos de Walter D. Mignolo e Boaventura de Sousa Santos como representantes dos estudos decoloniais. Espera-se com esta análise dos textos expor algumas das questões levantadas por estes autores e que nos possibilitam reavaliar o conhecimento da História.

2. CONTRIBUIÇÕES DAS PERSPECTIVAS PÓS-COLONIAL E DECOLONIAL PARA A HISTÓRIA

Para pensar as contribuições dos estudos pós-coloniais e decoloniais para história antes precisamos conhecer elementos centrais de alguns trabalhos, produzidos por autores identificados com estes grupos. Com vistas a essa afirmativa, selecionamos os autores Edward W. Said, Gayatri Spivak, Walter D. Mignolo e Boaventura de Sousa Santos. Esse recorte contempla somente alguns dos nomes importantes, porém atende ao propósito de refletir de que modo a história poderia se apropriar de considerações tecidas por esses grupos.

Iniciemos por Edward W. Said⁸, um intelectual e ativista da causa palestina que escreveu vários livros com fundamentação pós-colonial, sendo talvez o mais conhecido seja: *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*, publicado em 1978, considerado

⁸ “... Um dos mais importantes intelectuais palestinos, crítico literário e ativista da causa palestina.” Nasceu em Jerusalém em 01 de novembro de 1935 - morreu em Nova Iorque em 25 de setembro de 2003. Filho de árabes cristãos foi educado no Cairo/Egito. Em 1951 foi para os Estados Unidos para estudar. Estudou na Universidade de Princeton (1957) e depois Harvard (1960-1964), onde concluiu o seu doutorado. Em 1963 ingressou como docente na Universidade de Columbia, onde ensinou durante as quatro décadas, inglês e literatura comparada. Foi também professor nas universidades de Harvard, Johns e Yale. Mais informações: https://pt.wikipedia.org/wiki/Edward_Said e BELIZÁRIO, F. Edward Said: mundanidade e deslocamento. Disponível: <http://alice.ces.uc.pt/en/wp-content/uploads/2014/03/texto-ed-said-v4.pdf>. Acesso: 13/03/2017.

como um dos textos fundadores dos estudos pós-coloniais. Todavia, nossa atenção centra-se sobre outro livro de Said (1995, p.11-12), *Cultura e imperialismo*, pois neste o autor procura pensar a cultura imperial de uma forma geral, não mais baseada na relação entre Ocidente e Oriente, e sim em uma relação ampla entre Ocidente e os “seus territórios ultramarinos” e também nas resistências, sejam elas armadas ou culturais, contra esta cultura imperial e a chegada do homem branco europeu.

Said (1995, p.12-14) tem como recorte os “impérios ocidentais modernos dos séculos XIX e XX”, basicamente o inglês, francês e norte americano. Para chegar aos objetivos do livro se utiliza de romances, compreendendo-os de duas formas: primeiro como “obras de arte e de conhecimento respeitáveis e admiráveis, que proporcionam prazer”, e em segundo lugar ligadas a construção do “processo imperial de que fazem parte de maneira explícita e inequívoca”, sugerido que estudemos este lado das obras até então ignorado.

Neste livro, um dos objetivos de Said (1995, p.24) é “[...] aprofundar as linhas de pesquisa e argumentação sobre a experiência histórica do imperialismo [...]”. Sua crítica reside em pensar que estudamos quase que exclusivamente a história da Europa e do Ocidente e limitamos nosso conhecimento ainda mais por permitir que prevaleça a visão deste continente sobre os outros espaços. Said (1995, p.11) descreve aspectos marcantes nos discursos europeus sobre os outros espaços. Entre outros elementos estão “as ideias de levar a civilização a povos bárbaros ou primitivos, [...] de que se fazia necessário o açoitamento, a morte [...] porque em geral o que ‘eles’ melhor entendiam era a força ou a violência; ‘eles’ não eram como ‘nós’, e por isso deviam ser dominados”.

Em um tom ainda mais duro Said (1995, p. 20-21.) ressalta que os romances expressam uma visão que a única ação e vida válida no mundo estão no Ocidente, “cujos representantes parecem estar à vontade para impor suas fantasias e filantropias num Terceiro Mundo retardado mental”. Nesta mesma visão o Ocidente regula o que deve ser mencionado sobre o restante da humanidade, que é apresentada sem “vida, história ou cultura”

independente dele, a não ser coisas desagradáveis. Essa visão foi construída pelos romances no auge da euforia com o imperialismo, mas outras visões como esta continuam a serem afirmadas mesmo após a descolonização, salienta Said (1995, p. 21.), dando o exemplo dos “cineastas contemporâneos”.

Alarcon Agra do Ó⁹ (2005, p.127) publicou o artigo *Edward Said: entre a crítica literária e a operação historiográfica*, o qual discute de forma mais detalhada as ideias desenvolvidas neste trabalho de Said, procurando apresentar algumas das contribuições deste autor para o trabalho dos historiadores.

Para Agra do Ó (2005, p.115-116): “História e literatura se misturam, na análise de Said, na medida em que, a seu ver, a narrativa é o solo comum em que os homens pensam a si e ao seu mundo, e expressam isso”. Argumenta, que para Said é através das narrativas que a “cultura e o imperialismo” têm as “mais importantes conexões, sejam as narrativas comprometidas com a manutenção da lógica imperial ou com a sua crítica e superação”.

Assim, afirma que para Said no presente se faz necessária uma postura crítica sobre o que se diz, pois sabemos que nenhuma ação é neutra “nem passível de uma simples leitura binária (do tipo mal versus bem)”, além disso, é preciso coragem para “[...] legitimar a multiplicidade, em firmar compromissos com a enunciação e com a experiência de tantas formas de organização social, de tradição e de histórias quanto seja possível, ou desejável, pelos grupos humanos” (AGRA DO Ó, 2005, p.122). Conforme Said (1995, p.22) é preciso considerar que vivemos em um mundo marcado pelo processo de globalização, o que implica na coexistência e convivência de diferentes culturas, do colonizado e do colonizador.

Quanto à história, Agra do Ó (2005, p.125) escreve que para Said é preciso pensá-la “como um campo tenso, em que a dominação e a resistência coexistem, uma atuando por sobre e por

⁹ Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é Professor Associado I junto à área de Teoria e Metodologia da História da Unidade Acadêmica de História da Universidade Federal de Campina Grande.

entre a outra”. E que a história é para ele “uma construção não linear e não monolítica das ações dos homens”.

Em consonância com o questionamento levantado neste texto, Agra do Ó (2005, p.126-127) situa uma série de contribuições do trabalho de Said para o ofício do historiador, entre elas estão: entrelaçar as relações políticas e culturais; repensar o imperialismo; problematizar as “hierarquias entre as fontes”; “[...] pensar a própria narrativa como elemento significativo; [...] fazer do presente a ontologia do pensável; desnaturalizar o geográfico [...]” entre outras. Encerra seu artigo afirmando: “É difícil pensar em um interlocutor tão oportuno para a história e para os historiadores, nos dias que vivemos, em que o império parece não ter fim, e em que a violência e a intolerância parecem ter se naturalizado”.

Consideramos que essa desconstrução de modos consolidados de fazer a história pode ser correlacionada com a pergunta que dá o título ao livro de Gayatri Spivak¹⁰ (2010): *Pode o Subalterno Falar?*¹¹. Repensar hierarquias entre fontes e sujeitos da história implicam em negar a colonialidade do poder e buscar novos olhares para a história.

O livro de Gayatri Spivak é um marco na área de crítica cultural e se insere no contexto de estudos pós-coloniais e desconstrutivistas. É importante lembrar que a autora estuda tradução, e sua análise versa sempre sobre essa temática, sendo

¹⁰ Gayatri Spivak nasceu em Calcutá, na Índia, em 1942. Estudou literatura comparada em seu mestrado e doutorado na Universidade Cornell nos Estados Unidos, onde foi orientada pelo crítico literário Paul de Man, que posteriormente integrou a linha teórica desconstrucionista da Universidade Yale. Atualmente é professora de Literatura Comparada do Departamento de Letras e do Instituto de Literatura e Sociedade Comparadas, da Universidade Columbia, em Nova Iorque.

¹¹ A primeira edição de "Pode o Subalterno Falar?" foi publicada em 1985, no periódico *Wedge*, atingindo um público leitor ainda maior em 1998 ao ser publicado na coletânea *Marxism and the interpretation of culture*. O livro foi traduzido no Brasil por Sandra Regina Goulart Almeida - que também prefacia o livro - Marcos Pereira Feitosa e André Pereira, pela editora UFMG. Sandra Regina Goulart Almeida inicia o prefácio com as próprias considerações de Spivak sobre prefaciá-lo, ressaltando a importância de tornar evidentes o sujeito concreto prefaciado e o texto por ele produzido, o que seria um verdadeiro exercício crítico. Almeida se propõe então a intermediar “o pensamento da autora, seu texto, a obra ora traduzida e o leitor” (ALMEIDA, 2010 apud SPIVAK, p. 8).

necessárias ressalvas para aplicar os conceitos por ela trabalhados em outros contextos. Portanto, perguntar sobre as contribuições de Spivak para a história implica em considerar sua leitura crítica da produção acadêmica, não simplesmente a aplicação de conceitos cunhados por essa autora.

O trabalho acadêmico que colocou Spivak em evidência foi a tradução para o inglês do livro “De La Gramatologie” de Jacques Derrida. Nesse trabalho, além de sua preocupação com a tradução em si, a autora iniciou uma nova forma de fazer prefácios, escrevendo um outro texto que ultrapassa os limites de uma simples apresentação, tecendo importantes considerações não apenas em relação ao livro, mas especialmente dialogando sobre o tema proposto. Entre suas preocupações, destaca evitar simplificações ao traduzir e, para tanto, a obrigação do tradutor em conhecer o contexto cultural.

Almeida¹² (2010, p. 8) destaca os aspectos teóricos de Spivak, descreve que ela pode ser descrita pela crítica de suporte “marxista, pós-estruturalista e marcadamente desconstrucionista, frequentemente se alia a posturas teóricas que abordam o feminismo contemporâneo, o pós-colonialismo e, mais recentemente, as teorias do multiculturalismo e da globalização” (ALMEIDA, 2010 apud SPIVAK, p.10).

Além disso, Spivak é crítica ao próprio Grupo de Estudos Subalternos, questionando se o subalterno pode mesmo falar e defende retomar o conceito de subalterno em Gramsci, delimitando, portanto, quem se encaixa nesse conceito. A esse respeito critica a ideia gramsciana de autonomia do sujeito subalterno, inferindo que isso não é possível. O subalterno em Spivak é resumidamente o proletariado, aquele que a voz não pode ser ouvida, desprovido de representação, dos mercados, etc.

Tal argumento relaciona-se ao conceito de representação sobre o qual a autora faz uma importante distinção. Afirma que há

¹² Sandra Regina Goulart Almeida é formada em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (1986), possui mestrado em Literatura pela University da Carolina do Norte em Chapel Hill (1990), doutorado pela mesma instituição (1994) e pós-doutorado em Literatura Comparada pela Universidade Columbia, em Nova Iorque. Professora Titular da área de Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

dois sentidos: “Falar por” (representar alguém) ou “re-presentar” (no sentido artístico, de encenar e filosofia). Em ambos os casos prevalece o problema de que representar implica em existir um falante e um ouvinte. Por isso, o subalterno é aquele que não pode falar. O silêncio denunciado por Spivak e a colonialidade do poder mostram que não basta “dar voz aos vencidos”, o enfrentamento precisa ser amplo para minimizar toda uma estrutura de saberes já consolidada.

É sobre essa perspectiva que Spivak critica o agenciamento, num processo que leva à ilusão de cumplicidade do intelectual. De certa forma, o Terceiro Mundo é intraduzível para o Primeiro Mundo, e não cabe ao intelectual falar pelo subalterno. Sugere e convoca então os intelectuais, especialmente as mulheres, para criarem espaços em que os subalternos se articulem e sejam ouvidos, sem agenciamento. Inserida em estudos feministas, afirma que se a condição do subalterno é complicada, da mulher subalterna é pior ainda. “Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2010, p.67).

A autora inicia o texto evidenciando a problematização do lugar de onde fala o autor. Questiona como o sujeito do Terceiro Mundo é representado no discurso Ocidental e afirma que a produção intelectual Ocidental é cúmplice de seus interesses econômicos. Usa como “espaço” de investigação a mulher subalterna, especificamente avaliando a abolição britânica dos sacrifícios das viúvas na cultura hindu.

É importante compreender o que a autora identifica como violência epistêmica. Ao traduzir uma palavra sem compreender seu contexto cultural, o sentido do que é dito não é transmitido adequadamente. Assim, mostra-se preocupada com a construção de um sujeito colonial como Outro e os efeitos do imperialismo em relação a isso. Spivak (2010, p.48) argumenta:

Não se trata de uma descrição de “como as coisas realmente eram” ou de privilegiar a narrativa da história como imperialismo enquanto a melhor versão da história. Trata-se, ao contrário, de oferecer um relato de como uma

explicação e uma narrativa da realidade foram estabelecidas como normativa.

Deste modo, a autora cunhou o conceito de “outremização”. O sujeito colonizador Outro cria por meio do discurso o sujeito colonizado outro, assim, por meio da outremização o colonizador cria seus sujeitos, e cria a si mesmo. Na perspectiva pós-colonial, compreender o que hoje é conhecido como ritual de *sati* implica considerar questões sócio-históricas e ideológicas.

Spivak defende que a pergunta “Pode o subalterno falar?” deve ser feita pelo próprio Grupo de Estudos Subalternos (no qual a autora se insere). Em seus estudos sobre a Índia Ranajit Guha argumenta que a formação da nação e o desenvolvimento de uma consciência indiana são atribuídos ao sucesso das elites, creditados a governantes britânicos. Guha pretendeu em seus estudos reescrever o desenvolvimento da consciência da nação indiana. Sobre a representação do subalterno, não basta o intelectual se omitir em fazê-la, precisa estar consciente de seu lugar. Desse modo, afirma a importância de medir silêncios, inclusive por parte do historiador. (p. 64-65).

A abolição britânica do sacrifício das viúvas possui duas visões construídas: “Homens brancos salvando mulheres negras de homens negros” e “As mulheres realmente queriam morrer”. Spivak foge dessas duas possibilidades de juízo de valor e faz uma pergunta ainda mais relevante, tentando entender o que isso significa. “A imagem do imperialismo como estabelecedor da boa sociedade é marcada pela adoção da mulher como objeto de proteção de sua própria espécie” (SPIVAK, 2010, p.98).

A doutrina Hindu em geral repreende o suicídio, contudo *sahagamana* que significa "subir com", "acompanhar", tornou-se um ritual em certa medida aceito e incentivado socialmente. Com o imperialismo britânico na Índia ocorre a proibição de um ritual que passou a ser conhecido como *sati*. É nesse aspecto que Spivak fala em violência epistêmica, pois cabe lembrar que *sati* significa na cultura hindu "boa esposa", sendo um status de divindade alcançado com a imolação ou simplesmente sendo o que se considerava naquela cultura uma boa esposa. Portanto, a mulher se tornaria uma deusa. Esse termo passou a nomear a imolação das

viúvas nas piras fúnebres de seus maridos. Na cultura hindu valorizava-se a adoração ao marido, sendo o suicídio após sua morte um ato incentivado socialmente em determinados contextos.

A autora cita como exemplo o caso de Bengala, em que registrou-se maior incidência de suicídio de viúvas nos contextos em que poderiam ficar com os bens de seus falecidos maridos, havendo incentivo por parte dos próprios familiares para que o ritual se cumprisse.

Para Spivak o autor Edward Thompson, em seu estudo *Suttee: A Historical and Philosophical Enquiry into the Hindu Rite of Widow-burning*, e produz a visão imperialista ao estudar essa temática, pois pesquisa a partir da documentação colonial e não conhece suficientemente a cultura hindu. Negligencia, portanto, a impossibilidade de agenciamento por parte do intelectual. Aqui Spivak questiona fortemente o poder do discurso colonial em criar um sujeito, inferindo nas identidades pós-coloniais. O subalterno é uma construção, não pode ser isolado de modo essencialista. O subalterno só pode ser encontrado em sua diferença com a elite.

O subalterno em Spivak é o sujeito invisível sobre o qual nos fala Boaventura de Sousa Santos¹³. Esse silêncio pela ausência de vocalidade é sentido em Santos, que em outras palavras traduz isso pela não visibilidade. Podemos ler isso no livro *Epistemologias do Sul*, organizado pelo autor em conjunto com Maria Paula Meneses em 2009. O livro é dividido em quatro partes, na primeira *Da colonialidade à Descolonialidade*, está o capítulo 1: *Para além do Pensamento Abissal*: das linhas globais a uma ecologia de saberes, escrito por Santos.

¹³ Boaventura de Sousa Santos é professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Distinguished Legal Scholar da Universidade de Wisconsin-Madison. Nasceu em Coimbra em 15 de Novembro de 1940, realizou seu doutorado em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale no ano 1973. Atualmente é diretor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e coordenador Científico do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa. No período de 1 de julho de 2011 até 31 de dezembro de 2016 atuou como dirigente do projeto de investigação ALICE - *Espejos estranhos, lições imprevistas*. Disponível: http://www.ces.uc.pt/projectos/?prj=4408&id_lingua=1. Acesso: 30/01/2017.

SANTOS (2009, p.23) inicia seu texto afirmando que o “pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal”, que se divide entre os visíveis e os invisíveis, através de uma linha, deste e daquele lado. Assim, um lado desaparece como realidade, tronando-se inexistente de maneira radical.

O autor (2009, p.24) observa que esta distinção é a que ocorre entre as sociedades metropolitanas e os territórios coloniais. A dicotomia aplicada às sociedades metropolitanas é da regulação/emancipação, já das sociedades coloniais é da apropriação/violência. Ambas as dicotomias são inconcebíveis para serem aplicadas do outro lado da linha. As manifestações que melhor representam o pensamento abissal são: o conhecimento (podemos inserir aqui a História) e o direito moderno. São as duas linhas abissais principais, atuam de maneira diferente, mas dependentes (SANTOS, 2009, p.25).

Assim, no campo do conhecimento, a ciência moderna possui o monopólio da distinção entre o verdadeiro e o falso, entre o científico e o não científico, em detrimento dos demais conhecimentos. Estão do lado não científico, os conhecimentos dos populares, dos indígenas. Deste lado, “não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia,...” (SANTOS, 2009, p.25). Já, no campo do direito moderno, o que divide os lados da linha: é o legal ou ilegal, se constituindo nas únicas duas formas de existência perante a lei.

Tanto no direito, como no campo do conhecimento, as divisões geradas pelas linhas são abissais, pois, eliminam categoricamente qualquer realidade do outro lado. Deste lado, ficam as experiências desperdiçadas, os autores tornam-se invisíveis, não há uma localização territorial fixa. Santos (2009, p.28) observa que anteriormente existiu uma localização fixa, está era a zona colonial. No século XVI com as *amity lines* (linhas de amizade), as linhas abissais surgem, manifestando seu caráter abissal no trabalho cartográfico de divisão da Terra. Neste período, o colonial não representava o legal ou ilegal, mas sim o sem lei.

Sua tese é de que “a cartografia metafórica das linhas globais sobreviveu à cartografia literal das *amity lines*” (SANTOS, 2009, p.31-32). A injustiça social global está ligada à injustiça cognitiva

global. Em todo o período moderno permanecem as linhas abissais globais, porém elas não se mantem fixas, mas, ainda assim, sua posição é constantemente vigiada.

Segundo Santos, constituíram dois os abalos tectônicos nos últimos 60 anos nas linhas globais. O 1º a partir das lutas anticoloniais e os processos de independência das antigas colônias. Deste modo, acreditou-se que o paradigma da apropriação/violência tinha chegado ao fim, junto com ele a divisão abissal dos dois lados da linha. Entretanto, isso não aconteceu, foi o que demonstrou as teorias da dependência e do sistema do mundo moderno, e os estudos pós-coloniais.

O 2º abalo tectônico das linhas abissais decorreu dos anos 1970 e 1980, segue uma lógica oposta do anterior, neste o paradigma da apropriação/violência parece se expandir, enquanto a lógica da regulação/emancipação decai. O autor indica que este movimento é formado por um principal e um contra movimento subalterno. O primeiro é nomeado de “*o regresso do colonial e o regresso do colonizador*” o segundo de “*cosmopolitismo subalterno*” (SANTOS, 2009, p.33).

O regresso do colonial se constitui na resposta abissal ao que foi entendido como invasão das sociedades metropolitanas pelas coloniais. Ele tem três formas principais: “o terrorista, o imigrante indocumentado e o refugiado” (SANTOS, 2009, p.33). O metropolitano reage ao espaço que se sente confinado exigindo as linhas abissais¹⁴.

A partir deste movimento já não há mais uma delimitação clara entre Novo e Velho Mundo, entre o colonial e o metropolitano, o que existe é uma linha abissal sinuosa. Que conduz à práticas confusas. Emerge desta forma um novo Estado, o de exceção, que argumenta salvar a democracia, mas acaba por restringi-la. (SANTOS, 2009, p.36).

O regresso do colonizador é o outro lado do movimento principal. Sua implicação é o ressuscitamento de formas de governo colonial, não só nas sociedades que anteriormente estavam sujeitas ao colonialismo, mas também nas sociedades

¹⁴ Podemos pensar nas linhas físicas, como a proposta de Donald Trump, presidente dos Estados Unidos da América, de construção do muro na fronteira com o México.

metropolitanas. Santos (2009, p.36-37) designa a expressão mais saliente deste movimento como “nova forma de governo indirecto”. O Estado se subtrai da regulação social, assim é substituído por “obrigações contratuais privadas e despolitizadas”, nas quais os mais fortes controlam, deixando a parte mais fraca a seu bel-prazer. Tal situação é descrita pelo autor como a “ascensão do fascismo social”.

O autor nos apresenta 3 formas de fascismo social: 1º *fascismo do apartheid social* no qual a cartografia urbana é dividida entre zonas selvagens e civilizadas, o que serve para pensarmos a violência urbana; 2º *fascismo contratual* diferença de poder entre as partes no contrato de direito civil, possibilitam questionar as relações trabalhista ; 3º *fascismo territorial* dentro de Estados, que quase sempre estavam sujeitos ao colonialismo europeu, ocorre novos territórios coloniais privados, observado por Santos, por exemplo na relação dos latifúndios no Brasil.

No fascismo social o contrato social é proliferado pelo “estado de natureza” sob “duas formas: pós-contratualismo e pré-contratualismo”. No pós-contratualismo grupos que faziam parte do contrato social são excluídos sem perspectiva de regressar, como exemplo os trabalhadores sem direitos trabalhistas. Já no pré-contratualismo o acesso à cidadania é negado aos grupos que lhe almejavam, a exemplo, os estudantes que aspiravam uma ascensão social. O fascismo social é novo! Pois coexiste com a democracia. Desta forma, a convicção de Santos, é que estamos entrando em um período em que as sociedades “são politicamente democrática e socialmente fascistas” (SANTOS, 2009, p.39).

Contra o sistema abissal faz-se necessária uma resistência, tanto política como epistemológica, um pensamento pós-abissal. Santos apresenta-nos o movimento que nomeou de “cosmopolitismo subalterno”, adverte sobre o caráter embrionário de tal movimento, mas observa que este é uma promessa real. Sua formação se da a partir de lutas “contra a exclusão económica, social, política e cultural gerada pela mais recente encarnação do capitalismo global”, a globalização neoliberal (SANTOS, 2009, p.41-42).

O pensamento pós-abissal defende o princípio da igualdade, reconhece a diferença e preconiza a ideia que a diversidade epistemológica do mundo é inesgotável. O pensamento pós-abissal exige uma radical ruptura com as modernas formas de pensamento e ação ocidentais. É necessário buscar do outro lado da linha formas de combater o pensamento abissal, ou seja, é preciso olhar para o Sul global, fruto das injustiças do capitalismo e do colonialismo. É necessário uma “epistemologia do Sul” (SANTOS, 2009, p.44).

O pensamento pós-abissal também estabelece como sua primeira condição a co-presença, o que implica no reconhecimento que ambos os lados das linhas são “contemporâneos em termos igualitários”. O que impõe o abandono da concepção linear de tempo (SANTOS, 2009, p.45). A segunda condição é que não existe nenhuma epistemologia geral, e sim uma pluralidade de conhecimentos. Outra condição trazida pelo pensamento pós-abissal é a mudança na relação conhecimento e ignorância, ambos são ponto de partida e de chegada. Assim, para Santos (2009, p.48) diferentes conhecimentos têm limites internos e externos. O que possibilita que os estimamos são suas capacidades de intervenções e relações concretas na sociedade e na natureza.

Levar em conta a estrutura do conhecimento que separa e hierarquiza os saberes é tarefa assumida também por Walter Mignolo¹⁵ (2003), em seu livro *Histórias Locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*, nos instiga a pensar na relevância dos estudos pós-coloniais para a história.

O autor inicia argumentando que no século XVI os missionários espanhóis classificavam os povos por dominarem ou não a escrita. Nos séculos XVIII e XIX o critério passa a ser a história, não a escrita. Permanece a diferença colonial imposta e naturalizada no processo de colonização. Para questionar essa ordem Mignolo propõe o pensamento liminar, ou seja, um pensamento crítico com vistas à descolonização do pensamento. A

¹⁵ Walter Mignolo é argentino, professor de Literatura e Antropologia e diretor do Centro de Estudos Globais e Humanidades da Universidade de Duke nos Estados Unidos.

diferença colonial deve, nessa perspectiva, ser superada por meio da elaboração de um “outro pensamento”.

Mignolo defende que a razão subalterna lute por seus saberes, especialmente aqueles subjugados no processo de colonização. A colonialidade do poder seria a base que articula a produção do conhecimento, fazendo com que os saberes e as histórias locais europeias fossem vistos como projetos globais. Nesse projeto global, a América está inserida como a continuação da Europa, logo, os saberes aqui produzidos estão à margem.

Existem trabalhos sobre a modernidade e outros sobre colonialidade, mas não há diálogo, afinal, a modernidade acontece na Europa, e a colonialidade fora dela. Assim, as histórias locais absorvem projetos globais, sendo perfeitamente aceito falar de Portugal sem mencionar o Brasil, mas não se pensa o Brasil desvinculado da colonização portuguesa. O conhecimento posto dessa forma está naturalizado, é aceito pela sociedade e pela academia.

Uma das principais críticas pós-coloniais e levantadas por Mignolo é o uso de teorias criadas em outros contextos geoistóricos. Há um limite para ser observado em relação à colonialidade do poder, sendo imprescindível dar lugar à uma produção do conhecimento independente dos processos coloniais. Aqui podemos relacionar com a preocupação evidenciada por Spivak sobre a tradução. Se para traduzir o sentido de palavras é preciso conhecer toda a cultura em que determinado texto foi produzido, também é preciso decodificar os sentidos de determinadas teorias em diferentes espaços. A aplicação indiscriminada de um referencial bibliográfico que parece autorizado a circular em diferentes contextos precisa ser revista na história.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os textos aqui debatidos foram apresentados de forma breve, mas, a partir da leitura do texto de Barbosa (2010, p. 67-68), podemos afirmar que o grupo Estudos Subalternos do Sul da Ásia contribui para repensar a historiografia rompendo com as categorias

da modernidade que organizam a compressão do passado de forma homogênea e linear. O grupo sai em defesa da ampla interdisciplinaridade, o que contribuiria para melhor interpretação das fontes. No que podemos chamar de diálogo teórico crítico, talvez impensável para alguns historiadores, entre “o marxismo e o pensamento acadêmico francês- estruturalista e pós-estruturalista -” também na crítica feita a ideia da Europa como único centro produtor de ciência e no caráter incompleto da cientificidade das ciências humanas (BARBOSA, 2010, p. 70).

Ballestrin (2013, p.90-91) nos lembra, a partir de Mignolo, que o pós-colonialismo é marcado pela diferença antagônica entre colonizado e o colonizador. Entretanto, nem toda forma de opressão, que estes grupos são críticos, são resultantes somente do colonialismo, pois há muitas formas de opressão e exploração em que não é necessária a existência do colonialismo.

Autora observa ainda que as categorias “cultura, identidade (classe/etnia/gênero), migração e diáspora” são fundamentais para entender a lógica da colonialidade moderna, assim “os estudos pós-coloniais convergentes com os estudos culturais e multiculturais” (BALLESTRIN, 2013, p.94).

Algumas das críticas realizadas as autoras e aos autores pós-colonialistas estariam em seus discursos de se manterem fiéis aos teóricos europeus pós-estruturalista, elemento que não se sustenta como descredito, pois estão longe de uma copia ocidental, além disso, muitos são críticos a esta corrente teórica, se aproximando mais do marxismo (BARBOSA, 2010, p. 61-62). Contudo, esta aproximação é rompida pela crítica realizada pelos estudos decoloniais, buscando o conhecimento epistêmico do Sul global.

Ballestrin (2013, p.111) escreve o que acredita ser mais “original dos estudos decoloniais” que é “as novas lentes colocadas sobre velhos problemas latino-americanos”. Também, tece algumas críticas a estes estudos, por exemplo, sobre faltar de discussões sobre o Brasil, além de não existir nem “pesquisador (a) brasileiro (a) associado ao grupo”.

Desse modo, a descolonização dos saberes exige abandonar modelos consolidados de pesquisa, buscando uma leitura autêntica de objetos de estudo. Não basta reproduzir os modelos nos quais

a história dos colonizados já foi contada, é preciso refletir sobre como o conhecimento é construído e quais amarras ainda mantemos em nosso pensamento colonizado. Além disso, é preciso prestar atenção às resistências a este pensamento e ação colonial.

Podemos ao concluir este texto afirmar que o pós-colonialismo, estudos subalternos e decolonialidade, tem muito a contribuir para a produção do conhecimento na História. Mas, é necessário também, dizer que muitas das críticas ponderadas por estes grupos já foram realizadas por outros pesquisadores que não se vinculam a estes. No entanto, algumas destas questões críticas continuam sendo evidenciadas na construção do conhecimento histórico.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Prefácio - Apresentando Spivak. In: SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- AGRA DO Ó, Alarcon. Edward Said: entre a crítica literária e a operação historiográfica. *Saeculum - Revista de História*, n.12, João Pessoa, jan./jun. 2005.
- BARBOSA, Muryatan Santana. A crítica pós-colonial no pensamento indiano contemporâneo. **Afro-Ásia**, n. 39, Salvador, 2010, p. 57-77.
- BALLESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, Brasília, maio-agosto 2013, p. 89-117.
- MIGNOLO, Walter D. **História locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizontes: Ed. da UFMG, 2003.
- SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Orgs.).
Epistemologias do Sul. Coimbra, PT: Ed. Almedina; CES,
2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo
Horizonte: Editora UFMG, 2010.

COMO É POSSÍVEL ESCREVERMOS A HISTÓRIA DO NOSSO TEMPO

Rafael Saraiva Lapuente¹

INTRODUÇÃO

“[A história] restabelece o diálogo entre o presente e o passado, entre os homens mortos, que recuperam a vida, e os homens vivos, que reconhecem a morte” – José Carlos Reis.

Presente, segundo o dicionário *Michaelis* (2016), é o “1. que se encontra, num dado momento, no mesmo lugar em que acontece algo; 2. que existe ou ocorre no momento em que se fala; atual”. História, de acordo com o mesmo dicionário, pode ser definido como: “1. conjunto de fatos ou acontecimentos relevantes, ocorridos no passado da humanidade, destacando-se época, local e dados importantes; 2. estudo científico relativo ao passado de um povo, nação, período ou indivíduo, a partir de dados documentais”. O primeiro olhar, vindo daquele que não é do meio acadêmico e, portanto, pouco entendido sobre o ofício do historiador, indagaria: como pode existir uma História, que é voltada ao “passado”, do presente, que é sinônimo de “atual”?

Buscarei neste estudo refletir acerca da concepção de História do Tempo Presente. A importância de fazê-lo se dá por buscar compreender aquilo que a literatura pertinente concebe como História do Tempo Presente. Assim, buscarei dialogar com ela neste artigo. Como segundo ponto, o que motiva esse estudo é o interesse cada vez mais presente, no Brasil, de se estudar temas relacionados ao tempo presente no âmbito historiográfico. Interesse esse que vem tanto de uma demanda acadêmica como social.

Esse texto também traz uma motivação pessoal: o fato de o autor estar trabalhando, atualmente, com História Política no Tempo Presente. Pesquiso em meu trabalho de doutorado, mais especificamente, o Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul. A escolha do tema implicou grandes mudanças para este autor

¹ Doutorando em História / PUCRS

e um enorme leque de reflexões, aos quais gostaria de compartilhar neste artigo. Isso porque, desde a graduação, pesquisei as disputas políticas envolvendo o Rio Grande do Sul durante a Primeira República e a Era Vargas. Grosseiramente, posso afirmar que pesquisei durante minha vida acadêmica somente uma *história de mortos*. Agora, lido com uma *história de vivos*, com um amplo campo a ser explorado por historiadores, cientistas sociais e politólogos – ou, como diz Roger Chartier (2006, p. 215), agora realizo uma pesquisa que “não é uma busca desesperada de almas mortas, mas um encontro com seres de carne e osso que são contemporâneos daquele que lhes narra as vidas”.

A linha da História do Tempo Presente acaba se revelando tênue, pelas armadilhas em se deixar enganar por uma falsa impressão de maior facilidade, mas que na verdade “exige rigor igual ou maior que o do estudo de outros períodos: devemos enfatizar a disciplina, à higiene intelectual, as exigências de probidade” (RÉMOND, 2006, p.206). Nesse ponto, estou de acordo tanto com Rémond quanto com Maria Motta (2012, p. 34), que alerta: “a ausência de erudição pode estimular estudos superficiais, ancorados em depoimentos diretos, produzidos pelas memórias dos entrevistados e recolhidos acriticamente, reafirmando assim uma memória não coincidente com as evidências empíricas”.

Estes pontos me obrigaram a fazer uma readaptações em minha prática historiográfica. O que pretendo, tendo isso como base, é discutir a HTP na atualidade, seus percalços, desafios, contribuições, lacunas e evoluções no âmbito historiográfico. Não viso, evidentemente, fazer um “manual da HTP”, o que é impossível, pois varia de acordo com a abordagem, temática e recortes efetuados pelo pesquisador. Mas há, sem dúvidas, questões que devem ser consideradas e que são comuns à muitos trabalhos que dialogam com o tempo presente.

2. HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: UMA ESTRANHA NO NINHO DE CLIO?

Como ponto de partida, deve-se destacar que a História do Tempo Presente não é uma novidade na historiografia,

diferentemente daquilo que muitos poderiam vir a pensar. Tanto de um ponto de vista mais “filosófico”, que considera a História tanto “ambientada na história antiga, na Idade Média, no início da Idade Moderna ou em qualquer outra época”, sendo “uma ‘história contemporânea’, porque é produzida na própria época do historiador” (BARROS, 2012, p. 184), como dentro de uma perspectiva “literal”.

Isso porque, ainda no período em que a *longue durée* virou “hegemônica” nos estudos historiográficos na França, e o tempo presente esteve praticamente ausente das pesquisas², não é possível afirmar que essa lacuna fosse regra na primeira geração dos *Annales*. Mas, para a afirmação da HTP em meio à renovação historiográfica da terceira geração dos *Annales*, “o pano foi penoso e a primeira infância, agitada. Somente depois de muitos anos é que o navio, afastando-se da zona tempestuosa, ingressou em águas mais tranquilas” (BÉDARIDA, 2006, p. 220).

Marc Bloch e Lucien Febvre reconheciam o valor do tempo presente para os historiadores. Enquanto Marc Bloch afirmava que a incompreensão do presente nascia da ignorância do passado, ainda dizia ser vã a ideia de conhecer aquilo que passou sem nada se saber do atual. Ele também incorporou esse traço em sua obra *Os Reis Taumaturgos*, quando escreveu inspirado nos boatos surgidos no *front* de batalha durante a Primeira Guerra, além de um livro-relato sobre a derrota francesa para os alemães nazistas durante a Segunda Grande Guerra.³ Outra virada importante foi a concepção *blochiana* de que a

² Não quero afirmar que os *Annales* sob a geração *braudeliana* não consideravam que o tempo presente não influenciava a pesquisa histórica. Pelo contrário. Segundo o próprio Fernand Braudel (1978, p. 235-236), em um artigo chamado *A história das civilizações: o passado explica o presente*, diz: “o autor dessas linhas (historiador para quem a História é ao mesmo tempo, conhecimento do passado e do presente, do ‘tornado’ e do ‘tornar-se’, distinção em cada ‘tempo’ histórico, quer seja de ontem ou de hoje, entre o que dura, é perpetuado, perpetuar-se-á vigorosamente — e o que não é senão provisório, até mesmo efêmero), o autor dessas linhas responderia de bom grado que é toda a História que é preciso mobilizar para a inteligência do presente”. Podemos afirmar que as três gerações dos *Annales* admitiam a influência do presente na escrita da história. Contudo, o estruturalismo *braudeliano* foi o que “fechou as portas” para o tempo presente enquanto área de pesquisa própria, diferentemente da primeira e terceira gerações.

³ Refiro-me aqui ao livro *L'étrange défaite* (A Estranha Derrota), publicado postumamente em 1946. Para uma edição brasileira, Cf. BLOCH, Marc. *A estranha derrota*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

história é a ciência dos homens no tempo, e não no passado, abrindo o horizonte do historiador, e proporcionando uma disputa territorial com antropólogos e sociólogos, admitindo a pesquisa do tempo presente pela historiografia. Por outro lado, Lucien Febvre dissera que o passado é sempre reconstruído pelo homem a partir do presente. Para o fundador dos *Annales*, seria por intermédio do presente que se deveria interpretar o passado. Além disso, em carta enviada à Bloch, em 1934, justificava a publicação de um artigo sobre a relação do fascismo com o sindicalismo, dizendo que o texto não era brilhante, mas ‘muito atual’ (DOSSE, 2012; CHAUVEAU; TÉTART, 1999; BARROS, 2012), como argumento para sua inclusão em uma edição dos *Annales*.

Ainda assim, a História do Tempo Presente, enquanto a conhecemos hoje, é “filha” da renovação historiográfica ocorrida por meio da Terceira Geração dos *Annales* na França. Ela estava inserida em um movimento mais amplo de renovação historiográfica, que trouxe consigo a revitalização da história política, ampliação de fontes, valorização da interdisciplinaridade, recusa de explicações deterministas e totalizantes e valorização de atores individuais e coletivos (DELGADO; FERREIRA, 2014).

Este núcleo estava embalado pelo *poli-centrismo*, ou seja, na formação de um grupo plural, o que contrapunha as duas gerações anteriores, onde Marc Bloch e Lucien Febvre, na primeira, e Fernand Braudel, na segunda, nortearam a produção historiográfica, em especial a francesa, liderando a revista *Annales*. Na Terceira Geração, o *poli-centrismo* é tão claro que, dificilmente, é possível traçar um perfil. Essa característica é um vértice que explica a pluralidade dos *Annales* na terceira geração: é possível encontrar nela tanto a expansão das *fronteiras historiográficas*, como a incorporação de temas como a história da infância, do sonho, do medo e do odor, além de alguns retornos e a demarcação de historiadores *não franceses* (BURKE, 1991).

Entre os ditos “retornos”, os mais famosos são o retorno da história *événementielle* e da política – ainda que com mudanças e incorporações de diversas críticas que motivaram esta a ser jogada para escanteio, como assevera René Rémond (1994). Por isso, este autor crítica a ideia de *retorno*, por não ser a *mesma história*. Doravante a isso, pode se afirmar que nesta escola histórica houve uma acentuação

da noção de interdisciplinaridade na história. Também, com a ascensão de inovações tecnológicas, foi possível fazer uso de novas metodologias, como o recurso à História Oral. Dialogarei sobre a questão dos arquivos e tecnologia mais adiante.

É claro que aqui fiz uma breve síntese de uma conjuntura mais complexa e plural no âmbito da historiografia. Não me proponho neste texto a analisar profundamente estas questões. O que quero destacar é o contexto historiográfico ao qual surgiu a *História do Tempo Presente*, marcado por diversas mudanças e questionamento dos paradigmas historiográficos presentes até então. Também foi ancorada por uma ampla defesa da interdisciplinaridade e retorno de temas que eram renegados pela historiografia dos *Annales*. Por outro lado, também não se pode resumir estas mudanças ao movimento historiográfico francês. Isso porque, não obstante, a *oxigenação* sofrida no final dos anos 1960 abarcou outras áreas, como o *marxismo* e sua abordagem culturalista inglesa. Além disso, também deu a luz à ascensão de outras correntes, como o *pós-modernismo*.

No entanto, nem todas estas mudanças foram vistas com bons olhos por parte da historiografia. Com a *História do Tempo Presente* não foi diferente. Ela também passou pelo *teste de fogo*, até René Rémond (2006) poder afirmar, em 1991, que a *batalha estava vencida* -, apesar de François Dosse (2012) minimizar a declaração, classificando-a mais como uma atitude performativa do que efetiva. Este autor não esconde ainda que haja certa desconfiança, com a área mantendo ares de suspeição e ilegitimidade.

Ou seja, ainda há um debate acerca da pauta: seriam os estudos de *História do Tempo Presente* um ramo consolidado no âmbito historiográfico? Apontarei algumas nuances a esse respeito, embora creio não haver dúvidas de que o campo do tempo presente esteja gradualmente cada vez mais consolidado, ao menos no Brasil.

3. DE TUÇÍDIDES AO INSTITUT D'HISTOIRE DU TEMPS PRÉSENT

Até que ponto a HTP é uma novidade? Se é verdade que a obra *História da Guerra do Peloponeso* não passa de uma história do tempo presente do autor, que presenciou o conflito e, a partir disso, redigiu a obra, a historiografia enquanto área

profissionalizada, ou seja, constituída como um campo “científico” no século XIX, foi um contraponto aos seus “pais gregos”.⁴ O privilégio às fontes escritas e a necessidade de objetivação pela escola metódica foram uma espécie de *ruptura* entre presente e passado.

Segundo François Dosse (2012), o retorno do espaço acadêmico destinado à HTP, no contexto da guerra da Argélia, contou com nomes que passaram a ser importantes para a historiografia, como René Rémond, François Bédarida, Jean-Pierre Rioux e Henri-Irénée Marrou.⁵ O estudo de Rémond sobre as direitas na França, justamente em meio aos anos 1950, quando o *braudelismo* estava no auge, possuiu importante acolhida, contribuindo para a institucionalização da HTP. Este autor foi um importante defensor da HTP e do “retorno” do político.⁶ Ambas as áreas não podem, por isso, ser dissociadas, pois foram os historiadores da política os que estiveram na vanguarda da HTP (SIRINELLI, 1999).

Apesar de ser ressaltado isso, vale destacar que a HTP não é, necessariamente, uma “exclusividade” da história política, apesar de esta ter sido uma dinamizadora daquela (CHAUVEAU; TÉTART, 1999). Como alerta o próprio René Rémond (1999, p. 53), “muito frequentemente misturamos as duas porque os mesmos historiadores militaram pelas duas causas. Mas as duas não coincidem”.

A proximidade das duas áreas é tamanha que, no Brasil, recentemente foi lançada uma obra sobre História do Tempo Presente, onde praticamente só há textos com ênfase no político. Refiro-me à coletânea organizada por Lucília Delgada e Marieta de

⁴ Sobre os autores ‘metódicos’, cf. MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010 e BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História: os primeiros paradigmas – positivismo e historicismo*. Petrópolis: Vozes, 2014, v. II.

⁵ Sobre isso, cf. MARROU, Henri-Irénée. *De la connaissance historique*. Paris: Seuil, 1954.

⁶ Sobre o retorno do político entre distintas correntes historiográficas, indico a síntese de MARTINS, Luis Carlos dos Passos. História política: usos e abusos do conceito. In: MUNIZ, Altemar da Costa; MARTINS, Luis Carlos dos Passos (orgs.). *História política: interfaces e diálogos*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Ceará: EDUECE, 2016.

Morais Ferreira⁷, que admitem essa característica na obra: “o livro objetiva contribuir para a reflexão de historiadores, estudantes de história e profissionais de área de conhecimento afins à história que se dedicam a estudos sobre história do tempo presente, com ênfase na história política” (2014, p. 7). Nesse sentido, o que se nota nos estudos relacionados ao tempo presente ainda é uma predominância de temas relacionados ao político. Isso ainda atrela a HTP aos estudos políticos, mas atualmente podemos perceber uma expansão das pesquisas em tempo presente para outras áreas, relacionadas a cultura visual, economia, cultura e outros.

A partir do último terço do século XX, houve uma retomada de trabalhos com o olhar voltado ao Tempo Presente. Ela traz uma gama de características singulares no fazer historiográfico e em sua metodologia que não eram exclusivos à HTP, mas tiveram nela uma caixa de ressonância bastante importante.

Bruno Fagundes (2014, p. 24) defende que “a história do tempo presente retoma, no século XX, o que os eruditos franceses dos séculos XVIII e XIX haviam acreditado”. Ainda que essa afirmação não possa ser considerada de forma denotativa, em função das diferenças óbvias de concepção historiográfica e de contexto, a analogia de Fagundes é pertinente. Pois, como o autor destaca, na HTP 1. houve o reconhecimento de que testemunhos possuem legitimidade histórica; 2. a história contemporânea passou a poder ser vista com objetividade; 3. a memória oral passou a ser vista como tão problemática quanto a escrita; 4. se concebeu a função política da história em formar cidadãos tanto pelo passado recentes como dos remotos e 5. a divisão do tempo histórico do historiador é algo positivo ao ter as mesmas categorias e referências com o objeto pesquisado.

Grosso modo, podemos demarcar a consolidação deste movimento a partir do *Institut de l'histoire du temps présent*, criado em 1978, e ainda em funcionamento. Sua importância é decisiva, sendo um “continuador” do Comitê de História da II Guerra Mundial, que inaugurou o campo de estudos do tempo presente (RÉMOND, 2006). Um bom “termômetro” para medir a

⁷ Ver: DELGADO, Lucília das Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

importância do IHTP é o fato de que, em obras norteadoras da terceira geração, mais ou menos contemporâneas ao Instituto, como *Faire de Histoire* (1974), *La nouvelle histoire* (1978) e *L'atelier de l'histoire* (1982), praticamente não há menções à HTP. Um ponto, segundo Agnes Chauveau e Philippe Tétard (1999), que pode ser explicável em cima de duas hipóteses: a de serem estas obras organizadas por medievalistas e modernistas, interessados em seus campos que não são o Tempo Presente, e um reflexo ainda de uma concepção de *longué durée* não totalmente superado.

4 HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: PROVISORIEDADE, DELIMITAÇÃO, DILEMAS

A emergência da HTP vem por uma série de motivos. Mas nenhum deles é tão significativo quanto ao fato de ela emergir por uma demanda social, bem mais do que um hiperativo acadêmico-histórico, ao menos na França (SIRINELLI, 1999). Ora, os historiadores, cada vez mais, vêm sendo chamados para opinar em temas relacionados, direta ou indiretamente, com implicações no tempo presente. Já não há hoje uma *terceirização* do contemporâneo ou do imediato aos sociólogos, cientistas políticos ou jornalistas, apenas citando algumas disciplinas que trabalham com o tempo presente. E, além disso, a ideia de que “a história do tempo presente é frequentemente melhor feita pelos sociólogos, politólogos, alguns grandes jornalistas, do que pelos historiadores” (CHAUVEAU, TÉTARD, 1999, p. 11), como dissera Jacques Le Goff na comissão de fundação do IHTP, parece hoje uma afirmação superada e quase digna de anedota, ainda que não se esteja, aqui, menosprezando a capacidade das demais profissões que lidam com o Tempo Presente e suas abordagens específicas.

Aliás, definir o que é tempo presente é um problema. Por isso, concordo com Regina Neto (2014) quando afirma que a denominação “tempo presente” escapa entre os dedos e é de difícil apreensão. Tecnicamente, um significado *crú* a definiria como um ramo do saber historiográfico com um recorte cronológico próximo ao presente. Marieta de Moraes Ferreira (2000, p. 9) identificou essa imprecisão como um dos pontos de dificuldade para a HTP se afirmar e buscar legitimidade, “por não ter uma definição mais precisa de seu objeto, de suas metodologias e dos

limites de sua investigação. Que denominação utilizar, que recortes cronológicos selecionar?”

Mas como definir isso? Penso que a imprecisão em se definir o que é *Tempo Presente* é uma característica própria da área. Há pesquisadores que a definem como a partir da Segunda Guerra Mundial. Outros, com a queda do muro de Berlim. Ainda assim, vejo ambas como arbitrárias e deterministas. Como a queda do muro pode ser um marco delimitador para um trabalho sobre história da moda de uma pequena localidade distante daquele contexto? Em um recorte como este, talvez, o impacto da queda do muro pode ser quase irrelevante para ser alçado como um *divisor de águas*, variando inclusive entre países. Trocando em miúdos, pode-se afirmar que a precisão não é uma prioridade e um problema central para os estudos de HTP.

No sentido daquilo que foi trabalhado no parágrafo acima, a assertiva de Luisa Passerini (2006, p. 211-212) é bastante ilustrativa acerca da subjetividade do recorte temporal. Ela demonstra a diferenciação do que é visto como contemporâneo em cada país, além de destacar o papel de 1989 como um marco delimitador para a história.

Cabe lembrar primeiramente o caráter subjetivo dos começos históricos. A Espanha contemporânea começa a contar seus anos a partir da guerra civil de 1936 (Mercedes Vilanova); na Alemanha, nos anos 50, os especialistas consideram que a *Zeitgeschichte* teve como ponto de partida o ano de 1917 (Hartmut Kaelble); a II Guerra Mundial é tida como o acontecimento inaugural ou a matriz do tempo presente (Jean-Pierre Azéma); na França, prevalece há muito o hábito de começar a história contemporânea em 1789 (Michel Trebitsch). Mas trata-se, nesse caso, de subjetividades coletivas que cumpre aprofundar e penetrar inteiramente para chegar-se à única objetividade possível em história. [...]. Atualmente assistimos a um desses "começos": o ano de 1989 (Etienne François, Hartmut Kaelble) se apresenta como o início de uma nova era que nos pegou a todos de surpresa; que induz a reescrever a história de certos países europeus e que redefine a Europa. É evidente que todo começo define não

somente uma época, mas também um espaço, uma dimensão que pertence a esse tempo.

Portanto, vejo a maleabilidade como um ponto positivo. A HTP é menos uma área e mais uma noção de recorte temporal, onde nela poderão se enquadrar diversos ramos do saber historiográfico. Portanto, uma delimitação *rígida* acaba sendo bastante contraproducente, até para buscar consolidar a HTP como uma área de estudos não atrelada apenas à história política, mas abarcando diversas temáticas de pesquisa.

De todo modo, a delimitação também traria outro problema. Tendo em vista a provisoriedade do recorte temporal, aquilo que é visto como *tempo presente*, hoje, provavelmente não será mais considerado como tal daqui a 50 anos. Ou, também, quando houver um evento como marco delimitador, à exemplo da Segunda Guerra ou queda do muro de Berlim, para mencionar dois exemplos que costumeiramente são usados como “pontos de partida” para demarcar o que seria *tempo presente*.⁸

4.1 QUANDO O PASSADO É PRESENTE - E O PAPEL DO HISTORIADOR EM CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS

Por outro lado, um dos pontos mais polêmicos em relação ao tempo presente diz respeito ao *posteriori*. Sabemos que um estudioso do Estado Novo conhece o que veio depois: a emergência de uma experiência democrática, eleição e suicídio de Vargas, o advento do populismo e seu colapso exemplificado com o golpe, que foi sucedido por uma ditadura civil-militar de 21 anos até a reabertura, em 1985. O saber do *posteriori* influencia, inegavelmente, a escrita da história, ainda que, às vezes, de forma quase “inconsciente”. Esse ponto permite ao historiador

⁸ As implicações e dúvidas acerca de uma delimitação, por sinal, estiveram presentes no seminário que resultou no livro *Ecrire l'histoire du temp présent*, publicado em 1993 pelo Instituto de História do Tempo Presente. Esta obra é fruto de um profundo debate e reflexão sobre o tempo presente entre uma série de intelectuais do saber historiográfico e de outras áreas, oriundos de diversos países.

estabelecer as rupturas e continuidades daquele contexto em uma perspectiva diacrônica.

Além disso, outros temas, com recorte temporal mais afastado, possuem indiscutível implicação com o tempo presente. No Brasil, alguns exemplos são latentes. Sabe-se que, ao abordar temas como o *trabalhismo*, *populismo*, *ditadura civil-militar*, *integralismo* ou *(anti)comunismo*, alguns destes com um afastamento cronológico de muitas décadas, está se mexendo não apenas com bandeiras ainda presentes e defendidas por parcelas consideráveis da sociedade civil, mas com a memória de uma representação considerável, que está sempre em disputa tanto por seus “defensores” como por seus “detratores”.

Portanto, se toca em temas que estão muito presentes, apesar do afastamento cronológico. Além disso, a relação com a memória é sempre um ponto delicado⁹, mesmo quando envolvem temas de pouco alcance na sociedade, tendo em vista que “a memória se constrói na lembrança, mas também no esquecimento”. Ou seja, de que “o processo de construção de memórias implica escolhas entre os fatos do passado que, por alguma razão, determinado grupo considera que devam ser lembrados/rememorados; e, ao fazer escolhas, o grupo também sublima, oculta ou esquece outros fatos”. Esse processo ocorre tanto por meio de uma política oficial de estado – como o *stalinismo* e o processo de esquecimento de alguns líderes, por exemplo –, quanto através de grupos se atrelamento estatal (MOTTA, 2012, p. 27). De toda sorte, em ambos os casos ocorre um processo antagônico ao ofício do historiador, que é destinado à análise, crítica e compreensão do objeto estudado. E, neste íterim, o historiador acaba sendo, em alguns casos, um “*desconstruidor*” destas memórias.

Às vezes, por mais que o tema analisado pelo historiador não tenha implicação *macro*, as peças movidas em pequenos grupos (família, amigos ou admiradores de uma determinada seita, movimento político ou personalidade local, para deixar uma rápida

⁹ Sobre a relação entre História do Tempo Presente e memória, cf. MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente: In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

delimitação) podem trazer decorrências e até repulsa por parte destes¹⁰, envolvendo a produção historiográfica em uma *guerra de memórias* ou de legitimidade em torno de posições políticas. Como alerta Henry Rousso (1993), as relações entre passado e presente na história, hoje, são acompanhadas do rompimento da ideia de identificação do objeto histórico e passado, que era definido como algo morto e incapaz de ser reinterpretado em função do presente. Rompimento este que abriu, por exemplo, caminhos para o estudo da história do século XX.

Também, por vezes, o historiador é chamado a se posicionar e emitir opiniões a respeito de determinados contextos políticos, culturais ou sociais. Em alguns deles, é comum ser chamado para dar o “parecer” de especialista sobre alguma ação vinculada à memória, como um feriado, monumento ou manifestação política, por exemplo.

Nestes casos, fica novamente evidente a fragilidade de uma denotação via recorte cronológico da definição do Tempo Presente, pelas consequências no contemporâneo ao mencionar o passado e as disputas de memória. A implicação, por exemplo, de uma pesquisa vinculada ao Quilombo dos Palmares, onde o recorte temporal estaria se debruçando no século XVII, pode vir a ter impactos bastante significativos para o movimento negro, por exemplo, ainda que o distanciamento seja muito largo. Há uma influência, portanto, nestes conflitos de memória, e que o historiador pode intervir do tempo presente ao passado, mesmo que em uma perspectiva diacrônica.¹¹

¹⁰ Este autor é amigo de uma pesquisadora que analisa a atuação de um deputado, ex-membro do PTB, que fundou um movimento de dissidência no partido nos anos 1950. Este deputado, apesar de falecido há mais de 50 anos, no auge de sua carreira, havia obtido a hostilidade do líder da juventude do PTB, que ainda é vivo e foi muito ligado a Leonel Brizola. Quando conduziu o filho do então deputado para as dependências do estabelecimento de onde iria fazer com ele a entrevista, estava o, na época, jovem militante do PTB, hoje um senhor com idade bastante avançada. Apesar do distanciamento de quase cinco décadas, e de o filho do deputado ser criança no período em que as rugas com seu pai ocorreram, a pesquisadora dissera que ambos não se olharam e evitaram se cumprimentar. A pesquisa da autora foca nos anos 1950. No entanto, este pequeno exemplo é bastante elucidativo: seu trabalho tem uma implicação bastante clara com a memória de algumas famílias, mesmo que ela, talvez, nem esperasse.

¹¹ Este exemplo citado é ancorado em um caso real: o envolvimento do historiador Me. Adriano Viaro, pesquisador de Zumbi e do Quilombo dos Palmares, em disputas de

O que se quer discutir neste exemplo, também, é o fato de que, se o historiador deve manter um distanciamento crítico em relação ao seu objeto de pesquisa e proceder com rigor e discernimento, nem por isso ele consegue ser “neutro” (BÉDARIDA, 2006). Seja trabalhando sobre o século XVI ou XXI.

Além disso, a demanda social vem no sentido também de discutir posicionamentos, sejam eles culturais, sociais ou políticos. Não é necessário se afastar muito cronologicamente para encontrarmos exemplos. Durante o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, alguns historiadores não apenas tomaram aberta posição, como criaram um movimento, autodenominado “*em defesa da democracia*”. Também lançaram uma obra em repúdio ao processo de *impeachment*, denunciando-o como um golpe de estado. A consequência do engajamento de parte da academia deu origem, justamente, a um amplo debate sobre o papel do historiador. Essa discussão ganhou inclusive alguma visibilidade midiática nos principais jornais do Brasil, como a *Folha de São Paulo*, o *Estadão* e *O Globo*.¹²

memória com o vereador Fernando Holiday (DEM-SP). Holiday é um vereador negro que defende uma pauta contrária às políticas afirmativas e às bandeiras do movimento negro, e busca “denunciar” Zumbi dos Palmares como um “torturador” e “assassino”, comparando-o à Hitler. A apropriação do vereador em relação à Zumbi fez com que Viaro chegasse a publicar uma carta-aberta, desconstruindo os argumentos de Holiday. É um exemplo de mistura entre bandeira militante com pesquisa histórica. Cf. PROFESSOR de história escreve carta aberta a vereador que comparou Zumbi a Hitler. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/professor-de-historia-escreve-carta-aberta-a-vereador-que-comparou-zumbi-a-hitler/>; acesso em 20.11.2016.

¹² Neste sentido, ver, dentre outros: MATTOS, Hebe. Os historiadores e a democracia. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opinia/2016/08/1808638-os-historiadores-e-a-democracia.shtml>; acesso em 14.11.2016; KARNAL, Leandro. O historiador como juiz. *Estadão*. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,o-historiador-como-juiz,10000075101>; acesso em 14.11.2016; MAGNÓLI, Demétrio. Formação de quadrilha. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/demetriomagnoli/2016/06/1785523-formacao-de-quadrilha.shtml>; acesso em 14.11.2016; ADGHIRNI, Samy. Ideia de que *impeachment* é golpe ecoa retórica bolivariana, diz historiador. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1756891-ideia-de-que-impeachment-e-golpe-ecoa-retorica-bolivariana-diz-historiador.shtml>; acesso em 14.11.2016. Sobre o livro publicado por alguns historiadores que se posicionaram em relação ao processo de *impeachment*, ver: MATTOS, Hebe; BESSANE, Tânia.

Afinal, qual seria o papel do historiador naquele contexto? Não entrarei neste debate. Mas essa discussão é bastante ilustrativa, ainda que se tratasse *menos* de uma HTP e mais de uma “História Imediata”, entendida aqui como um sinônimo de *tempo presentíssimo*, o que suscita ainda mais polêmicas - e não pretendo me estender nela.¹³ Por outro lado, devo destacar que levantei aqui temas extremos. Não há um cálculo matemático que tutele o Tempo Presente como sinônimo de mexer em temas “polêmicos” e “controversos”. Por isso, quando Dominique Schnapper (1993, p. 50) afirma que os trabalhos de HTP “touchent à des passions qui font encore partie du débat politique actuel”, vejo essa afirmação com certa relatividade. Não é porque um trabalho lida com o tempo presente que, necessariamente, irá mexer em paixões presentes no debate político.

Há trabalhos de HTP que possuem pouca ou nenhuma implicação fora dos debates acadêmicos, por vezes menos do que alguns temas diacrônicos. Contudo, o fato de os trabalhos de HTP estarem em vinculação mais direta com temas de interesse à sociedade civil já exemplifica a importância de estudos que dialogam com o contemporâneo, que mexem também com o desafio de lidar com o senso comum.

Afinal, o historiador cumpre também um papel ético e social.¹⁴ Não poderia, portanto, se eximir de debates que possui condições

MAMIGONIAN, Beatriz (orgs.). *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado*. São Paulo: Alameda editorial, 2016.

¹³ Os artigos de Chauveau e Tétard e de Jacques Le Goff abordam algumas noções iniciais e as muitas polêmicas envolvendo a relação do imediatismo, que *não* é sinônimo de HTP. Cf. CHAUVEAU, Agnès. TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. In: CHAUVEAU, Agnès. TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1991; LE GOFF, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1991.

¹⁴ Um exemplo concreto disso foi a polêmica envolvendo Ernst Nolte, durante a visita de Reagan a um campo de concentração nazista e a um cemitério onde estão enterrados membros da SS nazista, em 1986. No artigo, o historiador mencionou que a tragédia nazista era reiteradamente lembrada, citando que outros casos tão trágicos também haviam ocorrido e que era necessário expor o interesse dos descendentes dos perseguidos que buscavam manter o status e o privilégio tributário daquele passado “firmado no presente”. A repercussão do apelo revisionista foi intensa. E entre os críticos deste revisionismo estavam Jurgen Habermas, Pierre Vidal-Naquet e Hinnerk Bruhns

singulares dentro da sociedade para contribuir. Pois, por mais contemporâneo que seja o tema, deve-se ter claro que “o historiador do presente trabalha sobre um passado mais próximo, com os acontecimentos indefinidos ou até mesmo no meio dele. Dessa forma, a história do presente é primeiramente e antes de tudo história” (SANTOS, 2009, p. 8). A principal diferença entre ele e seus colegas com uma perspectiva diacrônica mais ampla é que “jamais um medievalista ou um modernista poderá ‘viver’ o que descreve. Ele deve recompor uma realidade que lhe escapa fisicamente” (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999, p. 31).

Portanto, penso como René Rémond (2006, p. 207). Ele defende que “não há diferença entre a atividade do historiador que estuda a guerra do Peloponeso e a daquele que se interessa pela II Guerra Mundial; não há razão para estabelecer uma diferença e distinguir a história do tempo presente”, ainda que, particularmente, admita o fato de haver algumas especificidades. E isso não é argumento satisfatório para trazer uma ruptura: cada área de pesquisa possui características que lhes são próprias e inerentes da própria especialidade.

Nesse sentido, corroborando a assertiva acima, acho importante transcrever um trecho da entrevista de Luciano Figueiredo, então presidente da Revista de História da Biblioteca Nacional. Esta revista tem como objetivo colocar os historiadores em diálogo direto com o grande público. Na entrevista de Figueiredo, podemos perceber a importância e a tensão sobre a qual a produção das ciências humanas está inserida. A criação da revista, com ampla circulação nacional, por sinal, é um ponto explícito acerca da demanda social a qual os historiadores são cobrados para além das discussões entre seus pares. Ao ser perguntado acerca do papel da revista, dissera que este seria o de

Fazer girar mais rápido a roda da vida cultural, social e política. É isto que induz a difusão do conhecimento, em especial nessas disciplinas. História e ciências humanas têm

(MOTTA, 2012). Naquele contexto, o que estava em debate era justamente o papel do historiador e demais cientistas sociais naqueles embates pela memória do holocausto e do negacionismo.

um expressivo papel mobilizador junto aos indivíduos e grupos, uma vez que lidam com identidade, memória, participação e organização públicas, interação e confrontos, assim como condições de existência.¹⁵

Outro ponto a ser adicionado aqui é o fato de que muitas vezes uma escolha de tema, ainda que afastada cronologicamente, pode vir a ser de uma influência do tempo presente. Um pesquisador que venha a trabalhar sobre os movimentos sociais na década de 1930, por exemplo, talvez fosse motivado a este tema em função de sua própria participação em algum destes grupos em sua trajetória pessoal ou para tentar compreendê-los em uma perspectiva histórica.¹⁶ Em síntese, podemos afirmar que “o contexto histórico [ao qual o pesquisador está inserido] influi sobre as orientações historiográficas, e isso em quaisquer que sejam os períodos estudados”, pois “o papel do presente no ofício do historiador é inegável” (SIRINELLI, 1999, p. 80-82), mesmo quando a temática de pesquisa é afastada.

5 O AVAL DO *POSTERIORI* E A FUNÇÃO SOCIAL DO HISTORIADOR NO TEMPO PRESENTE

A pergunta que é repetida com alguma constância é: qual o aval que a História do Tempo Presente possui do *posteriori*? Jean Jacques Becker (1999) assinala que o historiador do presente deve ter prudência, para não se arriscar na prospecção em torno de um presente que não pode ser senão provisório e sem prejudicar o futuro. Vejo que tanto a pergunta levantada como a afirmação de Becker possuem um peso superdimensionado. Um historiador que se debruça sobre a queda da URSS possui relativo domínio do que

¹⁵ ENTREVISTA com Luciano Raposo de Almeida Figueiredo. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=entrevista/entrevista-com-luciano-raposo-de-almeida-figueiredo>; acesso em 20.11.2016.

¹⁶ Jean-François Sirinelli (1999) mapeou alguns historiadores que foram influenciados por conjunturas contemporâneas para a escolha de seus temas de pesquisa. Philippe Contamine teria optado por estudar a Guerra dos Cem Anos em função de ser da geração da guerra da Argélia. Pela influência do mesmo evento, Antoine Prost se dedicou a estudar os antigos combatentes franceses no entre-guerras.

veio depois, com o colapso do comunismo, e nem por isso deixa de ser um pesquisador do *tempo presente*.

Além disso, qual historiador acadêmico, minimamente familiarizado com sua profissão, faria uma análise, seja no tema que for, prejudgando o futuro? Afora que, se o presente é provisório e as pesquisas podem passar por revisões e correções no futuro, sabe-se que, mesmo os trabalhos com recortes afastados, vivem sob a mesma tensão. Toda a pesquisa é datada, independente do período analisado. E isso ocorre seja pelo descobrimento ou disponibilização de arquivos ou por novos aportes teóricos. Por isso, a assertiva de Serge Berstein (1993, p. 55) é pertinente. Para ele, “je crois n'avoir jamais ressenti l'histoire du temps présent comme une histoire tres profondément ou tres notablement différente des autres aspects de l'histoire”.

De todo modo, a assertiva tanto de Sirinelli (1999) quanto de Serge Berstein e Pierre Milza (1999) são convergentes: o historiador trabalha sobre o passado, mesmo que próximo. A HTP é, antes de tudo, história. Sem negar suas especificidades, seus objetivos, métodos e fontes, pode-se afirmar que em nada diferem da história do século XIX.

Além desses, outro ponto é o de o historiador do *tempo presente* lidar com aquilo que lhe foi contemporâneo, portanto, com o que viveu. Destes, o exemplo mais famoso é o de Eric Hobsbawm e o seu *Era dos Extremos*. Ele assevera:

[...] uma coisa é escrever a história da Antiguidade Clássica, ou das Cruzadas, ou da Inglaterra dos Tudor como filho do século XX, como todos os historiadores desses períodos devem fazer, e outra bem diferente é escrevermos a história do próprio tempo em que vivemos (HOBSBAWM, 2013, p. 315).

Dentre outros pontos, Hobsbawm aponta para o problema do ângulo do historiador. A vivência pessoal, segundo ele, molda a forma como determinado objeto é visto pelo pesquisador. Por isso, exemplifica:

Minha experiência de vida é diferente da de Florestan Fernandes. Se tivéssemos escrito sobre o mesmo tema histórico, não teríamos escrito da mesma forma. Se isso ocorre no caso de historiadores com idades e formações semelhantes, a diferença entre gerações é suficiente para dividir profundamente os homens. Quando digo a meus alunos americanos que lembro do dia, em Berlim, em que Hitler se tornou chanceler da Alemanha, eles me olham como se eu tivesse dito que estava no Teatro Ford quando o presidente Lincoln foi assassinado em 1865. Os dois eventos lhe parecem pré-históricos. No entanto, para mim, 30 de janeiro de 1933 constitui um aparte do passado que ainda faz parte do meu presente (HOBSBAWM, 1995, p. 105).

Algumas questões levantadas por Hobsbawm merecem ser mais bem debatidas. É evidente que há uma diferença nas abordagens de HTP e de temas cujo distanciamento seja mais longo. Mas essa diferença diz muito pouco sobre o que pode ser pesquisado ou não. Até porque, é pouco fundada a lógica de “deslegitimar” determinados trabalhos *apenas e exclusivamente* por trabalharem com o recente. Penso que vale acima de tudo a premissa do historiador oitocentista Lord Acton: *study problems, not periods* (PROST, 2014). Portanto, fazer uma diferenciação por período traz a ideia de uma hierarquização de temas ao historiador, tendo a noção de que, quanto mais antigo, “melhor” e “mais preparado” para o trabalho. Além disso, dá a entender que o contexto ao qual o historiador está inserido interfere somente em análises com temas contemporâneos, o que é equivocado.

Por outro lado, Hobsbawm (2013) levanta algumas “vantagens” ao historiador do tempo presente. Mencionando as bruscas mudanças do século XX, diz ele que a principal vantagem de um pesquisador que *escreveu e viveu* este período “é o mero fato de saber, sem nenhum esforço especial, o quanto as coisas mudaram” de forma tão radical em curto espaço de tempo. Essa concepção, para o autor, dificilmente estaria clara para um *jovem historiador*, que não presenciou como as coisas mudaram em 20 ou 30 anos, diferentemente de um pesquisador que viveu e, também,

sentiu elas. Por isso Hobsbawm faz um alerta bastante central para a questão *geracional* dos historiadores.

Deve-se ater ao fato de que, por vezes, um distanciamento temporal, mesmo que curto, entre a pesquisa e seu objeto podem trazer diferenciações significativa na escrita do trabalho. Hobsbawm ilustra isso, ao mencionar que via o século XX bipartido em uma era das *catástrofes* e de sua antítese, ou seja, pela reestruturação extraordinária do modelo econômico capitalista-ocidental. Mas, em um período de dois anos, a queda da URSS veio acompanhada de uma forte crise econômica internacional nos anos 1990, fazendo o autor pensar o período como iniciado e terminado por crises, ainda que a segunda fase fosse tão imediata que pouco poderia explorar sobre ela no ato de escrita sobre o *breve século XX*.

Neste exemplo, podemos perceber que um afastamento de dois ou três anos podem alterar substancialmente a visão de um historiador sobre seu objeto de pesquisa, sendo mais um desafio para aqueles que buscam estudar o tempo presente. Desafio este que estará menos exposto aos historiadores que trabalharem o mesmo período daqui meio século, ou seja, com a perspectiva diacrônica que faltaria à alguns historiadores que lidassem com a História do Tempo Presentíssimo (ou imediata). Foi o que ocorreu com o fechamento do século XX para Hobsbawm, que possuía de forma relativamente clara o desdobramento das fases cronologicamente mais afastadas do mesmo século. A parte em que Hobsbawm ainda possuía algum ceticismo em classificar ainda estava *acontecendo* - no gerúndio – e, por esse *imediatismo*, não possuía um distanciamento suficiente para finalizar uma interpretação.

A inserção do historiador em um contexto influencia tanto se ele trabalha a ascensão do governo Lula ou FHC da mesma forma que está presente se o mesmo pesquisador for analisar a ocupação territorial brasileira por tribos indígenas no século XVII. Qual a garantia de que o primeiro exemplo seria mais “distorcido” e “influenciado” pelo contemporâneo do que um trabalho que se volta ao século XVII? Minha resposta, particularmente, é de que tal divisão é absolutamente ilusória. Fruto, talvez, de uma herança metódica que ainda perpassa por parte da historiografia. Marieta de Moraes Ferreira (2000) afirma que a emergência de uma história

“científica” na França não dava espaço ao contemporâneo. A história “científica” tinha como ponto indispensável uma *visão retrospectiva*, cuja perspectiva, em busca da objetividade, só era possível com um distanciamento crítico e com o arquivamento do passado. O contemporâneo era relegado apenas ao programa de ensino secundário e estudado por amadores. Não tinha espaço na “ciência” histórica.

Hoje, por outro lado, há ampla admissão e reconhecimento da subjetividade do historiador. Esse “campo minado”, cheio de armadilhas, a qual rondava a produção historiográfica do tempo presente não deve eximir a pesquisa histórica. Em um livro publicado em 1991, Jean François Sirinelli traz uma importante passagem para reflexão a este respeito. Dissera ele, citado por Chauveau e Tétard (1999, p. 29): “nem por isso, o perigo deve proibir uma reflexão. Uma história serena não significa uma história asséptica: assumir a subjetividade é meio caminho andado para controlá-la”.

Até porque, o historiador do presente sabe que outras pesquisas virão. Correções e novos olhares sobre seu trabalho surgirão no curto, médio e longo prazo. O trabalho será “julgado em segunda instância pelo futuro” (SIRINELLI, 1999, p. 92). O historiador do tempo presente, conforme François Bédarida (2006, p. 229), deve considerar que sua pesquisa “mais do que qualquer outra, é por natureza uma história inacabada: uma história em constante movimento, refletindo as comoções que se desenrolam diante de nós e sendo portanto objeto de uma renovação sem fim”.

Efetivamente, concordo com Jean Santos (2009, p. 10-11) quando afirma que nenhuma construção histórica, independente do período “está imune aos preconceitos e desvios dos historiadores. Isto é, nada garante de antemão, que trabalhar com uma pesquisa de duzentos ou trezentos anos atrás, afasta o historiador dos preconceitos de seu tempo”. Nota-se certa ingenuidade, por parte de alguns dos detratores da HTP, como se esta influência fosse exclusiva aos objetos de pesquisa que dialogam diretamente com o contemporâneo. Afinal, “antes de ser analista, o historiador é homem, cidadão, ator ou espectador, e há alguns anos, tanto em seus escritos como em seus cursos, ele

reivindica ou reconhece cada vez mais seu próprio pertencimento à história” (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999, p. 28).

Por outro lado, sabe-se que a cobrança em cima do historiador do tempo presente em relação a isso é muito maior, o que gera não só uma cobrança externa por parte de seus pares, mas também uma espécie de *autopoliciamento*, tendo em vista que seu “criticismo” está sendo sempre colocado à prova, muito mais em cima do historiador que trata com aquilo que lhe é contemporâneo.

Uma das nuances levantadas por Hobsbawm na passagem citada acima diz respeito às diferentes abordagens que um tema do tempo presente teria entre dois pesquisadores que vivenciaram meios distintos. Esse ponto parece não passar de uma obviedade. Por isso, indago se esta constatação seja tão exclusiva e peculiar à história do tempo presente a ponto de lhe dar esse *status*. Isso porque tal característica é inerente a qualquer recorte cronológico, não necessariamente do tempo presente.

Contudo, o exemplo trazido pelo historiador britânico acerca de suas memórias e do choque de gerações traz um ponto que considero importante. Como já disse acima, há uma imprecisão na definição do que pode ser entendido como História do Tempo Presente, tornando sua “fronteira” fluída. O único acordo que é pouco discutível para defini-la é o fato de a HTP se aproximar, de alguma forma, com o presente.

A dissonância de gerações faz com que temas iguais não tenham a mesma representação subjetiva entre historiadores de épocas diferentes. Um tema de história política como, por exemplo, a ascensão de Fernando Collor em 1989 pode ser algo que foi vivenciado e acompanhado por jornais, meios de comunicação de massa e rodas de *chopp* e café entre amigos por um chefe de departamento de pós-graduação, já em sua idade adulta naquele contexto. E lhe foi, portanto, contemporâneo. Ele viu, viveu e possivelmente tomou posição naquele contexto, moldando sua posição por meio de seu convívio social. Mas o mesmo não será tão presente para um jovem historiador que, com 23 anos, está ingressando no mestrado do mesmo programa analisando justamente este tema de pesquisa, quando nem era nascido.

O exemplo é caricato, mas penso que mostra a dissonância entre gerações, e que, entre duas pessoas na mesma sala, algo pode ser *contemporaneíssimo* para uma, e parecer tão distante quanto o assassinato de Lincoln para outra, usando a metáfora de Hobsbawm. Ou seja, o distanciamento *pessoal* para um não é o mesmo para outro pesquisador, que pode ver em uma análise sobre Fernando Collor um afastamento pessoal tão grande quanto à queda da bastilha ou a eclosão da Primeira Grande Guerra. Portanto, se, para Hobsbawm, um dos fatores de influência na escrita da HTP seja a vivência pessoal no período estudado, isso nem sempre é um paradigma. E, por outro lado, poucos duvidariam, dentro da História Política, acerca importância de se estudar a temática que usei acima e de sua contemporaneidade, ainda que trabalhado por algum pesquisador que havia – ou não – vivido aquele contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que apresentei neste texto, busquei analisar alguns dos dilemas, dificuldades e avanços relacionados à História do Tempo Presente dentro de uma gama mais geral. Nestas considerações, penso que a História do Tempo Presente possui suas especificidades. No entanto, nenhum dos dilemas e percalços aos quais ela está inserida é relevante a ponto de descartá-la. Qual abordagem histórica não possui percalços, desafios ou não exige cautela? Com a HTP, evidentemente, não é diferente. No entanto, pensar que a existência de *pedras no meio do caminho* soe como um convite para o pesquisador não explorar determinados campos é, além de tudo, duvidar da capacidade de análise do historiador. Isso, ao menos, quando a justificativa é *somente* pelo recorte cronológico não ser tão distante quanto aos que, habitualmente, os pesquisadores da área estão acostumados a lidar.

Além disso, há áreas em que o diálogo interdisciplinar é bastante rico e profícuo, e não há por que se abster de tirar proveito disso. Nestas últimas palavras, falarei daquele ao qual trabalho em minha tese e, portanto, acabo dizendo com maior conhecimento de causa: os historiadores do político podem retirar enormes

contribuições do diálogo com a Ciência Política. Os politólogos, diferentemente dos historiadores, costumemente não trabalham com temas cronologicamente distantes.

Além de resultar em ricos debates, com troca de visões, abordagens e marcos teóricos para ambas as áreas do conhecimento, vejo também que, ao “abandonar” a História Política do Tempo Presente, os historiadores do político tendem a “chegar atrasados” ao estudo de temas em que, por vezes, já gerou uma profícua discussão entre os politólogos. Os historiadores, muitas vezes, discutirão estes temas quando, na Ciência Política, os mesmos já não estão em pauta entre os politólogos. Vejo isso muito claro na minha pesquisa, onde estou praticamente sozinho em meio aos historiadores, mas cercado de trabalhos de cientistas políticos que vêm analisando a formação, organização e trajetória do Partido dos Trabalhadores no âmbito nacional.

Se há esse ponto na minha temática, não tenho dúvidas que o mesmo deve ocorrer em outras abordagens, que podem dialogar com uma série de outras áreas, como o jornalismo e as ciências sociais. Esse ponto, por sinal, merece um aparte: se na França, a HTP é praticamente irmã da História Política, um processo bastante semelhante parece ocorrer no Brasil. Não tenho dúvidas de que, para a HTP se afirmar, também precisa ampliar sua diversidade temática, dialogando com o cultural, social, econômico etc, e não ficando circunscrito ao político.

Finalizo este artigo com um convite à reflexão: cada vez mais os historiadores estão sendo chamados para discussão, tanto acadêmica quanto pública, em temas relacionados ao presente. Como fazê-lo, com qualidade e competência, negligenciando os estudos e as pesquisas de tempo presente a um segundo plano?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARROS, José D’Assunção. *Teoria da história: a escola dos annales e a Nova História*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BECKER, Jean-Jacques. Marxismo e comunismo na história recente. In: CHAUVEAU, Agnès. TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1991.

- BÉDARIDA, François. Tempo Presente e presença da história. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. Conclusão. In: CHAUVEAU, Agnès. TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.
- _____. L'historien et le contemporain. In: INSTITUT D'HISTOIRE DU TEMPS PRÉSENT (IHTP). *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris: CNRS Editions, 1993.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales – 1929-1989: a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP Editora, 1991.
- CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CHAUVEAU, Agnès. TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. In: CHAUVEAU, Agnès. TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1991.
- DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 4, n. 1, 2012. P. 5-22.
- ENTREVISTA com Luciano Raposo de Almeida Figueiredo. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=entrevista/entrevista-com-luciano-raposo-de-almeida-figueiredo>; acesso em 20.11.2016.
- FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. É possível fazer tábula rasa do passado... e do presente dos historiadores? In: DELGADO, Lucília das Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura vozes*, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, maio/jun., 2000.

_____; DELGADO, Lucília das Neves; Introdução. In: DELGADO, Lucília das Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

HOBBSAWM, Eric. O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo. *Novos Estudos*. São Paulo, nº 43, 1995.

_____. O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo. In: HOBBSAWM, Eric (org.). *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

INSTITUT D'HISTOIRE DU TEMPS PRÉSENT (IHTP). *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris: CNRS Editions, 1993.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente: In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MICHAELIS. *Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Melhoramentos, 2016.

NETO, Regina Beatriz Guimarães. História e escrita do tempo: questões e problemas para a pesquisa histórica. In: DELGADO, Lucília das Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

PASSERINI, Luisa. A lacuna do presente. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

RÉMOND, René. Por que a história política? *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994. P. 7-19.

_____. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnès. TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1991.

- _____. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.
- RODRIGUES, Pedro Eurico. A teia, a tela e o tempo: internet e história do tempo presente. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 131 - 150, mai./ago. 2014.
- ROUSSO, Henry. La mémoire n'est plus ce qu'elle était. In: INSTITUT D'HISTOIRE DU TEMPS PRÉSENT. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris: CNRS Editions, 1993.
- SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. A atualidade da história do tempo presente. *Revista Historiar*. Ano I, v. I, 2009.
- SCHNAPPER, Dominique. Le temps présent entre histoire et sociologie. In: INSTITUT D'HISTOIRE DU TEMPS PRÉSENT. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris: CNRS Editions, 1993.
- SIRINELLI, Jean Pierre. Ideologia, tempo e história. In: CHAUVEAU, Agnès. TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1991.

EXPERIÊNCIAS RURAIS E URBANAS NA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ¹

*Tiago Arcanjo Orben**

1. INTRODUÇÃO

Este texto expõe parte do trabalho desenvolvido em meu Doutorado em História, no qual procura-se entender a estrutura agrária e fundiária da região Sudoeste do Paraná. Para a construção do artigo, utilizando-se do método da história oral, foi realizada uma entrevista com um casal de filhos de agricultores, Ricardo Claudino e Josmara Petroski, privilegiados essencialmente em razão das vivências que possuem ligadas à terra e pela condição que se encontram no momento: empregados urbanos, mesmo residindo no meio rural em uma propriedade de que não são donos, ou seja, são caseiros.

Neste sentido, o trabalho sustenta indagações essencialmente a partir dos sujeitos deste processo no presente, e as “relações de força” que se sobrepõem. Ao pensar as realidades e sociabilidades vividas por eles, se estabelece como contra ponto as relações políticas e sociais que se impõem à questão agrária no Brasil, observando como as relações de poder demarcam o antagonismo a partir do viver no campo e na cidade.

O ponto inicial sob o qual a análise está pautada diz respeito à caracterização de pequenas propriedades que é atribuída à parte da região Sudoeste do Paraná. Segundo alguns autores que pesquisam este espaço², os levantes sociais ocorridos na década de 1950 – que culminaram com a expulsão das companhias colonizadoras em 1957 e ficaram conhecidos como Revolta dos

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada em 2016 no V Simpósio Paranaense de Ciências Sociais.

* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História – PPGH da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUC-RS. Bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Orientador Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins. E-mail: tiagoorben@gmail.com

² (GOMES, 1986); (LAZIER, 1998); (MARTINS, 1986); (WACHOWICZ, 1985).

colonos ou posseiros³ – teriam dado à região uma estrutura agrária de pequenas propriedades, e desta maneira possibilitaram uma organização agrícola diferenciada à região.

Assim, o artigo está organizado com uma pequena análise da conceitualização de agricultura familiar, tentando entender o que a historiografia atribui a esta designação, e ao mesmo tempo observando como esta denominação acontece na região em questão. Também é dada uma atenção significativa à metodologia oral e ao conceito de memória, vistos como matéria prima ao pesquisador social que trabalha com as fontes orais. Por fim, é realizada a análise da entrevista feita com Ricardo e Josmara, ao indicar sua condição de jovens com anseios para a agricultura, entretanto, empregados no meio urbano.

2. AGRICULTURA FAMILIAR E ESTRUTURA FUNDIÁRIA

No trabalho desenvolvido no Doutorado em História, ao pensar a estrutura agrária e fundiária de pequenas propriedades, que boa parte da literatura que pesquisa a região atribui, sobrepõe-se a conceitualização de agricultura familiar. Isso acontece em grande medida em razão da relação que é feita deste conceito com as pequenas propriedades. Todavia, deve-se ter certo cuidado na utilização do termo, pois existem, nos dias atuais, não só no Sudoeste do Paraná, mas em nível nacional, grupos que consideram a utilização do termo “pequenos” ou “pequenas” como pejorativo. Isto é, que observam nesta expressão uma redução deste modelo de propriedades.

Entretanto, a região estudada tem um contexto singular. Existem proprietários que possuem propriedades pautadas em uma agricultura familiar orgânica e que aderem a esta ideia de que não são pequenos, mesmo possuindo um terreno com poucos hectares, ao mesmo tempo em que existem aqueles que admitem serem pequenos e que praticam uma agricultura capitalista, com o plantio de monoculturas como soja e milho. Estes agricultores são intermediados pelas cooperativas agrícolas e de crédito, que, por

³ Alguns aspectos deste Levante podem ser observados em minha Dissertação de Mestrado em História: (ORBEN, 2014).

meio de linhas de crédito, financiam suas produções e implementos agrícolas com recursos do governo federal, inserindo esses agricultores nas lógicas capitalistas de produção e mercado, mesmo possuindo uma propriedade considerada pequena.

É pensando no cuidado que é necessário ter com os termos agricultura familiar e pequena propriedade, em uma região com diferentes realidades, que achamos necessário ponderar alguns aspectos historiográficos em relação a eles. Tais considerações possibilitaram ainda uma compreensão mais apurada da realidade vivida pelos entrevistados, considerando que também têm vivências em pequenas propriedades e que seus familiares praticam uma agricultura vista como familiar.

De acordo com o que expõe Delma Pessanha Neves (2005), pensar a conceitualização de agricultura familiar não é tarefa simples ou fácil. Para a autora, o termo tem uma conotação primordial que “se referia a segmentos de produtores (modernos) integrados ao mercado pela especialização e sob uso intensificado de instrumentos de trabalho concebidos segundo a lógica da produção industrial”. Ou seja, como categoria, estes agricultores estariam atrelados à lógica de interdependência entre a “agricultura e a indústria”. Todavia, Neves (2005) alerta que o termo com essa conotação não foi incorporado pelos pesquisadores brasileiros, sendo este modelo de interconexão agricultura e indústria, mais caracterizado no Brasil como “agricultores integrados ou tecnificados” (NEVES, 2005, p. 23).

É no esteio desta discussão que o termo se redimensiona junto aos pesquisadores brasileiros que passam a encerrar:

A proposição da agricultura familiar como novo termo de apelação, de mobilização política e de enquadramento social consagrou então a construção de novos modelos de desenvolvimento econômico, capazes de orientar a organização de unidades produtivas politicamente requeridas como sustentáveis. Emerge então, desse processo, a construção do agricultor familiar como sujeito de direitos (NEVES, 2005, p. 23).

A conotação adotada no Brasil passa a ser em grande medida de “mobilização política” e “enquadramento social”, voltada para as unidades produtivas ou as propriedades indicadas como “sustentáveis”. Esse processo acaba dando “visibilidade ao projeto de valorização de agricultores e trabalhadores rurais precarizados”, que sofriam justamente a interferência da ação entre indústria e agricultura, processo visto no Brasil como acirrador de “exclusos e expropriações diversas” (NEVES, 2005, p. 23).

Visto sob esta ótica, é possível que notamos não só diferentes significados para o termo agricultura familiar, mas, também, em que contexto é apresentado à realidade brasileira e redimensionado por pesquisadores. Junto a isso, sobre as múltiplas significações do termo, Neves pondera:

A agricultura familiar, no debate político e sindical, corresponde à agregação de um amplo e diferenciado conjunto de produtores, cuja atividade produtiva e gestão do estabelecimento tomam por base a vinculação dos membros da família. Essa é a condição fundamental de sua distinção frente aos empresários agropecuários, gestores de fatores de produção cuja exploração se assenta no trabalho assalariado (NEVES, 2005, p. 24).

Em linhas gerais, tem-se a vinculação da agricultura familiar como atividade diferenciada – em comparação aos empresários agropecuários e gestores de produção e exploração do trabalho assalariado – enquanto gestão do estabelecimento ou da propriedade com vinculação aos membros da família. Isto é, a agricultura familiar brasileira estaria ligada essencialmente ao trabalho em propriedades que envolvam a família. Essa posição pode ser evidenciada em contexto recente junto às políticas públicas criadas para os grupos identificados como agricultores familiares.

A título de exemplo, cita-se a Lei 11.326/2006 que estabelece “os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: CASA CIVIL: SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS

JURÍDICOS, 2015), que determina em seu artigo 3º as seguintes prerrogativas:

I – não detenha a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais; II – utilize mão-de-obra predominantemente da própria família em suas atividades econômicas; III – tenha percentual mínimo originado das atividades de seu estabelecimento; IV – dirija o estabelecimento com sua família, com auxílio eventual de terceiros (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: CASA CIVIL: SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS, 2015).

Gonçalves Neto e Reis (2014) sinalizam que o mais significativo neste artigo é o que determina o item IV, o qual estabelece que a agricultura familiar se caracterize como estabelecimento que seja dirigido pela família e com o “auxílio eventual de terceiros” (GONÇALVES NETO; REIS, 2014, p. 90). Essas prerrogativas trazem para junto da agricultura familiar alguns benefícios para que teoricamente se valorize a produção, seus meios e os sujeitos nela envolvidos. Entretanto, na região aqui privilegiada, nem sempre a conceitualização de agricultura familiar e pequenas propriedades envolve predominantemente a mão de obra familiar em seus meios de produção.

Conforme já argumentado acima, com a inserção das cooperativas agrícolas e de crédito, boa parte dos agricultores que são considerados da agricultura familiar produzem para o mercado externo e envolvem poucos membros da família. Isso levando em consideração que se trata de uma produção altamente mecanizada, que não necessita de muitas pessoas no processo produtivo.

A partir deste panorama, é possível observar tanto a diversidade que essa conceitualização pode ter, quanto a dificuldade de aplicarmos a caracterização de agricultura familiar em diferentes realidades brasileiras, como, por exemplo, no Sudoeste paranaense, no qual relações heterogêneas na organização da produção agrícola mostram-se presentes. Ao mesmo tempo, essa análise demonstra o quanto este conceito é maleável e depende da ação política ou de políticas públicas, sendo

determinado, em muitos casos, por relações de poder, que o redimensionam conforme a política pública que atenda.

No esteio das relações apresentadas até então, se encontra a estrutura fundiária definida como de pequenas propriedades. Para pensarmos alguns aspectos e ao mesmo tempo termos consciência de que relações pautam a realidade brasileira quando falamos de estrutura agrária ou fundiária, indicamos algumas considerações de Antonio Thomas Júnior, o qual aponta que:

[...] a estrutura fundiária não pode ser entendida apenas como um conjunto de indicadores que expressa determinadas características da propriedade da terra como sendo mais ou menos concentrada, em pequenas, médias e grandes extensões de terra. As explicações que dessas afirmações extraímos para darmos conta das realidades plurais de países, regiões e sociedades são muito pouco e não nos permitem compreender a complexa trama de relações que redefine o conteúdo social, político, econômico, geográfico da estrutura fundiária (THOMAS JÚNIOR, 2005, p. 207, 208).

Inicialmente, há de se considerar que determinar uma estrutura fundiária como de pequenas ou grandes propriedades não significa que localidades com menor concentração fundiária sejam predominantemente caracterizadas por uma agricultura familiar. Thomas Júnior salienta que devemos “compreender a complexa trama de relações que redefine o conteúdo social, político” e econômico, ao ponderar as realidades plurais presentes na estrutura fundiária brasileira (THOMAS JÚNIOR, 2005, p. 207, 208).

O exemplo do Sudoeste paranaense faz-se ainda mais presente neste momento, ao considerar que se trata da luta e da resistência pela propriedade da terra. Isto é, devemos analisar as diferentes especificidades impostas à estrutura agrária brasileira, pautando-se nas lutas sociais enquanto expressões de resistência e de constante questionamento da estrutura agrária latifundiária. Desta forma, o exemplo aqui analisado ganha destaque por ser em uma região que reconhecidamente tem uma repartição da

propriedade da terra que teria acontecido de forma mais igualitária, fruto justamente do movimento social de 1957.

Neste sentido, é precisamente para refletirmos aspectos sobre essa estrutura fundiária do Sudoeste paranaense, enquanto fruto de um movimento social, que indicamos as experiências de Ricardo e Josmara. As vivências destes sujeitos são destacadas tentando entender como vivem recentemente os jovens nesta região, que condições lhe são apresentadas para continuar no campo. O caso privilegiado neste artigo ganha ainda mais significação pelos entrevistados serem filhos de agricultores e na atualidade, mesmo residindo no campo – como caseiros – e terem o desejo de viver da agricultura, são obrigados a trabalhar no ambiente urbano.

3. MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL

Antes de apresentar as trajetórias e vivências dos entrevistados nos espaços rurais e urbanos, destacamos o quão importante é termos consciência da utilização do conceito de memória ao trabalharmos com fontes orais. Sua importância torna-se evidente, pois as entrevistas são constituídas no presente, todavia alimentadas por lembranças de experiências vividas. Isto é, na construção do depoimento, a memória aparece como instrumento ativo, que seleciona o que deve ou não ser dito, de acordo com a conveniência e a interpretação do contexto apresentado aos entrevistados, o que os permite revelar ou não determinadas memórias.

É sobre estes aspectos que serão destacados alguns parágrafos sobre a questão da memória, percebendo-a como instrumento de ação na construção do depoimento.

O primeiro autor selecionado enquanto referência é Paul Ricoeur, que, na obra, *A memória, a história, o esquecimento*, trabalha inúmeras questões em torno do conceito de memória, apresentando novas proposições para sua abordagem na contemporaneidade. É para pensar o conceito, tanto a partir de um balanço do que foi produzido até então, como apresentando novas abordagens, que Ricoeur direciona suas análises.

Inicialmente selecionamos o item “Memória pessoal, Memória coletiva” no qual indica a quem podemos atribuir a recepção da lembrança e a prática que a busca. Ou seja, o que existe entre a lembrança e a prática que nos faz lembrá-la. Evidentemente, esta não é a única preocupação do autor neste ponto, pois também caracteriza como uma inquietação dos historiadores contemporâneos entender se a memória é protagonista das ações tomadas individualmente ou as “coletividades tomadas em conjunto” (RICOEUR, 2007, p. 105).

Esses questionamentos apresentados são objeto de constante revisitar do historiador ou do pesquisador social que trabalha com a metodologia oral e que tem como matéria prima a memória. Indica-se isso, pois não trabalhamos apenas o narrado junto ao tempo e espaço que é apresentado ao entrevistado. É evidente que, ao conceder seu depoimento, o entrevistado não relata apenas o que viveu, tal como aconteceu, pois sua memória está em constante atrito com o que lhe é apresentado no momento da entrevista, ao mesmo tempo em que constrói sua narrativa tomando emprestado das suas diferentes vivências a construção daquele depoimento.

Essas questões demonstram como o aspecto subjetivo é um elemento constante para o pesquisador que trabalha com a metodologia oral, o que também deixa clara a importância da memória. Desta maneira, Ricoeur recoloca em cena uma questão fundamental para os pesquisadores que já se debruçaram sobre este conceito, “a memória é primordialmente pessoal ou coletiva?” (RICOEUR, 2007, p. 105). Entretanto, antes de responder propriamente essa questão, remonta as análises que a derivaram ao longo do tempo. Apresenta assim, que temos por um lado “uma problemática da subjetivação de feição francamente egológica; por outro, a irrupção da sociologia no campo das ciências sociais e, com ela, de um conceito inédito de consciência coletiva” (RICOEUR, 2007, p. 106). Caracteriza esses processos propondo à primeira uma “escola do olhar interior” alinhada a três exemplos, notadamente, Santo Agostinho, John Locke e Husserl.

Já a segunda é entendida e apresentada como a tradição do “olhar exterior”, que, na sociologia da virada do século XX, a

consciência coletiva não é questionada, enquanto que a memória individual se torna problemática. Para Ricoeur (2007), é nessa situação que a memória individual e coletiva é posta em rivalidade; entretanto, elas não se opõem no mesmo plano, mas em universos alheios. Com isso, ao remontar essas duas tradições de pensamento, procura apresentar pontes entre os discursos e “dar credibilidade à hipótese de uma constituição distinta, porém mútua e cruzada, da memória individual e da memória coletiva” (RICOEUR, 2007, p. 107).

Em relação à tradição que denomina como do “olhar interior”, Santo Agostinho aparece enquanto sua maior expressão, e iniciador, o qual sinaliza que não é a consciência de si, mas o homem interior que se lembra de si mesmo. Assim, quando considera a memória individual e coletiva, sucinta que “não é principalmente ao tempo público, ao tempo da comemoração, que a experiência autêntica e original do tempo interior é oposta, mas ao tempo do mundo” (RICOEUR, 2007, p. 112). Desta maneira, Ricoeur elabora suas considerações sobre Santo Agostinho pautado na sua concepção de memória interior.

Sobre John Locke, Ricoeur baseia-se predominantemente em seu *Ensaio filosófico sobre o entendimento humano*, no qual “a invenção da consciência por Locke tornar-se-á a referência confessa ou não das teorias da consciência”. Mesmo sendo o segundo exemplo da tradição do “olhar interior”, a filosofia das “*Meditações*” de Santo Agostinho “é uma filosofia da certeza”, já “o tratado de Locke é uma vitória sobre a diversidade, sobre a diferença”. Entende-se como uma vitória, pois ele passa a postular a equação entre a identidade, o si e a memória, diferente de Santo Agostinho, no qual se conhece o “homem interior”, o homem que se lembra de si mesmo (RICOEUR, 2007, p. 114, 115).

Suas ponderações acerca da identidade passam então a considerar o “homem”, do ser homem ou do “si”. A identidade passa a ser referência ao seu pensamento, ao mesmo tempo em que a consciência sempre acompanha o pensamento. Neste ponto, Ricoeur coloca a reflexão entre a consciência, o “si” e a “memória”; é assim que, para Locke, se elabora a identidade pessoal a partir da consciência.

Husserl aparece enquanto terceira expressão da tradição do “olhar interior”. Para Ricoeur, esse é o momento em que esta tradição atinge seu apogeu: “ao mesmo tempo, toda a tradição do olhar interior se constrói como um impasse rumo à memória coletiva” (RICOEUR, 2007, p. 108). É de Santo Agostinho que Husserl mais se aproxima, “ao menos quanto à maneira de vincular as três problemáticas da interioridade, da memória e do tempo”. Ao mesmo tempo, passa da análise objetiva da lembrança para a análise reflexiva da memória.

Assim, após ser apresentada a tradição do “olhar interior”, Ricoeur passa então a considerar o “olhar exterior”, basicamente a partir de Maurice Halbwachs. Neste sentido, a primeira questão que pode se considerar fundamental é a interrogação que nos coloca enquanto historiador, ao suscitar o processo de “entronização” que o pensamento de Halbwachs ganha no meio acadêmico, em especial no campo da história. Assim, pondera que esse processo “não pode nos deixar indiferentes, na medida em que a história só pode pretender escorar, corrigir, criticar, ou até mesmo incluir a memória enquanto memória coletiva. Esta constitui o contraponto apropriado da história” (RICOEUR, 2007, p. 130).

É evidente que esta consideração não nos pode passar despercebida; sua profundidade reflexiva coloca em choque tudo o que comumente é entendido no campo histórico. Para Ricoeur, Halbwachs não faz mais do que colocar a memória ao lado de uma entidade coletiva que ele chama de grupo ou sociedade. Como consequência, tem como objetivo “pôr à prova essa consequência externa. Mas é preciso dizer que é a partir de uma análise sutil da experiência individual de pertencer a um grupo, e na base do ensino recebido dos outros, que a memória individual toma posse de si mesma” (RICOEUR, 2007, p. 130).

Temos duas importantes considerações a serem ponderadas a partir destas preposições. Sobre a história considerar apropriada a memória enquanto uma entidade coletiva, talvez essa afirmação seja um tanto forte, em especial para quem tem como referência de pesquisa a metodologia oral, que, ousamos repetir, tem enquanto matéria prima a memória a partir de depoimentos.

Cabe apenas lembrar, que o depoimento se faz pautado em condições sociais e de coletividade e é constituído a partir de uma individualidade. O ato de lembrar é individual, mesmo que se elabore a partir de um coletivo. Talvez Halbwachs seja mais considerado na história pela sua contribuição junto aos “quadros sociais da memória” e não por ser a memória coletiva o “contraponto apropriado da história”.

A partir destas colocações, Ricoeur constrói sua argumentação essencialmente em questionamento ao 2º capítulo de Halbwachs, intitulado, “Memória coletiva e memória individual”, o qual consiste “na denúncia de uma atribuição ilusória da lembrança a nós mesmos, quando pretendemos ser seus possuidores originários” (RICOEUR, 2007, p. 132). Ou seja, reluta com significativa argumentação o constituir de uma memória puramente individual, e apresenta ao social “os quadros sociais da memória” um constituir da memória ao lado do coletivo.

Para o autor, essa argumentação não mostra-se consistente e encontra elementos no próprio texto de Halbwachs para fazer essa afirmação, conforme pondera: “De resto, diz o autor, embora a memória coletiva extraia sua força e duração do fato de que um conjunto de homens serve de suporte, são indivíduos que se lembram enquanto membros do grupo” (RICOEUR, 2007, p. 133). O questionamento apresenta-se alinhado à argumentação de Halbwachs, de que os indivíduos, mesmo imersos em um contexto coletivo, lembram a partir de si, de uma individualidade que constitui o coletivo.

A partir desta retomada, passamos a observar a argumentação de Ricoeur. Após considerar todo o percurso do “olhar interior e exterior”, o autor passa então a expor suas considerações junto ao “eu, os coletivos, os próximos”. De início, é possível notar que é apresentado um terceiro elemento para além do individual e do coletivo: “os próximos” aparecem enquanto uma variação nas “modalidades ativas e passivas dos jogos de distanciamentos”. Entretanto, em relação à análise sociológica e fenomenológica, indica que ambas sugerem uma conclusão negativa:

Nem a sociologia da memória coletiva nem a fenomenologia da memória individual conseguem derivar, da posição forte que ocupam respectivamente, a legitimidade aparente da tese adversa: coesão dos estados de consciência do eu individual, de um lado; capacidade das entidades coletivas de conservar e recordar as lembranças comuns do outro (RICOEUR, 2007, p. 134).

Resta saber em que momento nos colocamos neste debate e em que ponto podemos encaixar a argumentação de Ricoeur em relação aos “próximos”. Antes de considerar estes elementos, o autor procura fazer uma análise aproximativa da tese fenomenológica e da tese sociológica e sugere, assim, que a história “oferecerá esquemas de mediação entre os polos extremos da memória individual e da memória coletiva”. Tais aspectos tornam possível uma reflexão mais apurada de como encara a memória. Evidentemente, sua apreensão não está alinhada à tese sociológica ou fenomenológica; também é bastante claro que para uma boa parte dos historiadores o aspecto sociológico junto a uma memória constituída na coletividade acontece enquanto principal referencial, não que isso exclua a memória vista a partir da individualidade, afinal esse é o ponto primordial de sua análise.

Mas, para efeito comparativo, destaca-se primeiro a argumentação sobre “os próximos”:

Os próximos, essas pessoas que contam para nós e para as quais contamos, estão situados numa faixa de variação das distâncias na relação entre o si e os outros. Variação de distância, mas também variação nas modalidades ativas e passivas dos jogos de distanciamento e de aproximação que fazem da proximidade uma relação dinâmica constantemente em movimento: tornar-se próximo, sentir-se próximo (RICOEUR, 2007, p. 141, 142).

Desta maneira, Ricoeur ignora a polaridade que a história atribui à memória coletiva e individual, destacando que não é por esse caminho que se deve entrar no campo da história, mas, sim, a partir de uma tríplice atribuição ao “si, aos próximos e aos outros”. É nesta interseção ou variação que estão os próximos, para os quais

contamos e que contam para nós. Esse deve ser o caminho a ser explorado pela história ao analisar a memória.

Todavia, esse não é o percurso mais percorrido no campo historiográfico, em especial no histórico. Para grande parte dos historiadores, a ligação acontece junto a uma memória que se faz no individual, mas acontece essencialmente na coletividade. O social ganha evidência primordialmente quando a coletividade aparece na análise histórica. Percebe-se, assim, que não se exclui o individual. Pelo contrário, tem-se o mesmo como ponto de partida, que coloca em evidência as lembranças junto a uma coletividade que a constitui.

As considerações acima, a respeito do trabalho de Ricoeur, demonstram o quão complexo e importante é considerar o aporte teórico da memória em nosso trabalho. A singularidade deste autor e seu exaustivo trabalho em torno deste conceito demonstram o quanto é significativo e deve ser considerado pelo pesquisador social. Ler, compreender e discutir os aspectos apresentados por Ricoeur é ter em mente a discussão e considerá-la junto a outros autores, como, por exemplo, Bergson, Halbwachs e Pollak, que são grandes expressões desta discussão ao longo do tempo, e muito importantes para quem tem a memória junto aos depoimentos orais enquanto objeto de pesquisa.

Antes de encerrarmos esta análise em relação à metodologia oral e o conceito de memória, e para compreendermos de forma mais apurada a maneira como se apresenta em nossos trabalhos, destacamos a análise de Jorge Eduardo Aceves Lozano, o qual expõe a incorporação da história oral enquanto metodologia:

Diria que é antes um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais [...] Desta forma, a história oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na visão e versão que dimanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais (LOZANO, 1998, p. 16).

Os elementos que devem ser retirados enquanto constantes na utilização desta metodologia são sua capacidade de apresentar de modo mais apurado a experiência dos atores sociais a partir da análise qualitativa. Ao mesmo tempo em que possui uma significativa influência interdisciplinar, sua subjetividade deve ser e é encarada pelo pesquisador social de forma séria, o que a deu credibilidade ao longo do tempo na produção do conhecimento histórico.

Lozano (1998) ainda apresenta uma sistematização de como se constituiu e se constitui a história oral ao longo do tempo. Indica, inicialmente, duas de suas principais características como metodologia nas ciências sociais: a primeira delas é a sua constante caracterização de “segunda classe”, desvalorização sempre evidenciada pelo privilegiar e utilização das fontes documentais, vistas como mais confiáveis e menos subjetivas, enquanto a metodologia oral dificilmente apresentava-se enquanto principal aporte de um projeto de pesquisa.

Entretanto, cabe elencar que essa perspectiva pode ser considerada superada, pois recentemente temos inúmeros projetos de pesquisa em que a metodologia oral é utilizada como principal ou única fonte de pesquisa; exemplo disso, são os vários projetos de extensão desenvolvidos a partir de fontes orais.

A outra característica marcante apresentada por Lozano está relacionada à sua interdisciplinaridade, tanto como método de pesquisa, como na produção do conhecimento histórico, no momento em que a subjetividade da fonte é colocada em questão a partir do diálogo com outras disciplinas.

4. VIVÊNCIAS RURAIS DE TRABALHADORES URBANOS

Após apresentado o conceito de memória junto ao método oral, podemos ter consciência ou minimamente visualizarmos os processos que cercam a produção do conhecimento histórico através desta fonte. É a partir deste contexto que serão apresentadas as experiências de Ricardo e Josmara, destacando a singularidade das vivências de filhos de agricultores, que, cercados por relações de poder impostas ao campo brasileiro, ignoram seus

próprios desejos na agricultura e se tornam empregados no meio urbano.

Ricardo Claudino tem 25 anos e atualmente está empregado em uma empresa de insumos agrícolas e produtos agropecuários da cidade de Verê-PR. Sua principal função na empresa é a de entregar produtos agrícolas – adubos e defensivos – aos agricultores da região; além disso, também é sua função cuidar – como caseiro – da propriedade onde reside. É um dos 5 filhos de Pedro Joenck e Leonir Claudino, natural de Verê. Teve sua infância na comunidade rural de Nova União – popularmente conhecida como Pinheirinho. Dos seus 4 irmãos, 3 deles, que são mulheres, permanecem no campo, e o outro mudou-se para Santa Catarina.

Seu pai não possui terreno próprio e trabalha de agregado em uma pequena propriedade de 5 alqueires.⁴ Sua mãe, Leonir, que já não vive mais junto com seu pai, também não possui propriedade e reside como agregada em uma propriedade de 21 alqueires (CLAUDINO, 2016). Tanto Pedro, como Leonir, são filhos de agricultores e, mesmo não possuindo terreno, tentam constituir vivências no campo, enquanto agregados em pequenas propriedades.

Josmara tem 20 anos e reside com Ricardo. Atualmente trabalha como costureira em uma fábrica têxtil no perímetro urbano do município de Verê.⁵ Seus pais possuem terreno próprio, uma pequena propriedade de 9 alqueires também na comunidade de Nova União. De acordo com Josmara, seus pais, Adolfo Petroski e Luzia Henzi Orben, sempre tiveram suas vivências ligadas à agricultura e à propriedade, esta última é fruto de herança dos pais de sua mãe. Possui outros 4 irmãos, sendo que um deles “a menina que tem 13 [anos] tá na escola agrícola agora, tá estudando, aí ela fica uma semana na escola e uma semana em casa” (PETROSKI, 2016, p. 03).

⁴ É utilizada a unidade de medida alqueire, já que esta é a apresentada pelos entrevistados, todavia, é preciso que fique claro que um alqueire no Sudoeste do Paraná corresponde a aproximadamente 24.000m², ou seja, 2,4 hectares.

⁵ Josmara e Ricardo precisam se deslocar todos os dias da propriedade onde vivem, na comunidade rural de Barra Verde, até a sede do município de Verê, onde tem seus vínculos empregatícios. A distância da residência dos entrevistados até seus empregos é de aproximadamente 8 km, que são percorridos com a motocicleta do casal.

Antes de maiores considerações sobre as vivências dos entrevistados, destaco que o primeiro ponto a ser analisado do depoimento de Ricardo e Josmara é que ambos não se consideram “porta-voz” ou indivíduos autorizados a falarem sobre a agricultura e a estrutura agrária e fundiária da região Sudoeste do Paraná. A primeira reação de ambos é de incompreensão, de sujeitos deslocados, como não autorizados a falar sobre a agricultura. Esse direcionamento nos mostra alguns elementos: para os entrevistados, manifestar opinião sobre a agricultura talvez fosse mais conveniente a quem possui uma propriedade e não para empregados urbanos que apenas residem no meio rural. Demonstram entender também que não possuem vivências ligadas à agricultura e por isso não conferem validade aos questionamentos que lhe são apresentados. Esses elementos fazem com que o depoimento se desenrole com certa dificuldade, pois estão convencidos da não validade de suas experiências.

Também não há como excluir minha presença na subjetivação do depoimento. Ambos conhecem minhas vivências e de minha família na agricultura, e isso os faz direcionar as indagações de acordo com aquilo que acreditam serem meus objetivos na entrevista. Apesar da subjetividade que estes elementos nos apresentam, vários aspectos sobre suas vivências na agricultura e, agora como empregados urbanos, podem ser destacados.

4.1 Experiências agrícolas

Iniciamos a análise da entrevista destacando as vivências agrícolas, tanto dos entrevistados, como de suas famílias. Em relação à Josmara, o primeiro item a ser salientado é sobre seu pai, conforme esclarece: “O pai sempre trabalhou de boia-fria na roça dos outros, daí depois quando eles vieram pra cá ficou a herança do pai da mãe da mãe e agora ele tá cuidando lá”. Esses aspectos são expostos após ser questionada sobre qual era a ocupação de seus pais; assim, recorda-se que Adolfo Petroski antes de ter sua propriedade trabalhava de “boia-fria na roça dos outros” (PETROSKI, 2016, p. 03).

Já em relação à família de Ricardo, ainda hoje, tanto seu pai – mesmo aposentado, quanto sua mãe, ainda não possuem propriedade agrícola; mesmo assim, insistem na agricultura.

Com referência a essas considerações e tendo em mente a condição que é apresentada aos entrevistados na atualidade, são direcionadas questões que envolvam diretamente a vivência deles na agricultura. Ricardo tem uma experiência mais significativa quanto a isso, pois decide abandonar a escola na 6ª série; conforme salienta: “eu fugi cedo da escola”. Quando é questionado o motivo que o fez abandonar, enfatiza que foi para: “trabalhá na roça, só, sempre na roça [...], é na agricultura assim [...] de pião! Sempre de pião trabalhamos” (CLAUDINO, 2016, p. 04).

Sobre as vivências de Josmara na agricultura, destaca com ênfase que, quando residia com seus pais, praticavam uma agricultura em que prevaleciam as seguintes culturas: “maioria era fumo, era milho e fumo, só essas duas plantas, só que mais era fumo ainda, mais fumo do que milho”. Indica esses aspectos quando se refere ao que seus pais e vizinhos mais cultivavam. Todavia, em contexto recente sinaliza algumas transformações, ao afirmar que a produção de fumo foi abandonada e que agora na propriedade: “planta milho pro gasto assim e arrendo a terra, daí planta trigo, planta soja agora na terra, mais arrendada” (PETROSKI, 2016, p. 05).

Os motivos que levaram a família de Josmara e muitas outras da região a não cultivar mais fumo foram na opinião de Ricardo: “há foi indo que o preço não foi ajudando e é muito serviço o fumo e não sobra muita coisa” (CLAUDINO, 2016, p. 05). Já Josmara, além de salientar as dificuldades de produção, também indica que o fumo: “só uma vez por ano dá dinheiro e trabalha o ano inteiro” (PETROSKI, 2016, p. 05).

Encerramos a análise deste ponto indicando a percepção dos entrevistados sobre a situação agrícola atual. Neste ponto Ricardo mais uma vez é sucinto e aponta que: “há tá boa agora! Produz bem, o preço tá bom” (CLAUDINO, 2016, p. 05). Sua companheira também inicialmente percebe desta forma: “as condições de plantio também é tudo mais fácil, tudo com máquina, antes era tudo com maquininha de mão e boi. Agora tudo quanto

é lugar eles arrumam pra ir trator e é tudo mais fácil, mais prático tudo”. Entretanto, em seguida apresenta um discurso mais crítico:

Por um lado melhorou pela facilidade, mas por outro é muito, eu acho assim que é muito veneno, tudo a base de veneno, tudo a base de. É bom assim, quando produz bem tem facilidade tudo, no plantio, na colheita, mas antigamente não era tanto veneno assim como agora (PETROSKI, 2016, p. 06).

É possível observar que os entrevistados inicialmente apresentam um discurso que corrobora com o que é comumente atribuído à agricultura convencional moderna, inserida no mercado nacional e internacional. Por outro lado, Josmara sai em defesa da produção orgânica, exalta que a facilidade na alta produtividade traz junto de si o uso excessivo de veneno, indicando que não se valoriza na região uma produção agrícola, que preze pela saúde e qualidade dos alimentos. Esse direcionamento de seu depoimento pode estar ligado ao fato de que uma de suas irmãs – que é portadora de necessidades especiais – produza alimentos orgânicos.

Destarte, não são somente estes motivos que fazem com que Josmara tenha uma visão crítica. Apesar de estar empregada no espaço urbano, suas vivências e experiências são agrícolas e é neste espaço que construiu seus valores e sua maneira de interpretar a realidade que a cerca. Seu espaço de vivência é o rural, e é isso que a constitui, e não o fato de estar empregada no espaço urbano. Ricardo também demonstra muito apreço pelo espaço rural e salienta isso em vários momentos do depoimento, tanto é que abandona a escola na 6ª série para trabalhar na agricultura. Isto é, apesar dos entrevistados serem empregados urbanos, é na agricultura que suas experiências são constituídas e que possuem vivências mais próximas.

4.2 Situação recente enquanto empregados urbanos e perspectiva futura

As memórias de Ricardo e Josmara nos possibilitam refletir ainda a situação recente do casal, residindo no campo e

trabalhando no espaço urbano. Assim, Josmara afirma que trabalha atualmente em uma “fábrica” de confecção de roupas como “costureira” e descreve da seguinte maneira como aconteceu seu processo de inserção no mercado de trabalho:

Saí de lá da roça daí vim, já vim destinada a começar trabalhar lá, trabalhei um pouco numa coisa, um pouco na outra e daí comecei a gostar assim de ver os outros costurar e comecei aprender e é o primeiro serviço na cidade e o único até agora. Tem que gostar, é uma coisa assim que a gente gosta assim só de ver e já aprende e é bom, exige bastante paciência, mas é bom, é bastante detalhe (PETROSKI, 2016, p. 06).

A primeira impressão que temos ao analisar o depoimento, é de que está satisfeita com sua condição, ao indicar que é seu primeiro emprego na cidade. Desta maneira, causa certa surpresa a afirmação que descreve que é “uma coisa assim que a gente gosta só de ver”, e “exige bastante paciência, mas é bom”. Todavia, o “gostar” é no sentido da costura enquanto ofício, ou seja, é um trabalho com “detalhes” que precisa ser feito com paciência e somente quem realmente “gosta” consegue fazer com satisfação (PETROSKI, 2016, p. 06). Assim, não está avaliando seu trabalho enquanto retribuição financeira, mas, sim, sua função e a satisfação que encontra com o que está exercendo.

Junto ao que é colocado à entrevistada, seu trabalho lhe traz contentamento, no entanto, se tivesse uma oportunidade na agricultura e não dependesse dos rendimentos conseguidos na cidade, não hesitaria em abandonar seu trabalho de costureira. Esta consideração fica clara quando é dirigida a seguinte questão ao casal: “Se vocês tivessem uma oportunidade na agricultura hoje?” Sem hesitar Josmara concorda com seu marido: “Tirar leite, ficar em casa um pouco, eu também voltaria [...]”, “Muito horário a cumprir, a gente ainda não acostumou” (PETROSKI, 2016, p. 07).

Tais considerações apresentam as diversas projeções que a memória pode nos apresentar quando relacionamos as vivências dos indivíduos junto às suas experiências. Isto é, Josmara tem vivências agrícolas e é para este espaço que direciona suas

exposições em vários momentos da entrevista. Assim, até pode ter experiências felizes e de satisfação social com o emprego na cidade, mas são para as vivências no espaço rural que espera projetar seu futuro. Destaca assim o “tirar leite” e o “ficar em casa” como possibilidades que só o campo pode oferecer, ao mesmo tempo em que ainda “não acostumou” a “cumprir horário”, demonstrando que isso se apresenta como um sacrifício em suas experiências diárias, o qual poderia ser evitado se tivesse uma oportunidade na agricultura hoje.

Já Ricardo, quando é indagado sobre suas ocupações na cidade, destaca que seu trabalho é em serviços gerais, com destaque para: “motorista de carregadeira, empilhadeira, agora eu alterei [acredito que deva ser a habilitação] pra caminhão e eu sei de caminhão também e de tudo um pouco”. Além disso, também indica que tem algumas mudanças na rotina de trabalho quando o período é de safra – colheita da produção – conforme salienta: “Na safra nós vamos pro interior fazer entrega de insumo, sementes”. [...] “trabalha mais, é mais serviço manual”. Nota-se que, apesar de sua ocupação acontecer na cidade, seu trabalho é com máquinas “carregadeiras, empilhadeiras” e recentemente caminhões; neste processo, é constante seu contato com as lavouras agrícolas, em especial na “safra”, quando existe maior demanda na entrega de insumos e sementes, ao passo em que também é reconhecidamente o período em que se exige mais “serviço manual” (CLAUDINO, 2016, p. 07).

Seu trabalho diário não está limitado ao ambiente urbano, já que executa “diversas tarefas” e, diferentemente de Josmara, em um ambiente aberto, além do constante contato com lavouras na entrega dos “insumos agrícolas”. Tais aspectos poderiam nos fazer acreditar que Ricardo tenha uma perspectiva distinta de Josmara quanto à atividade que desenvolve e o desejo em ter uma propriedade agrícola. Mas, assim como sua companheira, expõe o anseio em voltar para a agricultura: “Se fosse meu o terreno eu voltaria hoje, trabalhar na roça”. Fica evidente seu descontentamento com a ocupação urbana quando salienta que: “É muito mandado, é muito, empresa assim” [...], “deu o horário tem que tá lá” (CLAUDINO, 2016, p. 07).

Este último elemento da memória de Ricardo refere-se a obrigação de horário que o trabalho urbano lhe impõe, além, é claro, de estar submetido a uma ordem superior, ou seja, a patronal. Estes aspectos são complementados quando responde a questão de que se tivesse um terreno e pudesse ser seu: “Sim daí trabalharia no interior, cidade nem pensar! Só ir lá mesmo pra cumprir o horário de serviço e trabalha”. A cidade é, tanto para Ricardo, quanto para Josmara, apenas um local de passagem, tanto é que já tiveram propostas do patrão de Ricardo para que morassem no ambiente urbano, a qual foi descartada com veemência: “Eles já fizeram proposta pra mim morar no pátio da empresa, não, não, tá bom lá onde eu estou, não quero nem saber de sair de lá” (CLAUDINO, 2016, p. 07).

De alguma maneira os entrevistados ainda se consideram agricultores, suas experiências e vivências são essencialmente na agricultura e a condição de caseiros os permite continuar minimamente tendo estas vivências. Mesmo que a terra não seja deles, mesmo que não possam cultivá-la – com exceção da horta – a condição que é apresentada a eles os permite continuar vivendo no campo, mesmo sob relações de trabalho que não sejam agrícolas.

As considerações do casal indicam para aspectos relacionados à liberdade, associada ao rural, enquanto a cidade e o emprego que os conduz diariamente até ela aparece enquanto obrigação. Estão presos às relações patronais, ao “horário” e, contraditoriamente, são justamente essas relações que os mantêm no campo enquanto caseiros.

Essas contradições colocam em evidência as perspectivas futuras do casal, as quais não são residir na cidade, conforme Josmara deixa evidente: “A não, ‘Deus o livre’. Só se, Deus que me perdoe um dia ser obrigado, mas acho que nunca né?! Agora por gosto é no interior”. O interior ou o rural aparece enquanto espaço de expectativa, de permanência de suas vivências e experiências, não que não possam se adaptar a diferentes ocupações no ambiente urbano – como bem o fazem – mas, mantém a esperança de um dia ter sua própria terra, cultivar para si, ou, como indica Josmara,

“tirar leite” e “ficar um pouco em casa” (PETROSKI, 2016, p. 07, 08).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses aspectos e contradições que o uso da fonte oral, através da análise da memória dos entrevistados, faz emergir ao historiador e cientista social. Conforme salienta Michael Pollak, os elementos constitutivos da memória individual e coletiva são, em primeiro lugar, “os acontecimentos vividos pessoalmente”, enquanto, “em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” (POLLAK, 1992, p. 201). No caso trabalhado neste artigo, são acontecimentos vividos na coletividade, mas que são apresentados a partir da reflexão individual de Ricardo e Josmara.

Esses aspectos encontram-se entrelaçados a relações sociais e econômicas que se impõem à questão agrária brasileira. Relações de poder associadas a seletos grupos de proprietários de terra, que em contexto histórico detém a maior parte da propriedade da terra no Brasil. De outro lado, há a grande maioria da população rural que não possui propriedade – como Ricardo e Josmara – ou que possui apenas uma pequena fração de terra. Na ausência de políticas públicas para essa parcela de agricultores, esses acabam sendo excluídos do meio rural e submetidos a uma nova ordem ao migrarem para médias e grandes cidades.

No caso específico dos narradores aqui privilegiados, mesmo como empregados urbanos tentam manter relações de contato com o espaço rural e ainda possuem esperança em ter sua própria propriedade. Ao nos determos por mais um momento em suas trajetórias, considerando o que expressam na entrevista, nos pode ser colocada as considerações de Pollak, para o qual “a memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória” (POLLAK, 1992, p. 204).

Com consciência da subjetividade que é apresentada ao ato de gravar uma entrevista em que se privilegia a trajetória de vida de Ricardo e Josmara na agricultura, suas memórias aparecem articuladas junto ao que viveram até então no espaço agrícola e a expectativa que podem ter em relação a isso a partir do contexto que vivem. Isto é, são as “preocupações do momento”, é a expectativa em ter uma propriedade agrícola que direciona suas considerações, articulado pela memória junto ao contexto que lhes é apresentado, o que não significa que não seja um forte desejo do casal e que um dia não possam realizá-lo.

Além desses elementos, o exemplo apresentado também teve como intenção colocar em questão as noções de pequena propriedade e agricultura familiar, que muitas vezes são atribuídas à região Sudoeste do Paraná enquanto fruto de seu movimento social de 1957. Neste sentido, as experiências apresentadas pretendem aproximar o leitor da realidade que cerca a agricultura nesta região, além de colocar em questão a perspectiva futura da juventude brasileira em relação ao meio rural brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GOMES, Iria Zononi. **1957: A Revolta dos Posseiros**. Curitiba: Criar Edições, 1986.
- GONÇALVES NETO, João da Cruz; REIS, Luá Cristine Siqueira. Produção de alimentos: agricultura familiar x cultura de exportação no Brasil, sob a perspectiva da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. Brasília, v. 4, n. 1, 2014, p. 89-98.
- LAZIER, Hermógenes. **Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense**. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998.
- LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 2. Ed., Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MARTINS, Rubens da Silva. **Entre jagunços e Possesiros**. Curitiba: Studio GMP, 1986.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar. In: MOTTA, Márcia. (org.) **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ORBEN, Tiago Arcanjo. **A Revolta dos Colonos de 1957, interpretações, apropriações e memórias**. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, 2014.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

THOMAS JÚNIOR, Antonio. Estrutura fundiária. In: MOTTA, Márcia. (org.) **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. 2. ed., Curitiba: Littero-Técnica, 1985.

FONTES

CLAUDINO, Ricardo. **Entrevista concedida a Tiago A. Orben**. Comunidade rural de Barra Verde, Verê/PR: 09 de abril de 2016, duração: 38 min. 57 segs.

PETROSKI, Josmara. **Entrevista concedida a Tiago A. Orben**. Comunidade rural de Barra Verde, Verê/PR: 09 de abril de 2016, duração: 38 min. 57 segs.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: CASA CIVIL: SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS: **LEI: 11.326/2006**: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>> Acesso em 09 de novembro de 2015.

A ÁRVORE DE GERNIKA E OS FRUTOS DA HISTÓRIA: CINEMA E GUERRA CIVIL ESPANHOLA 80 ANOS DEPOIS.

*Rafael Hansen Quinsani*¹

Não é necessário nenhum truque para tirar fotos na Espanha. Não é preciso pousar a câmera. As imagens estão lá, basta captura-las. A verdade é a melhor imagem, a melhor propaganda.

Robert Capa

Oitenta anos. Quase um século. Um período longo ou breve dependendo do ponto de observação. Contudo, conforme os episódios que se vivenciam, memórias, fatos e esclarecimentos ainda podem tornar este episódio vivo, pulsante, mesmo para outras gerações. Oitenta anos após o início da Guerra Civil e Revolução Espanhola² seus episódios, traumas e consequências ainda encontram eco no presente. Neste ponto incisivo do século XXI, onde o conflito surgido na Síria desponta, para alguns analistas, como “a Guerra civil espanhola” deste século, o caráter ideológico, político e, sobretudo, revolucionário, da Guerra Civil de 1936 ainda desperta paixões e permite reflexões para nosso tempo presente.

Ao longo destes oitenta anos diversos foram os livros, filmes e peças que tiveram como tema a Guerra civil. No início do século XXI o cinema foi palco de diversas produções que abordaram o tema revivendo um debate iniciado nos anos 1990. No presente, poucas foram as películas realizadas sobre a Guerra civil. Em 2016, entretanto, o filme *O massacre em Guernica (Gernika)*, dirigido por Koldo Serra e realizado na Espanha) retomou o tema trazendo à baila uma gama de possibilidades de reflexões.

¹ Professor Doutor em História na UFRGS

² A referência ao evento será feita como Guerra Civil ou Guerra Civil Espanhola, mas em todos os casos entendemos como indissociável o conceito de Revolução.

A primeira imagem que vem à mente quando se pensa em Guernica é a obra artística de Pablo Picasso. Um dos mais famosos quadros do mundo foi encomendado pelo governo espanhol para a exposição universal de Paris de 1937. O pintor, impactado pelos fatos ocorridos na cidade basca, mudou seus planos e retratou em preto e branco o horror daquela tragédia. Todavia, o episódio não foi registrado em imagens no seu momento. Contando com um grande número de correspondentes estrangeiros, a Guerra Civil Espanhola proporcionou inúmeros relatos, romances, poemas e obras filmicas. Mas, em vinte e seis de abril de 1937, somente quatro correspondentes se encontravam na região Basca, sendo três ingleses e um belga³. Coube a um inglês, George Lowther Steer, o relato mais famoso. Ele chegou à cidade poucas horas após o bombardeio e ainda presenciou as chamas consumindo o que restava de Guernica e o sofrimento das vítimas. O filme opera uma costura de referências tendo como ponto de partida a obra de Steer *A árvore de Gernika: um estudo de campo da guerra moderna*. Lançado em 1938, esta impactante obra é um primoroso exemplo de uma História do tempo presente. Oitenta anos depois, o filme de Koldo Serra permite refletir sobre a história do tempo presente nos dias atuais, principalmente através dos elementos latentes presentes na narrativa da película. Este será o objetivo deste texto.

O filme de Koldo inicia com uma imagem escura que lentamente é permeada por pequenos flocos de neve. Aos poucos, sons vão ganhando intensidade até que o espectador percebe que trata-se de ruídos de motores. Sobre esta imagem um breve texto é inserido, que pode ser pensado como “rótulo”, para utilizar a expressão de Magi Crusels (CRUSELS, 2010), que visam situar o espectador atual, das gerações mais novas no contexto representado. Seu enfoque imediatamente recai sobre a atuação do povo e o estado revolucionário que se fez presente. O texto trata de apresentar as conexões entre os regimes fascistas europeus e a importância do controle da informação:

³ George L. Steer do diário *The Times*, Noel Monks do *Daily Express*, Christopher Holme da agência *Reuter* e a periodista belga Mathieu Corman do diário parisiense *Ce Soir*.

A Espanha vive uma guerra civil. Entre as forças totalitárias de Franco, líderes do golpe do ano anterior, e os legalistas defensores da democracia. Enquanto a URSS veio ajudar a Espanha dividida e o seu povo, Hitler e Mussolini apoiavam Franco usando a guerra civil como treino de táticas inovadoras para a guerra iminente. A informação era uma poderosa arma de guerra, por vezes mais do que as armas. Gabinetes de imprensa, de ambos os lados do conflito, notícias, relatórios e imagens censurados para servir os interesses das suas partes. A agitação e a guerra civil em Espanha intensificam-se e são um acontecimento global a 26 de abril de 1937. Pondo uma pequena vila espanhola no centro da história para sempre.

Após a abertura, o eixo narrativo do filme é apresentado. Metaforicamente ele inicia em um cinema, onde está sendo exibido um filme utilizado como propaganda antifascista. Um espectador embriagado pronuncia algumas palavras atrapalhando os demais e é repreendido por outro espectador. Ele argumenta que despreza propaganda. O outro espectador, com sotaque russo, após pedir um gole de bebida (e receber uma negativa) pergunta se ele era americano e afirma que “Esta guerra não é de vocês”. Após um corte vemos o cotidiano de uma cidade e não fosse diversos sacos de areia ao redor de um prédio não perceberíamos que se vivia uma guerra. A câmera dá destaque para uma mulher de bicicleta. Em seguida, ela entra no departamento de imprensa e propaganda. No interior do prédio, dentro de uma cabine de telefone, um correspondente comunica ao seu jornal que as linhas de comunicação dos republicanos foram cortadas e eles não possuem tanques. Sua descrição é interrompida quando sua ligação é cortada e ele é repreendido pelos oficiais que, a partir dali, exigem uma cópia prévia dos artigos que o jornalista desejar transmitir. A narrativa trata de apresentar e nomear os personagens. Teresa, a mulher que chegou de bicicleta, é chamada por Vasyl, diretor do departamento, que a presenteia com flores e um disco com obras de Bach. Outro corte e voltamos para frente do cinema, onde um piloto alemão é espancado por diversas pessoas. Uma mulher loira, de cabelos curtos fotografa a cena. Em seguida, ela entra no cinema e trata de chamar o estadunidense apresentado na cena anterior.

Neste início já encontramos as elipses, forma narrativa que a película apresentará ao longo do seu desenvolvimento, e seus personagens que compõem três núcleos da presença externa na Espanha. O Jornalista Henry (o estadunidense do cinema, interpretado por James D'Arcy) e a fotógrafa Marta (Ingrid García Jonsson) compõem o eixo ocidental. O russo Vasyl (Jack Davenport) e o Cônsul (Burn Gorman) o eixo soviético. Por fim, os alemães que preparam o bombardeio, com destaque para Wolfram von Richthofen (Joachim Paul Assböck). Cabe a jovem basca Teresa (María Valverde) encarnar o elemento de ligação entre os soviéticos e estadunidenses, além dos nativos. Os alemães são apresentados isolados destes eixos, deixando bem clara seu alinhamento com os golpistas. O filme apresenta um elenco de múltipla nacionalidade, entretanto foi filmado em inglês. Seu orçamento de quase seis milhões de euros a enquadra como uma pequena produção.

Voltando a narrativa, na saída do cinema Henry e Marta discutem sobre a validade ou não de ir ao campo de batalha. Ela indaga “que tipo de jornalista você se transformou?” e ele responde “Sensato”. Há aqui a dicotomia entre duas formas de encarar a guerra e a profissão que balizará o filme. Henry encarna o pragmático, típico comportamento conservador. “Já vi muitas guerras sei como é” afirma ele, completando com “A verdade é aquela que eu escolher”. Marta encarna a aventureira, disposta a sacrifícios pelo seu ofício. O diretor Koldo Serra inspirou-se nos relatos de Steer para construir sua história, mas optou por não personificar Steer, compondo dois protagonistas, um escritor e uma fotógrafa, como o “jornalista protagonista”. A composição dos personagens foi inspirada em Robert Capa e Gerda Taro, além dos escritores Ernest Hemingway e Marta Gellhorn. Robert Capa foi um dos maiores fotógrafos do século XX tendo registrado diversas guerras ao redor do mundo. Este húngaro saiu de seu país 1931 passando por Berlim, Viena até chegar a Paris. Ali conheceu outros nomes que comporiam as referências da fotografia no século XX como David “Chim” Seymour e Henri Cartier-Bresson. Destemido e aventureiro, Capa percorreu o mundo com sua Leica. Nascido André Endre Erno Friedmann ele “se inventou” com a

ajuda de Gerda Taro. Esta jovem judia saiu da Alemanha (depois de ter sido presa pelos nazistas em 1933) para Paris onde reescreveu sua vida com Capa, tornando-se também fotógrafa. O filme não aprofunda a relação dos dois personagens, mas ao contrário do apresentado era Capa quem nutria ciúmes pela vida liberal da jovem Gerda. Na película a personagem Marta é mais aventureira e Henry mais conservador.

A narrativa apresenta uma fila de soldados abatidos caminhando pela estrada. Já nas trincheiras, novamente as diferenças entre Henry e Marta retornam a aparecer. “Para que arriscar a vida? Para enriquecer os donos dos jornais?” diz ele. Ela retruca com seu viés idealista “Para tirar a foto que vai mudar o mundo”. Numa sequencia tensa Marta corre até as árvores diante de uma saraivada de tiros oriundos das posições fascistas. Ela tira uma foto de um homem suplicando ajuda e que em seguida é baleado. Aos poucos Henry se afeiçoa com as pessoas, principalmente devido ao contato que terá com Teresa. O gradual envolvimento de Henry com o povo basco e a causa da guerra pode ser comparado ao uso do “nós” que Steer destaca no seu livro. O próprio autor destaca logo no início:

Na parte final desta narrativa, uma vez que é quase toda em primeira mão, emprego os termos “nós” e “nosso” para me referir aos bascos. Faço isso porque vim a conhecer bem a milícia basca, e por ser um recurso jornalístico usual, quando estava na Espanha, referir-se de tal modo ao lado do qual se estava trabalhando. Do uso destes termos não se deve inferir que participei de algum modo do conflito. Tampouco que, devido a minha simpatia pelo povo basco, esmagado como muitos de nós entre dois extremos, eu fosse incapaz de detectar suas deficiências [...] (STEER, 2017, p. 15).

Retornaremos aos personagens Henry e Marta, antes vamos apresentar os dois outros eixos que compõem as elipses narrativas, começando pelos germânicos. A presença dos alemães em território espanhol compõe a outra elipse presente no filme. Na narrativa ela aparece em cenas curtas sempre destacando a

simbologia do nazismo e alguns estereótipos como a disciplina germânica. Entretanto, a primeira cena apresenta agressões contra um piloto alemão preso após a queda de seu avião. Após a cena do tiroteio com a participação dos repórteres e das cenas urbanas, a câmera destaca a suástica nazista em um automóvel preto. Na sequência, dois homens observam o voo de um falcão. A placa na estrada indica a cidade de Durango, que seria bombardeada antes de Guernica. A cena seguinte mostra diversos aviões da Legião Condor estacionados no aeródromo de Burgos, distante cento e sessenta quilômetros de Bilbao. O comandante Wolfram von Richthofen reprime vários oficiais alemães pelas festas que teriam realizado e destaca com veemência que a Alemanha perdeu a Grande Guerra e o momento atual poderá ser a oportunidade do país.

Após várias cenas com os correspondentes e com os russos novamente vemos a Legião Condor. Desta vez, contudo, os alemães tratam de analisar o comportamento dos espanhóis os comparando com os italianos, que não teriam a mesma capacidade dos alemães. Nos diálogos eles destacam a importância de bombardear uma cidade como preparação para Hitler. Após diversas sequências, entre elas a que destacava as características do povo Basco e da cidade de Guernica, os soldados alemães informam que os espanhóis pediram para atacar “com força”. Causa surpresa o pedido do general Mola para bombardear fábricas e a infraestrutura das cidades. “Não pensam no futuro” declara. Na outra cena destacam que Franco pediu para fuzilar casa a casa. Após outras cenas com os correspondentes, desta vez vemos os alemães explicando para os soldados como funciona o aparato explosivo que será utilizado no bombardeio. Com os produtos químicos utilizados a temperatura do local atingido pode chegar a mil graus. Na próxima sequência os aviões da Legião Condor decolam e iniciam o bombardeio sobre Guernica.

O outro eixo é composto pelos soviéticos presentes na Espanha. No início da película visualizamos um dia bucólico e tranquilo com pedestres caminhando, outros circulando de bicicleta. É assim que o espectador é apresentado a Teresa e Vasyly, que, junto com a figura do Cônsul, centralizam o eixo soviético do

filme. O lugar apresentado é o departamento de imprensa e propaganda do governo republicano. A câmera percorre o ambiente mostrando cenários e pessoas em um plano aberto. A jovem Teresa entra no escritório de Vasyl. Este apresenta gestos polidos e controlados. Ele a presenteia com flores e um disco de Bach ficando claro seu interesse emocional por ela. O espectador pode acompanhar a atuação do departamento de imprensa e propaganda quando um jornalista dita, dentro da cabine de telefone, seu artigo para um jornal. As telefonistas que acompanhavam a conversa ao deparar-se com informações sobre a situação republicana no front de batalha cortam a linha. Sob protesto do jornalista a funcionária responde “para você é história, para nós é vida e morte”. A censura das matérias era procedimento corrente em todas as guerras, não somente com o texto, mas também com as fotografias enviadas para os periódicos. O próprio Robert Capa sabia como lidar com o que poderia ou não ser aceito, às vezes direcionado seu olhar ou separando o material durante a revelação dos negativos (KERSHAW, 2013, p. 166). De fato os soviéticos tinham influência nestes setores, como fica destacado com atuação de Mikhail Koltsov (VAILL, 2016, p. 100-1), contudo essa influência era bastante reduzida na região basca.

Toda a timidez de Vasyl é contraposta com a presença do Cônsul, figura sisuda com seu uniforme militar. Ele relata as prisões e o envio para a Sibéria de apoiadores do trotskismo. Um primo de Vasyl estaria ameaçado de morte na URSS e este pede ao Cônsul que interfira pela sua vida. Sua missão em território espanhol era clara: encontrar um inimigo da revolução, mesmo que uma pessoa não tivesse cometido crime nenhum. A diferença entre Vasyl e o Cônsul fica clara após a prisão e tortura de um jornalista acusado de espionagem. Vasyl não consegue executar o jornalista após a ordem do Cônsul, que o executa friamente. O jogo de câmera desta cena, alternando imagens de cima para baixo e de baixo para cima, trata de referendar o poder que os personagens soviéticos exerciam na região. Com a crescente aproximação de Teresa e Henry, Vasyl se depara com a oportunidade de solucionar dois de seus problemas afastando Henry de sua paixão e entregando um traidor para seu chefe (mesmo que fosse preciso

forjar provas). É o encontro de Teresa com Henry que conecta os dois eixos. Ela acompanha uma comitiva de jornalistas pela região Basca. Eles percorrem pequenas cidades, hospitais e conhecem a história do lugar. O hospital visitado é mantido pela URSS. Ao percorrer os ambientes vemos o sol penetrar pelas janelas compondo uma dramaticidade com as vítimas. Ao percorrer uma escadaria aos pés do litoral Basco Teresa presenteia Henry com um bóton do time de futebol Atlético Club de Bilbao, onde seu pai foi jogador. Num momento marcante eles conhecem a cidade de Guernica. São apresentadas danças tradicionais na praça da cidade e Teresa explica à comitiva a simbologia do carvalho plantado no centro da cidade. Ela representa a liberdade e ressalta que as leis locais proíbem tortura e violência. Ela convida Henry e Maria para sentir o verdadeiro país Basco. Nesse ponto cabe uma aproximação e comparação com o relato produzido por Steer.

A matéria escrita por Steer para o *The Times* alcançou grande impacto em todo mundo. Um ano depois da tragédia de Guernica ele publicou a obra *A árvore de Gernika*. O livro também alcançou grande repercussão como fica demonstrando na declaração de Marta Gellhorn:

A senhora precisa ler um livro intitulado *A árvore de Gernika*, de um sujeito chamado Steer. Trata da luta dos Bascos – ele é correspondente do *The Times* em Londres – e não há livro melhor sobre a guerra; ele expõe muito bem tudo aquilo que tentei lhe dizer quando nos encontramos na Espanha. É muito bem escrito e verdadeiro, e raros livros são assim, ainda mais entre os que falam sobre a guerra. Por favor, não deixe de ler (STEER, 2017, p. 500).

A declaração de Marta expõe muito bem as especificidades da obra de Steer. Trata-se de um livro sobre a guerra civil espanhola pela ótica dos bascos. A extensa obra do escritor britânico analisa o período de setembro de 1936 até junho de 1937, dividido em três momentos: setembro de 1936, janeiro de 1937 e abril, maio e junho de 1937. Desse modo, seu relato não foca somente no bombardeio de Guernica na última semana de abril. Ele expõe com minúcias diversos acontecimentos bélicos e do cotidiano neste período de

um ano. Ele inicia traçando um perfil do povo basco e do seu ambiente. Em diversos momentos da narrativa ele retoma estes fatores para embasar seu ponto de vista. Um povo que gosta de ser chamado de ibérico e habita uma região montanhosa, tem forte ligação com os mares e os copos. Sua característica ímpar foi não ter passado pela etapa feudal, uma vez que, os habitantes são donos das suas terras. Os valores democráticos são ressaltados e simbolizados na árvore de Guernica que dá título ao livro. Esta árvore, um carvalho plantando no centro da pequena cidade, é o ponto de reunião e realização das assembleias dos bascos daquela região. O autor destaca que o conselho executivo que administraria a região era escolhido por sorteio entre os eleitos.

Fica ressaltado o posicionamento diferenciado dos Bascos no contexto da Guerra Civil e a importância da autonomia reivindicada e atendida pela república. Em setembro de 1936 o cerco naval aos bascos é narrado com bastantes detalhes. Nas trincheiras o autor presencia as batalhas, algumas vezes com binóculos, e destaca a “beleza da guerra noturna”. Neste momento a aviação cumpre a tarefa de distribuir panfletos de propaganda nas localidades e realizar bombardeios com o intuito de assustar e produzir medo na população. Steer também narra alguns fuzilamentos ocorridos em ambos os lados, inclusive de padres nacionalistas bascos pelos franquistas. Após destacar algumas características dos bascos Steer recua no tempo para narrar o acontecimento do golpe de 1936 e como foi vivenciado na região. A política de Não-intervenção é apresentada, bem como as formas encontradas para burlar suas medidas, como o apoio do Partido Comunista Francês no envio de materiais pela fronteira. Também foi em setembro de 1936 que os alemães bombardearam Bilbao como um ensaio para o possível ataque à Madri, que travava um intenso e decisivo combate.

Um ponto importante destacado por Steer é o grande número de refugiados na região basca e o empreendimento realizado pelo governo para atender as pessoas, situação que exigiu restrições da população. Nas divisões das funções coube aos nacionalistas bascos o comando da defesa e o britânico ressalta a menor influência que anarquistas e comunistas tinham na região.

A organização local tratou de reorganizar a polícia para impedir massacres e o fez dissolvendo a *Guardia Civil* e de Assalto, instituições símbolo da Espanha monárquica. O poderio militar germânico enviado para a Espanha é comparado a ajuda inicial dos soviéticos, com os velhos aviões apelidados de Chatos. Os soviéticos, contudo, foram responsáveis pelo treinamento de pilotos espanhóis e Steer valoriza o ímpeto e a coragem do jovem Felipe Del Rio na defesa frente aos ataques alemães. A presença nazifascista foi intensificada com o envio de cinquenta mil soldados italianos.

Os franquistas bombardearam a cidade de Durango por cinco dias e Steer descreve com atenção este acontecimento. O crescente poderio aéreo alemão na Espanha contrastava com as dificuldades dos Bascos. Além das poucas pistas existentes no seu montanhoso território, a falta de recursos prejudicou a estruturação de uma força aérea. A estratégia alemã visava encorpar a *Mystique* (expressão do autor) do poderio aéreo. A tensão e até os ruídos das aeronaves eram utilizados para atemorizar a população. Até a propaganda vinha dos céus, como os panfletos com o ultimato de Mola:

Decidi encerrar o quanto antes a guerra do norte. Aqueles que não forem culpados de assassinatos e entregarem as armas terão a vida e os bens preservados. Mas, se a rendição não for imediata, pretendo devastar toda Biscaia, a começar pela indústria bélica. Os recursos para tanto não me faltam (STEER, 2017, p. 197).

O ataque aéreo aos civis desrespeitava as regras aéreas aprovadas em 1923 na convenção de Haya, fator que indignou Steer, mas seria recorrente nas guerras que viriam.

A presença do autor como observador dos fatos narrados é destacada em vários momentos da obra. Em outros momentos ele cita trechos de diários de soldados alemães, todavia, sem mencionar como teve acesso a tal fonte. Em outros momentos aponta que a narrativa em questão foi relatada por outra(s) testemunha(s). Em determinado ponto da obra o autor britânico

faz uma análise do papel do jornalista em momentos de confronto e tensão:

Um jornalista não é mero fornecedor de notícias, sejam sensacionais ou controversas, bem ou mal escritas, ou apenas engraçadas. Ele é um historiador dos eventos cotidianos, e tem um dever para com o público. Se lhe impedem o acesso a esse público, cabe a ele recorrer a outros métodos: pois, como historiador em ponto menor, ele pertence à mais honrada profissão do mundo, precisa estar tomado do apego mais passional e crítico da verdade, e por isso o jornalista deve, com enorme poder que detém, cuidar para que prevaleça a verdade (STEER, 2017, p. 259).

A presença de Steer e sua postura narrativa atribuindo-se a função de “historiador do cotidiano” permitem comparações com a atuação dos historiadores da antiguidade, sua relação com as fontes e a questão da objetividade na operação historiográfica. Observar como os antigos historiadores se posicionavam em relação às suas fontes e à concepção de história permite aproximações valiosas. Com Heródoto e Tucídides, temos o que nomeamos o princípio, a certidão de nascimento da história, as origens, o começo da ordem. Heródoto que inventariava, viajava, ia ver e narra. Tucídides, que elevou o valor do registro escrito, buscava mostrar o sentimento das personagens, penetrando no íntimo, até a essência dos fatos. Para uma melhor contextualização dos seus métodos, é válida uma análise de como se relacionavam com suas fontes.

Historéin e *Semaínein*. Eis o princípio. Podemos denominá-las operações, talvez o prelúdio de um método. Estas operações possibilitaram ver mais longe, num determinado espaço e tempo. *Historéin* deriva de *Hístōr*, que remete a *Idein* (ver) e a *Oida* (saber). Na ideia de *Hístōr*, o árbitro que encontramos nas narrativas épicas, podemos conceber uma posição de Heródoto como tal, por querer guardar na memória os fatos, estes vistos pelos dois lados (dos gregos e dos bárbaros) (HARTOG, 2001, p. 34-5, 50, 398-9). Todavia, Heródoto não pode ser *Hístōr*, pois já encontramos em sua obra e nos seus métodos uma necessidade de investigar,

remetendo à ideia de produção de narrativas que tinham como função impedir que os vestígios dos homens se apagassem, conjuntamente com a não centralidade do relato focado exclusivamente nos heróis. Junto com *Semáinein* (significar, “que revela”), *Hístoreîn* compõe um princípio de estilo a ser praticado pelo primeiro historiador, Heródoto.

Este historiador quer marcar seu nome, buscar um lugar para seu saber. Mas este lugar não existia. Necessitava ser construído. Esta necessidade de investigar pode ser associada mais a um estado de espírito e um tipo de método usual, do que a um domínio particular sobre a ação. Estas características efêmeras devem-se ao fato de que a história constituía-se, naquela época, como uma categoria minoritária, não chegando a compor nem mesmo um gênero. O grego dispõe de outras formas de conhecimento do passado (narrativas e tradições orais). A história não era objeto de ensino e não se formavam escolas para ela. Preocupava-se com o presente, não só com as façanhas, mas com o que circunscrevia o tempo dos homens, o que pode ser visto como uma transição da epopeia para a história. Heródoto não se denominava historiador, ele, *Hístoreî*, investiga e narra, viaja, se relaciona com as fontes, substituindo uma visão de origem divina. Entre o Aedo e o adivinho temos Heródoto, que dispõe seu próprio nome, imprimindo sua assinatura inaugural.

Com Tucídides, podemos averiguar uma ruptura. Ele é *Syngráphein*, que significa tomar nota, registrar por escrito. Para “ver” usa a metodologia da autópsia, criticando os testemunhos mais profundamente, filtrando-os. O advento da visão é privilegiado, já que com o ouvido se esquece; permite que os fatos se deformem. Temos uma desvalorização da investigação e uma ascendência dos registros escritos. Tucídides deseja compor uma “aquisição para sempre” (*Ktéma es aei*) para os homens do futuro. Critica Heródoto por ele estar próximo da lenda e por suprimir a falta de documentação com o uso da imaginação. Eis a principal diferença. Tucídides presenciou a guerra, os fatos. Busca analisar os indícios e o agrupamento de provas para suprimir o falso e circunscrever o mítico. Todavia, não chega a uma convicção clara a respeito destes elementos. Ele privilegia o psicológico, marcado

por uma retórica argumentativa (que marcou a literatura grega negativamente, suprimindo o valor das ideias), buscando um maior efeito de convencimento daquilo que presenciou.

É notável a diferença de Heródoto e Tucídides em relação à historiografia moderna, principalmente sobre como os historiadores gregos antigos tratavam suas fontes. As citações não são feitas, ou se dão raramente. A diferenciação entre fontes primárias e secundárias é de certa forma alheia a seus métodos. Provavelmente, em seus procedimentos, faziam essa distinção, mas a guardavam para si. Investigavam os fatos por conta própria; seu julgamento ocorria pela crítica interna e pela avaliação sobre sua parcialidade, não cabendo ao leitor, por isso, a preocupação de interpretar e de verificar, mas, sim, a de elaborar a sua própria ideia de verdade, excluindo-a, assim, da tarefa do historiador. Este podia “manobrá-la”, sem, no entanto, enganá-la, constituindo um contrato espiritual que a ratificava. O historiador antigo primeiro acredita e acredita naquilo que não é mais verificável (VEYNE, 1984). Ele caracteriza uma autoridade, não critica seus colegas, mas aniquila uma imerecida autoridade, que, junto com a sua credibilidade, deveriam ser alcançadas com o tempo, institucionalizando-se. Verificamos um papel de destaque atribuído mais à tradição do que às fontes. Os historiadores consideram a si próprios uma tradição, não buscam simplesmente refazê-la, mas melhorá-la, não deixando de recopiar uns aos outros. Mas eles não acolhiam essas tradições cegamente, uma vez que as verificavam por meio de um processo de investigação. O modo de trabalho de Steer se aproxima destes historiadores. Um exemplo pode ser verificado no relato sobre como as pessoas reagiram ao bombardeio (que ele não presenciou):

Os pequenos caças desciam alinhados, como ondas dançarinas e faiscentes. [...] As pessoas apavoradas se estendiam de bruços em valas, colavam as costas nos troncos das árvores, dobravam-se para entrar em buracos, fechavam os olhos e saiam correndo pelos verdes e amenos campos abertos. Insensatamente, muitos correram de volta para o vilarejo antes da chegada da maré aérea (STEER, 2017, p. 297).

Ele viajava para ver, narrar e escrever. Nutria o sentimento de dever para com o público, e sua declaração ressaltando o compromisso com a verdade expõe sua concepção de trabalho.

Um dos expoentes do jornalismo narrativo, que torna o leitor um participante, foi John Reed. Ele buscava retratar o cotidiano, mostrando o impacto de episódios como a Revolução Mexicana na vida das pessoas, seus costumes, religiosidade. No filme *Gernika* Steer (o protagonista) raramente toma notas, fator que valoriza sua experiência no local dos episódios. Tal como os historiadores gregos, também buscava marcar seu lugar, com o novo tipo de relato jornalístico. Tal como Tucídides, ele escreve. Esse Aedo-Tucidideano conseguiu tornar seus relatos uma “aquisição para sempre”, tal qual almejava o ateniense. Sua inserção nos episódios narrados e o uso do “nós” permite refletir sobre questões pertinentes na escrita da história.

A objetividade e a subjetividade foram pensadas de diferentes formas no processo de escrita da história, conforme diversas épocas e contextos. O conhecimento objetivo seria aquele que ordena, que é estável, universal, atemporal, isento de emoções e analítico. (REIS, 2006, p.152) No processo de racionalização modernizadora da disciplina história, a objetividade seria uma garantia das investigações históricas. Criou-se uma atitude objetivista (RÜSEN, 1996, p.87) que permite ao historiador ultrapassar os elementos subjetivos embasado numa determinada concepção de história.

As críticas do discurso Pós-moderno concentram-se na igualdade da linguagem entre ficção e história. Como a história seria construção do sujeito, não tendo um enfoque exterior ao humano, os elementos subjetivos seriam incontrolláveis. A fronteira entre a ficção e o discurso histórico torna-se cada vez mais turva, o que acaba levando os historiadores a refletirem sobre sua prática de trabalho, enfocando o aspecto metodológico e evitando questões filosóficas mais amplas. Esta postura relativista de caráter cético agregaria à história a tolerância e a alteridade, ausentes nas formas de discurso histórico anteriores. A verdade estaria ligada à eficácia da narração, o que poderia levar a

desconexão entre prova, verdade e história. (GINZBURG, 2007, p.210-30)

A partir destes fatores, podemos nos questionar se é possível falar em objetividade e qual o grau de sua operacionalidade. O processo de cognição histórica constitui-se num procedimento mental de dois polos: um objetivo, constituído pelas experiências verificáveis das fontes; outro subjetivo, ancorado na orientação para a vida prática. (RÜSEN, 1996, p.97-101) A objetividade seria a união do pensamento à experiência, onde a pluralidade de perspectivas não é seu entrave. A objetividade colocaria limites às interpretações históricas estabelecendo critérios de validades, consciente da existência dos elementos subjetivos. A exclusão da subjetividade tornaria o conhecimento a-humano, levando-nos a esquecer que também fazemos parte da história. (SHAFF, 1987, p.279-310)

Ao longo da história, a velha ordem estabelecida, sempre mostrou grande capacidade de dominar movimentos revolucionários ou questionadores através de meios mais diversos (FONTANA, 2004, p.381). O âmbito superestrutural não poderia ficar de fora deste processo. A construção de um ceticismo contribui para a *estabilização da ordem estabelecida*. A negação de um compromisso com o presente, ocorre concomitantemente, com a própria incapacidade de defini-lo e conhecê-lo. O questionamento das fontes e sua confrontação devem estar sempre presentes na ótica do profissional, mas estas reflexões e questionamentos também não podem ser obscurecidos, principalmente pelo papel social e político que a história produzida pode causar. As classes dominantes não temem a história, temem os historiadores, mais precisamente, aqueles que não podem controlar e utilizar (FONTANA, 2004, p.343).

Desse modo, entendemos que, no final do século XX, a permanente incidência das crises (sociais, políticas e econômicas) aumentou o peso da consciência coletiva alterando a forma de se relacionar com o passado, onde verificamos um aumento da vontade de agir sobre esse passado. Somado e incrustado a isso, está o desenvolvimento das ideias do fim da história pela vitória considerada absoluta do capitalismo e de seus representantes, fator

ressaltado quando observamos que isto não ficou inerente às formas de escritas da história e das percepções de tempo e espaço. A esta crise de futuro respondeu-se com um giro para o passado.

Voltando a obra de Steer, ele ressalta que “os relatos verdadeiros de matanças em Madri somente podiam ser contrabandeados como artigos não censurados por correspondentes desconhecidos; com Franco, a situação era ainda pior” (STEER, 2017, p. 148). Foi este cenário que contribuiu para que após o bombardeio de Guernica tanto alemães como espanhóis desmentissem o relato de Steer. Tal como o ataque a Durango realizado nos dias anteriores, os comunistas foram responsabilizados (pelos incêndios em Igrejas). Uma declaração oficial franquista argumentava:

Son completamente falsas las noticias transmitidas por el ridículo presidente de la República de Euzkadi relativas al incendio provocado por las bombas de nuestros aviones en Guernica. Nuestros aviadores no han recibido ninguna orden de bombardear esa población. Los incendiarios son los que, el verano pasado, incendiaron Irún y ayer Éibar. En la imposibilidad de contener el avance de nuestras tropas, los rojos han destruido todo y acusan a los nacionalistas de hechos que no son más que la puesta en práctica de sus criminales designios. ¡Miente Aguirre! Miente vilmente. En primer término no hay aviación alemana ni extranjera en la España Nacional. Hay aviación española. Noble, heroica aviación española que lucha constantemente con aviones rojos que son rusos, franceses y conducen aviadores extranjeros. En segundo lugar, Guernica no ha sido incendiada por nosotros, la España de Franco no incendia. La tea incendiaria es monopolio de los incendiarios de Irún, de los que han incendiado Éibar, de los que trataron de quemar vivos a los defensores del Alcázar de Toledo (UNIBERTSITATEA, p.3).

Desmentindo esses argumentos Steer escreveu no The Times em seis de maio de 1937:

"La declaración publicada por Salamanca según la cual Guernica ha sido destruida por los rojos es absolutamente falsa. Personalmente hablé con más de 20 refugiados de Guernica en los alrededores de la ciudad la noche de la destrucción. Excepción hecha del número de

aviones que la bombardearon, todas las declaraciones coinciden en todos sus detalles. [...] La evidencia neta que Guernica ha sido destruida por la aviación se demuestra con lo siguiente: en toda la ciudad y en los techos que no habían sido destruidos por el incendio se veían innumerables huecos de bombas que no estaban a mediodía, cuando yo visité Guernica. árboles arrancados de cuajo o con las ramas peladas por la metralla... Un periodista recogió conmigo tres bombas, las tres alemanas, con fecha de 1936. Todo el mundo sabe que en el pueblo un gran número de mujeres y niños han sido atacados en un refugio contra las bombas y es evidente que éstos no habrían ido a refugiarse en un lugar que los rojos tenían intención de incendiar... Yo estuve en Guernica hasta la 1,30 de la madrugada y en ninguna parte podía sentirse el olor a petróleo... Una gran parte de Guernica no es un montón de cenizas, sino un montón de escombros." (UNIBERTSITATEA, p.4).

No seu livro Steer aprofunda as causas do bombardeio e estende seu relato por mais alguns meses. Sua análise sobre o episódio da cidade de Guernica ressalta a dramaticidade e retoma o compromisso de desmentir inverdades propagadas pelos franquistas. “A destruição de Gernika não foi apenas uma coisa horrível de se ver: também deu origem a algumas das mentiras mais assombrosas e incoerentes [...]” (STEER, 2017, p. 306). O roteiro do bombardeio foi planejado para destruir e aterrorizar a população. A cidade já contava com abrigos, por conta dos bombardeios realizados nas cidades vizinhas, mas isso não impediu milhares de mortes na tarde de vinte e seis de abril. Primeiramente, um solitário Heinkel 111 despejou seis bombas e diversas granadas ao passar pela cidade. Outro Heinkel matraqueou suas metralhadoras de forma aleatória. Quando as pessoas já começavam a deixar os abrigos vários Junkers 52 lançaram bombas de vinte, quarenta e até quatrocentos e cinquenta quilos. O pânico tomou conta da cidade. Outros aviões metralhavam animais nos pastos da cidade. Foram quase três horas de bombardeios sistemáticos encerrados com bombas incendiárias que terminaram por consumir praticamente toda cidade.

O filme condensa o extenso relato de Steer em uma semana e finaliza com a longa sequência do bombardeio. Toda dramaticidade é potencializada pelos recursos cinematográficos.

Teresa, que havia sido presa no lugar de Henry, e levada para uma prisão comunista onde é brutalmente torturada para confessar sua atuação contrarrevolucionária. Em seguida, é resgatada por Henry. Eles presenciam o bombardeio e o drama das pessoas. Ao entrar num abrigo um momento de tensão ocorre pela presença de um personagem ligado ao franquismo, que acaba sendo acolhido no local. Vasyl percorre a cidade em busca de Teresa e ao encontrá-los não consegue atirar com neles sua pistola. Ele se suicida na frente dos dois encerrando o triângulo amoroso. As elipses encerram seu trajeto e o amor de Henry por Teresa (e pelos bascos) contribui para que ele modifique seu ponto vista inicial e busque narrar a verdade do que presenciou. Henry e Steer são exemplos de experiências históricas com seu tempo presente. Mas e no campo historiográfico, como isso tem sido abordado?

Nos últimos anos um grande espaço foi e vem sendo conquistado por uma história nova que se faz presente. O peso do passado recente, marcado pelos traumas materiais e psicológicos do pós-Segunda Guerra, ocasionou uma profusão de trabalhos sobre este passado recente, sobre o presente constante e sobre o futuro que se deslinda. Aos poucos, estas demandas ganharam espaço nos meios acadêmicos, primeiro na produção de trabalhos isolados, posteriormente na conformação de grupos de pesquisa e na fundação de institutos e centros que solidificaram esta base existente. Se este presente-passado recente se impunha nos meandros acadêmicos e no meio social, este tema estendia suas teias em diferentes áreas e o cinema efetuou um papel central neste processo. Mesmo no caso da Guerra Civil Espanhola, que mais de oitenta anos depois ainda é uma história de forte impacto e presente na atual sociedade espanhola.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, refletir sobre o presente implicava conectar passado e futuro, e este procedimento ganhou grande ocupação no espaço público assumindo impressionante protagonismo. Este passado recente ainda encontra-se aberto, inconcluso e não cessa de irromper com novas questões, suscitando disputas. Correlacionada com o impacto e a destruição em massa da Segunda Guerra ocorreu uma profunda transformação das representações da realidade próxima

que infiltrou-se no campo intelectual acadêmico com a crise das estruturas, ganhando terreno o processo de repensar o papel e a importância do sujeito e redescoberta do espaço do subjetivo.

Essa profusão da presença do subjetivo, do sujeito, ganha uma espécie de contraponto com a história do tempo presente, pois esta agrega o retorno do político em diferentes esferas metodológicas e sociais. Mesmo com uma abordagem enfocada no sujeito, o elemento político faz-se presente variando em graus de peso e presença, atuando como agente aglutinador, mas não único. Agregado a este elemento político encontra-se a presença física do historiador inserido no seu tempo e muitas vezes no seu tema de pesquisa. Temos aqui um elemento chave configurado na demanda social que encontra eco na vasta produção de trabalhos relacionados à história de diferentes meios. Um exemplo que salta aos olhos é a constante atualização empreendida pelas editoras de livros didáticos, nos capítulos de história contemporânea. Esta demanda social imprime os limites de intervenção pública nos debates, pois entra em confronto com o interesse de preservação da legitimidade da especialidade do saber historiográfico. Este espaço público configura-se num campo em disputa que se complexifica ainda mais quando não se descolam deste processo os interesses de classes na feitura dos relatos sobre o passado e em sua sobrevivência ao futuro. O objeto abordado implica e interpela o horizonte de expectativas de uma sociedade e do presente enquanto tempo histórico. Assim, de acordo com Henry Rousso, podemos definir esta demanda social como uma expectativa suscetível de ser traduzida em termos de projeto de pesquisa cuja oportunidade e viabilidade não se processa primeiramente no meio científico, mas no seu exterior social (ROUSSO, 2007, p 294-5).

Entendemos que, no final do século XX, a permanente incidência das crises (sociais, políticas e econômicas) aumentou o peso da consciência coletiva alterando a forma de se relacionar com o passado, e verificamos um aumento da vontade de agir sobre esse passado. Somado e incrustado a isso está o desenvolvimento das ideias do fim da história pela vitória considerada absoluta do capitalismo e de seus representantes, quando afirma que isto não ficou inerente às formas de escritas da história e das percepções de

tempo e espaço. A esta crise de futuro respondeu-se com um giro para o passado.

A prática historiográfica atual tende a oscilar entre os procedimentos universais ou inscritos em um contexto mais preciso de nosso tempo presente (ROUSSO, 2007, p 286). Compartilhamos da proposta de Rousso, para quem quatro elementos compõem essa prática: a demanda social, a testemunha, a memória e o acontecimento. Sobre este último verificamos uma mudança em seu status antes atrelado à longa duração como único molde passível de interpretar o acontecimento. A memória aparece como concorrente do discurso científico e a memória das testemunhas, vítimas em grande parte, incita o debate sobre o subjetivo e o papel do sujeito referido anteriormente no fazer historiográfico. Neste processo podemos argumentar que o historiador instrumentaliza os indivíduos históricos e o contrário também acontece.

Memória e tempo presente executam um relacionamento marcado por um intenso debate, conflituoso e em franca expansão no meio acadêmico. O cinema acrescenta sua contribuição para a formação da memória coletiva, contribuindo assim para o debate e constituição de ponto de vista histórico. Para além desse elemento, o cinema também faz uso de memórias e testemunhos na constituição de sua narrativa, seja de forma documental ou ficcional. E quando, em um filme histórico, um testemunho de um indivíduo protagonista dos fatos representados na narrativa fílmica é inserido, isto introduz um inquietante e polêmico debate sobre verdade, testemunho e método do fazer historiográfico. Isso pode simplesmente ficar relegado a um segundo plano aos olhos dos historiadores, o que implica renunciar a debater, questionar e apontar importantes elementos que compõem a formação histórica social.

Francisco Franco morre em 20 de novembro de 1975. Dois dias depois Juan Carlos é coroado rei. Em 1977 ocorre um fato chave para a história da transição espanhola: o chamado Pacto de Moncloa, acertado nas dependências do Palácio de Moncloa em Madrid entre os dias 8 e 21 de outubro. Em 1978 se estabelece a Monarquia Parlamentar e ocorre a eleição de Adolfo Suarez. O

Partido Socialista Operário Espanhol, PSOE, assume o poder em 1982. Seriam necessários 14 anos para o retorno da direita com Juan Maria Aznar em 1996. Somente no século XXI (em 2004) o PSOE retoma o poder, permanecendo até 2011.

Ao longo deste período, diversos debates ocorreram em torno da Guerra Civil e do Franquismo, mas somente em 2002 formou-se uma comissão constitucional no congresso de deputados para discutir as medidas do passado recente. Entre 2004 e 2006 o governo Zapatero criou uma comissão que ampliou o debate e em 27 de dezembro de 2007 foi sancionada a Lei 52/2007 que reconhece e amplia os direitos das vítimas da Guerra Civil. Esta lei é conhecida como Lei da Memória Histórica. Composta por 22 artigos, esta lei aborda diferentes esferas de reparações e ações. Reconhece o direito da reparação moral, impõe a retirada de símbolos franquistas, reconhece a atuação das Brigadas Internacionais, cria o centro da memória, estabelece a proteção aos documentos e o acesso aos arquivos públicos e privados.

Esses mais de 30 anos desde 1975 produziram uma controvérsia no debate em torno da formação democrática. Muitos historiadores e cientistas sociais apontam que a democracia nasce de um pacto de silêncio, de um processo de desmemória (VIEIRA, 2009). Outros autores relativizam esta posição argumentando que este processo constituiu-se com intensos debates, que não possuía um objetivo seguro e cuja determinação de seu início e de seu fim exemplifica sua complexidade (SANCHEZ-BIOSCA, 2006, p. 243-6).

Pode-se inserir a questão: quando terminam o Pós-Guerra e as obrigações, os vínculos e a responsabilidade coletiva? (STUCKI; GERBER; LOPÉZ DE ABIADA, 2005). Muitos autores comparam o processo espanhol ao alemão e o tomam como referência. Contudo o termo *Vergangenheitsbewältigung*, a recuperação da memória histórica, que designava a recuperação dos traumas e das questões morais das vítimas adquiriu um caráter mais genérico. O debate historiográfico alemão critica o uso de um termo utilizado na psicanálise e na historiografia. Nesta recuperação não podem ser descolados deste processo: a eliminação política de altos cargos remanescentes da ditadura; a

integração de todos os afetados pelo regime em um processo social resultante numa solução de compromisso; a proibição de organizações antes vinculadas à ditadura; a condenação judicial dos culpados; a indenização das vítimas; e uma forte tomada de consciência pública sobre o passado que avance além da recordação efetuada no espaço íntimo.

Esta cultura da memória, tal como foi realizada pelos livros e pelo filmes, efetua uma revisão crítica da democratização, onde não se aplicaram as medidas citadas no parágrafo anterior. A transição foi baseada numa anistia progressiva, onde o Franquismo se transformou e se adaptou à persistência das elites. Numa nascente democracia, enfrentar os crimes de um anterior regime autoritário torna justificado um desejo de justiça que pode levar a desestabilizar o sistema em formação. A lei da Anistia criada em 1977 deixou impunes os autores dos crimes de lesa humanidade, pois buscou silenciar o passado embasado numa hipótese de culpa coletiva, que no fundo encobria o desinteresse oficial dos múltiplos sofrimentos dos perdedores da Guerra Civil (BRINKMANN, 2009).

Ao filmar *Gernika*, Koldo Serra declarou que realizou o filme por ser uma história esquecida e não abordada no cinema espanhol (DE PABLO, 2016). Trata-se de um equívoco, uma vez que diversos filmes (longas, curtas, ficções e documentários) foram realizados. Destaca-se *Guernica* do cineasta francês Alain Resnais (*Guernica*, 1950) e *A árvore de Guernica* de Fernando Arrabal (*El árbol de Guernica*, 1975). Ao completar oitenta anos do início da Guerra Civil espanhola poucas produções cinematográficas foram realizadas se comparadas aos anos anteriores (DE PABLO, 2000)⁴.

⁴ O novo século inicia com obras que continuavam a abordagem dos anos 1990. A obra *El viaje de Carol*, realizada em 2002 por Imanol Uribe, aborda a história de uma menina que viaja ao povoado de sua mãe, situado na zona franquista no ano de 1938. O filme destaca o olhar feminino e da juventude de um conflito que divide famílias e o processo de iniciação para a vida adulta. *Las 13 rosas* (2007) apresenta a história das treze jovens fuziladas pelos franquistas. A história retratada em livros, peças teatrais e documentários ganha uma abordagem rica e tocante na obra de Emilio Martínez Lázaro. A resistência no período seguinte ao conflito será tema de diversos filmes. A guerrilha dos Maquis já havia aparecido de forma tangencial na obra prima de Victor Érice *O espírito da Colmeia* nos anos 1970. *Silencio Roto* (Montxo Armendáriz, 2001) abre o século XXI retomando este tema. Esta película apresenta a atuação dos Maquis, o envolvimento dos povoados e a crescente repressão do regime franquista. Em 2006 *O labirinto do faino* (Guilherme del

A produção de *Gernika* se enquadra nesse lugar de memória construído com recordações, relatos, filmes e, principalmente, o quadro de Pablo Picasso. O artista se comprometeu a realizar uma grande obra para a exposição com o governo republicano em janeiro de 1937. Picasso não conhecia Guernica e ficou profundamente impactado pela tragédia. Ele entregou a obra em junho de 1937 e nesse período realizou mais de 60 obras, o que mostra o intenso ritmo de criação. O pintor faleceu em 1973, dois anos antes do que Franco. O quadro retorna para a Espanha em 1981 justamente quando a jovem democracia era posta a prova por uma tentativa de golpe de Estado em fevereiro e seu retorno constitui um esforço de conciliação objetivada pelo governo. Durante o longo período do Franquismo a memória sobre o episódio foi silenciada pelo regime. A presença do quadro e sua denúncia constante da tragédia personificavam a dor dos refugiados, dos sobreviventes e seus descendentes. A cidade se constitui como um lugar de memória do povo basco pela sua simbologia na constituição da identidade e dos valores de democracia e liberdade. Após o bombardeio Guernica (cidade e quadro) corporificaram-se como um mártir. Durante a Guerra Civil o quadro realizou uma jornada europeia de 1938 a 1939. Passou por Oslo, Copenhague, Estocolmo, Gotemburgo,

Toro) acrescenta o olhar infantil agregando o elemento fantástico a narrativa. As famílias separadas pelo exílio e pela resistência no pós-guerra são o tema de *A mulher do anarquista* (Peter Sehr, Marie Noëlle, 2009). Contudo, é a película *Soldados de Salamina* e sua abordagem vinculada a memória e ao processo de construção histórica do conflito que se destacam nesta década. O filme *Soldados de Salamina*, dirigido por David Trueba em 2003, tem seu roteiro escrito baseado no livro homônimo de Javier Cercas publicado em 2001. O fantástico sucesso do livro contribuiu para sua rápida adaptação ao cinema. O filme aborda a história de uma escritora – Lola, interpretada por Ariadna Gil – que, passando por uma crise em sua criatividade, necessita trabalhar em um jornal, além de dar aulas de literatura em uma universidade. Ao receber uma encomenda do editor do jornal para escrever um artigo sobre a Guerra Civil ela acaba se deparando com a história do poeta e escritor falangista Rafael Sanchez Mazas. O fato de ele ter sobrevivido ao fuzilamento realizado pelos republicanos leva-a a uma busca por sua história e pelo soldado que não o executou posteriormente em uma floresta. Com esses elementos tem-se o debate sobre qual deve ser o papel do escritor e da busca pelas suas entranhas emocionais. Isso incluiu uma busca de Lola por sua sexualidade (na qual se insere a cartomante Conchi e o aluno Diego), seus anseios e suas realizações sociais. Nessa busca, acaba deparando-se com Miralles, um sobrevivente da Guerra que ela acredita ser o soldado e herói que sua história precisa. Ver QUINSANI, 2009.

Londres, Leeds, Liverpool e Manchester. Após a guerra rumou para Nova York e outras cidades dos EUA e a arrecadação com as exposições serviram para fomentar os fundos de ajuda aos refugiados. E qual a contribuição do filme *Gernika* para os dias atuais?

A película reconhece a participação dos alemães e dos espanhóis destacando as intenções e objetivos dos bombardeios. Ela também tem o mérito de apresentar um cenário pouco explorado nas ficções como a região Basca. Entretanto, o destaque dado aos bascos recai mais no viés cultural, pouco é mostrado da estrutura política e de governo basco no período. Aqui, a especificidade da narrativa cinematográfica e o modo como ela foi tratada pelo diretor e pelos produtores busca construir um melodrama romântico articulando uma dicotomia que recorre ao tradicional recurso de vilões contra heróis. Como os alemães pouco aparecem esta dualidade acaba sendo representado pelos bascos (e pelo estadunidense Henry progressivamente na narrativa) como heróis e os soviéticos como vilões. A autonomia alcançada pelos Bascos afastou a influência de setores revolucionários. Cabia ao governo Basco o controle da censura na região. Também não existiu uma Tcheca (as prisões destinadas aos contrarrevolucionários) em Guernica.

Na Guerra Civil ocorreram diversos embates entre os grupos da esquerda. A URSS desenvolveu um papel fundamental ao apoiar a República. As estruturas de repressão existiram, embora em menor número na região basca (DE PABLO, 2016). Pela peculiaridade da sociedade basca e pelas escolhas do cineasta pouco é destacado sobre a participação e o papel das milícias e, principalmente, as divisões políticas que se formaram no interior do campo republicano (ou antifascista) durante a guerra. É sempre prudente ter em mente que a visão simplista, propagada pela visão republicana ou comunista predominante durante muitos anos na esquerda europeia, do embate entre democracia *versus* fascismo, acaba obscurecendo o processo revolucionário no interior do movimento e as contradições ideológicas. Steer ressalta estas diferenças quando analisa os fuzilamentos. Herbert Mathews apresenta de forma incisiva:

As violências do lado republicano foram realizadas por um povo apaixonado, com forte espírito de classe, inflamado, descontrolado e espontâneo, enquanto o governo de Madrid, privado de oficiais e da polícia, estava perturbado e indefeso. As atrocidades nacionalistas foram medidas calculadas de política, temperadas pela vingança e uma forma de ódio de classes [...] as atrocidades na zona legalista terminaram logo que o governo conseguiu firmar sua autoridade. No lado nacionalista, jamais terminaram durante a guerra e continuaram nas represálias do pós-guerra (MATHEWS, 1975, p. 108-9).

Era justamente a imprensa um dos principais meios de propagação de debates, acusações e mentiras. O escritor George Orwell destacou: “Os futuros historiadores nada terão em que basear-se, exceto um amontoado de acusações e propaganda partidária” (ORWELL, p. 159). Estas disputas acabaram fraturando a coalizão do campo de esquerda. Para Vilar, a consequência de tudo isso é que: “depreciações e rancores se sobrepuseram ao entusiasmo” (VILAR, 1986, p. 99)⁵. Pierre Broué, numa visão mais contundente, destaca o caráter peculiar desta revolução que se transforma numa contra-revolução stalinista. Além da crítica aos comunistas, Broué também critica a postura anarquista pela ausência de uma estratégia organizada que culmina numa violência cega desproposita (BROUÉ, 1992, p. 92).⁶ A

⁵ Pierre Vilar, ao analisar o debate, destaca o paradoxo da interpretação partidarista, destacando que para o POUM a provocação que conflagra as Jornadas de Maio⁵ parte de Moscou pelo PSUC; já para o PSUC a conspiração tem origem em Berlim e é alimentada na Espanha pelo próprio POUM; para a CNT é um complô catalão com conexões em Paris.

⁶ Posteriormente, a abertura dos arquivos de Moscou reacende o debate e agrega novos elementos. O professor Pelai Pagès y Blanch aponta que estes documentos mostram uma verdadeira obsessão de Stálin na perseguição e eliminação do POUM. A partir dos documentos analisados, ele aponta que apenas falta a constatação final que as provocações que deram origem aos fatos de maio iniciaram no Kremlin⁶. No seu argumento há uma valorização da participação do partido, levando em conta que o próprio Orwell dimensionou seu papel a uma atuação mais limitada, pois o número de membros e seu poder de influência são insuficientes para provocar uma greve, por exemplo⁶. Jaime Pastor destaca que os acontecimentos de maio ocasionam uma ruptura no partido e uma renovação eficaz ocorre somente após 1977⁶. O historiador alemão

condensação operada por *Gernika* esvazia esse debate e os soviéticos encarnam os vilões caricatos sintetizados no personagem do Cônsul, cuja inspiração foi o Cônsul Josef Tumanov. Entretanto, ele não possuía o poder apresentado no filme. No atual tempo presente que alguns analistas denominam de Guerra Fria 2.0 devido ao acirramento da tensão entre os EUA e a URSS/China pelo controle global, a caracterização dos russos como vilões parece muito mais ligado aos interesses do presente, do que ao passado da Guerra Civil. A guerra civil apresentada em *Gernika* é uma guerra sem revolução.

O jornalista Henry, inicialmente pragmático e desinteressado, aos poucos se afeiçoa com os bascos. Sua vivência e experiências alteram seu modo de trabalho e após o bombardeio cabe a ele a tarefa de liberar Teresa da tortura e sofrimento e relatar a verdade para o presente e para a posteridade. A ironia é que no filme este personagem é estadunidense e não europeu como Steer. No nosso tempo presente inúmeros ataques a história e a verdade tem ocorrido. A expressão pós-verdade apareceu no meio social expressando que fatos objetivos tem menor importância frente a crenças pessoais. Segundo o Oxford Dictionaries trata-se de um adjetivo “que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais”. Após a queda do muro de Berlim e a dissolução da URSS coube aos EUA exercer o papel de potência imperialista, recorrendo diversas vezes a recursos inverídicos (como no caso das armas de destruição em massa no Iraque) e inclusive reescrevendo a história. Nas comemorações do 50º aniversário da guerra do Vietnã em 2014 o Pentágono lançou

Reiner Tosstorff destaca as ligações do partido com a questão sindical, e que seu ingresso na UGT implicou uma prática contrária ao seu discurso, aniquilando as bases. Seu comportamento no terreno sindical expressa expectativas criadas anteriormente, de que a desintegração dos outros partidos torna o POUM um pólo de atração de outros militantes desiludidos⁶. O historiador do movimento operário Chris Ealham altera o foco do debate para os anarquistas e sua participação no governo Republicano. A peculiaridade da Revolução Espanhola foi não ter destruído o aparelho estatal vigente e gerar uma instituição revolucionária. A crítica do autor, mais próximo ao POUM, centra-se na cúpula do movimento anarquista, relativizando o papel das bases.

um programa de trinta milhões de dólares para reescrever a história da guerra ignorando o uso de armas químicas e outros fatores.

O que estas reflexões trazidas à baila pelo filme *Gernika* ensinam no nosso tempo presente é que, na tarefa do historiador, é preciso ter sempre em vista as palavras de Carlo Ginzburg: “Os historiadores têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo” (GINZBURG, 2007, p.).

Referências

ARÓSTEGUI, Julio. Los componentes sociales y políticos. In: ARÓSTEGUI, Julio; BRICALL, Josep M.; CARDONA, Gabriel; TUÑON DE LARA, Manuel; VIÑAS, Angel. **La Guerra Civil Española: 50 años después**. Barcelona, Labor, 1986. p. 47- 122.

AUBERT, Jean-Paul. Le cinéma de l’Espagne démocratique: les images du consensus. **Vingtième Siècle. Revue d’histoire**, n 74, p. 141-151, 2002. Disponível em: <
http://dialnet.unirioja.es/servlet/listaarticulos?tipo_busqueda=EJEMPLAR&revista_busqueda=1470&clave_busqueda=171294
>. Acesso em 15 de julho de 2008.

BERNECKER, Walter. Gernika y alemania: Debates historiográficos. **Historia Contemporánea**, 35, 2007, 507-527.

BRINKMANN, Sören. El final de la reconciliación: la politización del pasado reciente en España. **Estudios Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v 35, n 1, p. 7-23, 2009. Disponível em: <
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/issue/archive>
>. Acesso em 10 de janeiro de 2010

CAPARRÓS LERA, José María. **Cine español de la democracia: de la muerte de Franco al “cambio” socialista (1975-1989)**. Barcelona: Anthropos, 1992.

CASANOVA, Julián. **Morir, Matar, Sobrevivir: la violencia en la era de Franco**. Barcelona: Crítica, 2002.

CERQUEIRA, João. **Arte e literatura na Guerra Civil Espanhola**.
Porto Alegre: Zouk, 2005

CRUSELLS, Magí. **La Guerra Civil española: Cine y Propaganda**.
Barcelona: Ariel, 2003.

_____. **Cine y Guerra Civil Española: Imágenes para la memoria**.
Madrid: Ediciones JC, 2006.

DE PABLO, Santiago. Gernika. Amor entre las bombas.
FILMHISTORIA, Vol. 26, nº2, p. 83-5, 2016.

DE PABLO, Santiago. ¿Símbolo o mito? La memoria cinematográfica
del bombardeo de Gernika. **Ikusgaiak**. Cuadernos de
Cinematografía, 2000, p. 59-74.

FEENSTRA, Pietsie; HERMANS, Hub (orgs). **Miradas sobre el
pasado y presente en el cine español (1990-2005)**. Amsterdã:
Rodolpi, 2008.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **Historia contemporánea y cine**. Barcelona: Ariel, 1995.

FONTANA, Josep. **A História dos homens**. Bauru: EDUSC, 2004.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São
Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HARTOG, François (org.). **A História de Homero a Santo
Agostinho**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2001.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo
Veintiuno, 2002.

KERSHAW, Alex. **Sangue e champanhe: a vida de Robert Capa**. Rio
de Janeiro: Record, 2013.

JOLL, James. **Anarquistas e anarquismo**. Lisboa: Dom Quixote, 1977.

MALEFAKIS, Edward. Aspectos históricos y teóricos de la Guerra. In:

MALEFAKIS, Edward (ed.). **La Guerra de España**. 1936-1939. Barcelona: Taurus, 1996. p. 13-47.

MATTHEWS Herbert L. **Metade da Espanha morreu**: uma reavaliação da Guerra Civil Espanhola. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MEES, Ludger. Guernica/gernika como símbolo. **Historia Contemporánea**, 35, 2007, 529-557.

MERCHÁN, Eduardo. Raíces de una generación. Cine español. 1982-1999. **Área Abierta**, n.1, 2001. Disponível em: < <http://revistas.ucm.es/portal/modulos.php?name=Revistas2&id=ARAB>>. Acesso em 29 de outubro de 2009.

MONPÓ, Eric. Ficção e verdade na Guerra Civil de Espanha: o redescobrimento da história. **O Olho da história**, Salvador, n 2, p. 165-173, 1996.

MONTERDE, José Enrique. A olhada interior: a Guerra Civil Espanhola nas telas da Espanha (1939-96). **O Olho da História**, Salvador, n 2, 1996. Disponível em: < <http://oolhodahistoria.org/> >. Acesso em 20 de março de 2008.

MONTERO, Julio; RODRÍGUEZ, Araceli (org). **El cine cambia la historia**. Madrid: RIALP, 2005.

NOVA, Cristiane. A história como um grande romance coletivo: “O curto verão da anarquia: Buenaventura Durruti e a Guerra Civil Espanhola”. **O Olho da História**, Salvador, n 2, 1996. Disponível em: < <http://oolhodahistoria.org/> >. Acesso em 20 de março de 2008.

_____. O cinema e o conhecimento da história. **O Olho da História**, Salvador, n.3, 1996, p. 217-234. Disponível em: < <http://oolhodahistoria.org/> >. Acesso em 20 de março de 2008.

NÓVOA, Jorge; BARROS, José D’Assunção (orgs). **Cinema-História**: teoria e represen-tações sociais no cinema. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni Biscouto; FEIGELSON, Kristian. (orgs.). **Cinema-tógrafo: um olhar sobre a História**. Salvador: EDUFBA/UNESP, 2009.

ORWELL, George. **Lutando na Espanha** e o ensaio recordando a Guerra Civil. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

PADRÓS, Enrique Serra. Cultura e Antifascismo na Guerra Civil Espanhola. **Universa**, Brasília, vol 5, n 3, 1997, p. 415-433.

_____. O fascismo espanhol e a guerra civil. **História: ensino e pesquisa**. Porto Alegre, v. 2, n. 3, 1986, p. 5-32.

PEREZ JAUNA, Miguel Angel Salgado. Bilbao visto por um Corresponsal de guerra: George L. Steer en El Árbol de Gernika (1938). **Bidebarrieta**. 19, 2008, p. 255-278.

QUINSANI, Rafael Hansen. História, Memória, Cinema: o caso Soldados de Salamina. **Outros Tempos**, vol 6, n 7, p. 188-208, 2009. Disponível em: < <http://www.outrostempos.uema.br/> >. Acesso em 20 de dezembro de 2009.

QUINSANI, Rafael Hansen. **A Revolução em película: uma reflexão sobre a relação cinema-história e a Guerra Civil Espanhola**. São José dos Pinhais: Estronho, 2014.

QUIROGA, Nicolas. El pasado tiene dueño. Algunos debates sobre la producción del conocimiento histórico y el cine. **História: debates e tendências**, Passo Fundo, v 7, n 2, 2007, p. 226-242.

REIS, José Carlos. História e Verdade: posições In: **História e Teoria**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2006.

RIAMBAU, Esteve; ROMAGUERA, Joaquim (ed). **La Historia y el cine**. Barcelona: Fontamara, 1983.

ROMERO SALVADÓ, Francisco. **Guerra Civil Espanhola**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

ROSELLÓ, Roberto Arnau. **La guerrilha en celulóide: resistencia estética y militancia política en el cine español (1967-1982)**. 594 f.

Castellón: Universitat Jaime I, 2006. Tese - Departamento de Filosofía, Sociología, Comunicación audiovisual y Publicidad, Universitat Jaime I, Castellón, 2006.

ROSENSTONE, Robert. **El Pasado en imágenes**: el desafío del cine a nuestra idea de la historia. Barcelona: Ariel, 1997.

ROUSSO, Henry. A história do tempo presente, vinte anos depois In: PÓRTO, Gilson **História do tempo presente**. Bauru: EDUSC, 2007.

RUBIO, Pablo Pérez; RUIZ, Javier Hernández. **Voces en la niebla**: el cine durante la transición política española (1973-1983). Barcelona: Paidós, 2004.

RÜSEN, Jörn. Narratividade e Objetividade nas Ciências Históricas. **Textos de história**, v. 4, n 1, 1996.

SÁNCHEZ ALARCÓN, Inmaculada; GUTIÉRREZ LOZANO, Juan Francisco. **La memoria colectiva y el pasado reciente en el cine y la televisión**. Experiencias en torno a la constitución de una nueva memoria audiovisual sobre la Guerra Civil. Revista HMiC., 2005. Disponível em: < <http://seneca.uab.es/hmic> > Acesso em 10 de junho de 2006.

SANCHEZ-BIOSCA, Vicente. **Cine y Guerra Civil Española**: del mito a la memoria. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

SCHÜLER-SPRINGORUM, Stefanie. El mito de guernica: proyección, propaganda, Política. **Historia del presente**, 14, 2009, p. I23-I36

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

STEER, George L. **A árvore de Gernika**: um estudo de campo da guerra moderna. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

STUCKI, Andrés; LOPÉZ DE ABIADA, José Manuel. Culturas de la memoria: transición democrática en España y memoria histórica. Una reflexión historiográfica y político-cultural. **Iberoamericana**, Madrid, IV, n.15, p. 103-122, 2004.

SUSPERREGUI, José Manuel. Los iconos del bombardeo de Guernica y sus conflictos. **Discursos fotográficos**, Londrina, v.8, n.12, p.129-160, jan./jun. 2012.

THOMAS, Hugh. **A Guerra Civil Espanhola**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. 2v.

UNIBERTSITATEA, Euskal Herriko. El bombardeo de Gernika: El conflicto historiográfico y Gernika como simbolo. Disponível em: https://www.academia.edu/12753598/El_bombardeo_de_Gernika._El_conflicto_historiogr%C3%A1fico_y_Gernika_como_simbolo. Acesso em 20 de março de 2017.

VAILL, Amanda. **Hotel Florida**: verdade amor e morte na guerra civil espanhola. Rio de Janeiro: Objetiva, 2016.

VEYNE, Paul. **Acreditavam os gregos em seus mitos?** Ensaio sobre a imaginação constituinte. São Paulo: Brasiliense, 1984.

VIÑAS, Angel. Las condicionantes internacionales. In: TUÑÓN DE LARA, Manuel et al. **La guerra civil española**: 50 años después. Barcelona: Labor, 1989.

VILAR, Pierre. **La Guerra Civil Española**. Barcelona: Crítica, 1986.

OS REPRESENTANTES DA “NOVA DIREITA”: OS *THINK TANKS* E A DIVULGAÇÃO DO NEOLIBERALISMO PARA O BRASIL DA NOVA REPÚBLICA

Lidiane Elizabete Friderichs¹

O processo da redemocratização política brasileira, ocorrida entre o final da década de 1970 e meados dos anos 1980, garantiu a organização de diferentes grupos sociais e políticos, que passaram a disputar eleições, posições e ideias frente a um regime político aberto. Dentre eles, há a recomposição das direitas em torno de uma nova doutrina política e econômica – o neoliberalismo. Assim, surge uma nova articulação para defender conjuntamente os interesses desse grupo e lutar pelo controle do poder no regime democrático. Isso ocorreu por dois motivos principais: a incerteza quanto ao futuro da Nova República; e as decisões políticas que poderiam ser tomadas a partir do voto e da elaboração de uma nova constituição, o que poderia ser desfavorável às suas expectativas econômicas.

Diferentes autores caracterizam as direitas latino-americanas que irrompem no período pós-ditatorial como uma “nova direita” (MORRESI 2008, GIORDANO, 2014; HINKELAMMERT, 1988). Essa não é formada, necessariamente, por um escopo totalmente diferente de ideias e pessoas. Seu caráter inovador – que justifica a utilização do termo “novo” – é atribuído pelo abandono das proposições do liberalismo moderno (pró-estatal) e pela adoção da teoria neoliberal (essencialmente antiestatal). Entre as características que definem essas novas direitas podemos citar a visão que privilegia as ideias de liberdade em detrimento das de igualdade, a negação de todo tipo de intervenção estatal na vida econômica, a crítica aos investimentos estatais – mesmo em setores básicos como saúde e educação – e um moralismo social que se apoia em dogmas católicos, antipopulistas e anticomunistas.

¹ Doutoranda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Bolsista Capes.

De acordo com Giordano (2014), durante quase todo o século XX, os grupos de direita latino-americanos adotaram uma postura autoritária, que desprezava a democracia representativa, apostando em fórmulas nacionalistas e vinculando-se a governos autoritários e a ditaduras civil-militares. A partir das redemocratizações, elas passam a defender uma democracia “instrumental”, que se resumiu na implantação de um pacote de medidas institucionais – caracterizada pela “totalización del mercado, que es declarado productor de libertad, el control de los medios de comunicación por la propiedad privada y la introducción de algún sistema de elecciones” (HINKELAMMERT, 1988, p.108).

A la luz de una definición atenta a la historicidad, proponemos entender las «nuevas derechas» como un fenómeno que participa de un proceso histórico de mediana duración, cuya periodización se inicia en la década de 1980 (tal vez podría proponerse el año 1982, con la crisis de la deuda que potenció la radicalización de la agenda neoliberal), momento en el cual en toda la región se asistió a un proceso de revalorización de la democracia representativa, tanto por las transiciones desde gobiernos autoritarios como por la reformulación de la estrategia imperialista de EEUU (GIORDANO, 2014, p.54)

Buscando uma análise mais contemporânea, a autora também enfatiza a diferença da atuação das “novas direitas” nos anos 1980 e 1990 e as da atualidade. No primeiro caso, a defesa da democracia “instrumental” era vista como a via mais segura para a satisfação dos seus interesses materiais, antes representados pelo Estado autoritário. Hoje, o que as aglutina é a necessidade de fazer frente às forças políticas de esquerda e centro-esquerda consolidadas eleitoralmente. Esses movimentos foram formados no começo do século XXI, com o denominado “giro à esquerda” ou “onda rosa” nos governos da América Latina, que se destacaram por políticas sociais e pelo abrandamento das políticas neoliberais².

² Dos quais podemos citar a Venezuela com Hugo Chávez e Nicolás Maduro, a Bolívia

Diante desse processo de rearticulação das direitas, destacam-se os centros privados de pesquisa e de análise de políticas públicas, conhecidos como *think tanks* (*TTs*)³. Esses centros congregam uma série de grupos empresariais com o objetivo de promover o neoliberalismo. Os *TTs* podem ser definidos como institutos de pesquisa privados, organizados pela sociedade civil que, sem fins de lucro, produzem informação e conhecimento com o objetivo central de influenciar o processo de criação das políticas públicas (ACUÑA, 2009, p.4). Para Rigolin e Hayashi (2010), os *think tanks* brasileiros “operam na fronteira entre o mundo acadêmico e a esfera governamental. Trata-se de um locus privilegiado de fazer política, em que a disputa pelo poder se dá no campo das ideias” (RIGOLIN e HAYASHI, 2012, p.3).

Os *TTs* existem em quase todo o mundo⁴ e se converteram permanentemente no panorama político dos mesmos, interferindo

com Evo Morales, o Equador com Rafael Correa, a Argentina com Néstor Kirchner e Cristina Kirchner e o Brasil com Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

³ Os *think tanks* surgiram nos Estados Unidos, na primeira década do século XX, com o objetivo de profissionalizar a política, delegando à especialistas as discussões sobre os problemas estatais. A partir da II Guerra Mundial, adquirem um caráter mais ideológico, deixando a “neutralidade” característica dos seus primeiros anos de lado. Desde a década de 1960 e 1970 seu uso se expandiu e suas ideias se ampliaram e englobaram diversas áreas, passando a ser difundidas além dos espaços políticos, nos meios de comunicação, nas associações de classe e em ambientes educacionais. O apoio financeiro de corporações, partidos políticos, universidades, além do próprio Estado, foram essenciais para a disseminação dos *TTs*. No Brasil, o aparecimento desses institutos remonta a década de 1940, com a criação da *Fundação Getúlio Vargas* em 1944. Nos anos de 1960 se destacam o *Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais* (IPES) e o *Instituto Brasileiro de Ação Democrática* (IBAD), os quais atuaram para desestabilizar o governo de João Goulart e para deflagrar o Golpe civil-militar de 1964. A partir da década de 1980 ocorre o crescimento desses institutos, principalmente aqueles ligados às elites econômicas do país, dos quais se sobressaem o *Instituto Liberal* e o *Instituto de Estudos Empresariais*. Atualmente se destaca o *Movimento Brasil Livre* (MBL), o qual, com um discurso que se apresenta como jovem e moderno, condena todos os programas sociais; foram, uma das lideranças da campanha para a deposição da presidenta Dilma Rousseff.

⁴ De acordo com o relatório elaborado anualmente por James G. McGann (2016), existem hoje no mundo 6.846 *TTs*, sendo distribuídos da seguinte forma: 1.931 na América do Norte; 1.770 na Europa; 1.262 na Ásia; 774 na América Central e do Sul; 615 na África subsaariana; 398 no Oriente Médio e Norte da África e 96 na Oceania. O país que lidera o *ranking* com mais institutos é os EUA, com um total de 1.835, em segundo lugar vem a China com 435 e em terceiro a Inglaterra com 288. A Argentina aparece em 7º com 138 institutos e o Brasil em 12º lugar com 89 *TTs*.

em uma gama de atividades relacionadas com a política. Eles compreendem um conjunto variado de instituições e adquiriram formas organizativas diversas. Mesmo que todos os institutos tenham a mesma função básica – isto é, fazer com que o conhecimento e a perícia influenciem no processo de criação de políticas – nem todos “los centros de investigación y análisis tienen el mismo grado de independencia financiera, intelectual y legal” (MCGANN, 2002, p.3). Devido a essas diferenças, não existe um consenso entre os autores que trabalham com o tema de quais institutos podem ou não ser considerados *TTs* e qual seria sua definição mais exata⁵. As conceituações mais clássicas, abordam o caráter científico e independente de suas pesquisas, em função de suas características iniciais. No entanto, como afirma Rich (2004), a partir de meados do século XX, os *TTs* vêm progressivamente tornando-se mais orientados para as ideologias e para o marketing de ideias, defendendo interesses específicos de acordo com o grupo que os criou e os financia.

Tendo em vista essas considerações, o presente artigo analisa dois *think tanks* brasileiros, o *Instituto Liberal (IL)* e o *Instituto de Estudos Empresariais (IEE)*. Ambos foram fundados no processo da redemocratização política e podem ser entendidos, conforme debatido anteriormente, como um dos representantes da “nova direita” brasileira. Este trabalho se propõe a discutir as formas de atuação política desses institutos nos primeiros anos de seu funcionamento, que caracterizam os anos finais da ditadura civil-militar e o início da Nova República (1983-1996). Tanto o *IL* e o *IEE* são dirigidos por empresários e financiados por diversas indústrias e grupos econômicos, ambos se estruturaram para divulgar o neoliberalismo entre seus pares e para a sociedade, a fim de influenciar nas discussões políticas e nas propostas de políticas públicas. Tais institutos foram responsáveis, junto com meios midiáticos e universitários, pela tentativa de elaborar um consenso

⁵ Uma boa discussão sobre o conceito pode ser encontrada em HAUCK (2015). No trabalho, a autora apresenta as diferentes definições existentes sobre os *TTs* e suas inconsistências conceituais para entendermos o fenômeno fora do eixo anglo-saxão, a partir da propulsão mundial desses institutos. Para a autora, os conceitos que focam na interpretação dos eixos de autonomia ou independência tem se mostrado contraproducente para o entendimento do fenômeno.

a favor de políticas neoliberais, afirmando que essas seriam as únicas capazes de livrar o Brasil e a América Latina do atraso e do subdesenvolvimento. Pregavam a necessidade da redefinição das atribuições do Estado e delegavam os problemas que o país enfrentava ao intervencionismo na vida econômica. Dessa forma, passaram a produzir materiais didáticos e a promover seminários e palestras, oferecidos tanto para o público em geral quanto para grupos selecionados. O objetivo era debater os problemas relacionados ao desenvolvimento do Brasil e apresentar o neoliberalismo como a solução. Da mesma forma, essas iniciativas pretendiam propagandar as experiências do Chile, EUA e Inglaterra como exemplos bem-sucedidos desse modelo de desenvolvimento. É importante salientar que esses institutos não agem de forma isolada. Eles contam com ramificações que as interligam com *TTs* da América Latina, dos EUA, da Europa e de outras regiões do mundo. Alguns desses institutos foram criados justamente com a finalidade de serem os elos de unificação das diferentes organizações de defesa e propagação dos princípios do livre mercado.

De acordo com Perry Anderson (1995), o neoliberalismo tem como marco inicial o lançamento do livro *Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, em 1944, e a fundação da *Sociedade Mont Pèlerin*, criada pelo mesmo autor em 1947⁶ na Suíça. Nesta, reuniram-se uma série de intelectuais⁷ críticos ao Estado de bem-estar europeu e ao *New Deal* norte-americano, para discutir o futuro do liberalismo e o que consideram os perigos da sociedade da época. Para eles, qualquer regulação do mercado por parte do Estado levaria necessariamente ao autoritarismo. “Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo deste

⁶ Os debates sobre a origem do Neoliberalismo são bastante controversos. Alguns autores afirmam que seu nascimento se deu no ano de 1947, com a *Sociedade Mont Pèlerin* (Perry Anderson, 1995; David Harvey, 2007 e Puello-Socarraz, 2013), outros entendem como seu marco inicial o *Colóquio Walter Lippman* realizado em Paris no ano de 1938 (Michel Foucault, 2008 e Dardot; Laval, 2016). Ainda há autores que não estabelecem um marco tão delimitado e veem suas origens desde o final do século XIX.

⁷ Dos quais podemos citar: Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros.

período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos” (ANDERSON, 1995, p.10). Já a primeira experiência aplicada do neoliberalismo se deu no Chile sob a ditadura militar de Augusto Pinochet (1973-1990). O presidente chileno contou com a assessoria, em reformas econômicas e sociais, de importantes nomes do pensamento neoliberal, como Friedrich Hayek, Milton Friedman e dos chamados *Chicago's Boys*⁸.

O neoliberalismo estruturou uma teia global de alianças, que contam com uma ampla rede de *think tanks*, de intelectuais e especialistas, os quais interconectados buscam criar uma coesão entre suas ideias e estar dentro de um circuito que sustente e ampare suas posições ideológicas. Alguns institutos servem como cabeças das redes transnacionais de *TTs*, fundadas para inter-relacionar os pequenos e grandes institutos de diversos locais. Esses centros trocam informações sobre as políticas econômicas de seus países, difundem as produções de seus membros, fazem um intercâmbio de palestrantes e intelectuais, financiam atividades de diversos *TTs* – principalmente os recém fundados – e concedem bolsas de estudos e prêmios acadêmicos. A primeira delas, a já citada Sociedade Mont Pèlerin, se constituiu em uma grande rede de produção e distribuição de doutrinas neoliberais.

Para a América Latina, três fundações têm um papel de destaque: *Atlas Economic Research Foundation (Atlas)*; *Hispanic American Center for Economic Research (Hacer)* e a *Red Liberal para América Latina (RELIAL)*. O *Atlas*, o mais importante e antigo deles, foi criado na Virginia em 1981 por Antony Fisher⁹. O objetivo era fomentar a criação de novos institutos, oferecer programas de capacitação às suas lideranças e proporcionar “a los ejecutivos de *think tanks* la oportunidad de aprender la peculiar combinación de destrezas y saberes necesarios para conducir con éxito estas organizaciones, así como ‘una red global de colegas’”

⁸ Designação dada a um grupo de economistas chilenos, formados na Escola de Chicago, que elaboraram as políticas econômicas da ditadura do general Augusto Pinochet.

⁹ Empresário interessado na difusão do liberalismo, Antony Fischer, também foi responsável pela criação do Institute of Economic Affairs (IEA), fundado em Londres, no ano de 1955.

(FISCHER e PLEHWE, 2013, p.65). A rede *Atlas* expandiu o número de membros desde a sua fundação e atualmente, inclui 448 institutos espalhados por todo o mundo – sendo 79 latino-americanos¹⁰. A partir do *Atlas* foi fundado o *Hispanic American Center for Economic Research (Hacer)*, em Washington, DC, em 1996, com foco nos institutos hispano-americanos da América do Sul e do Norte. O *Hacer* agrega 105 TTs e atua divulgando informações sobre política e economia dos países da região e escrevendo propostas de políticas públicas. A partir do *Hacer*, o *Atlas* está vinculada à *Red Liberal para América Latina (RELLAL)*, fundada em 2004 e com sede na cidade do México. A *Red* congrega 45 instituições neoliberais de 16 países latino-americanos¹¹. Deles, dois terços são *think tanks* e um terço é formado por partidos políticos. Sua atividade mais importante é a publicação do *Índice de Libertad Económica en América Latina*¹² (FISCHER E PLEHWE, 2013).

Esses institutos promovem ideias de direita, liberais e neoliberais, possibilitam a cooperação e a conexão entre as redes norte-americanas, latino-americanas e de outros continentes. Trabalham com diferentes temáticas da agenda das políticas públicas, como educação, corrupção, saúde, direitos trabalhistas, insegurança, política social, ameaças à democracia e ao livre mercado, ascensão do populismo e intervencionismo estatal. De acordo com Mato (2007), é possível afirmar

[...] que la producción social de representaciones de ideas (neo)liberales se relaciona no sólo con las prácticas de *actores sociales locales y nacionales*, sino también con las de *actores*

¹⁰ Os TTs brasileiros que fazem parte da Rede Atlas são: *Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista*; *Estudantes pela Liberdade*; *Instituto de Estudos Empresariais*; *Instituto de Formação de Líderes (Belo Horizonte)*; *Instituto de Formação de Líderes (São Paulo)*; *Instituto Liberal*; *Instituto Liberal de São Paulo*; *Instituto Liberdade*; *Instituto Ludvig Von Mises Brasil*; *Instituto Millenium* e *Líderes do Amanhã Institute*.

¹¹ No Brasil tem ligação com o *Instituto de Estudos Empresariais*; o *Instituto Liberdade*; a *Juventude Democratas* e o *Partido Democratas do Rio Grande do Sul*.

¹² O estudo se baseia em informações sobre avanços e retrocessos em cinco áreas-chave: tamanho do governo, estrutura jurídica e direito de propriedade, política monetária, nível de livre comércio internacional e de regulação de crédito, do trabalho e das empresas.

sociales transnacionales. [...] En estos *tiempos de globalización*, los procesos de producción social de representaciones de ideas social y/o políticamente significativas, sean las (neo)liberales u otras, son procesos de construcción de *sentido*, de creación y circulación de significados, de prácticas de resignificación, en los que participan actores *nacionales y transnacionales* (MATO, 2007, p.39).

Esses *TTs* estão articulados ao *IL*, ao *IEE* e a outras fundações brasileiras criando uma ampla rede de conexões e alianças em defesa do neoliberalismo¹³. Apesar de atuarem de maneira autônoma têm nesses canais um apoio teórico e financeiro que lhes proporciona maior legitimidade na construção, defesa e circulação da ideologia neoliberal. Essa tem o poder de “unir homens que talvez tenham pouco em comum, exceto uma ideia compartilhada. Assim, a ideologia supõe a possibilidade de poderosas afinidades, de direitos e obrigações entre pessoas só ligadas por uma crença comum” (GOULDNER, 1976, p.47). Elas estabelecem um modo racional de discurso que implica a aceitação de projetos de reconstrução pública, exigem que seus membros apoiem ativamente a realização desses e que se opunham a quem os rechace.

O neoliberalismo do Instituto Liberal e do Instituto de Estudos Empresariais

O *Instituto de Estudos Empresariais (IEE)* foi fundado em Porto Alegre em 1984 pelo empresário William Ling (Grupo Petropar, hoje chamado de Évora) e mais 19 integrantes, todos com idade inferior a 35 anos. O *IEE* funciona como um centro de formação de lideranças empresariais e tem por objetivo “incentivar

¹³ De acordo do Denise Gros, existem “mais de 40 *think tanks* norte-americanos e latino-americanos com os quais os Institutos Liberais do Brasil mantêm contatos de natureza muito variada, desde a simples tradução e publicação de trabalhos desses organismos até as visitas técnicas, participação em colóquios, promoções conjuntas, etc. Além disso, através de seus periódicos, os Institutos Liberais funcionam também como um canal de divulgação da atividade dessas organizações estrangeiras, informando sobre publicações, cursos, bolsas e prêmios oferecidos por várias dessas organizações estrangeiras” (GROS, 2003, p.150).

e preparar novas lideranças, com base nos conceitos de economia de mercado e livre iniciativa” (IEE, 2017). Para ingressar no IEE é preciso ser indicado por um associado, ter entre 20 e 32 anos “e estar envolvido com o risco inerente ao capital, isto é, estar à frente ou na linha de sucessão de empresa de qualquer ramo de atividade” (IEE, 2017). As diretorias do Instituto se renovam a cada ano, sendo permitido apenas um mandato para cada presidente. No final desse ciclo, ocorre o *Fórum da Liberdade*, que é organizado pelo grupo em formação, mas que conta com o aval de membros honorários, como o empresário Jorge Gerdau Johannpeter e o próprio William Ling.

O *Fórum da Liberdade* é um evento de debates políticos e econômicos que tem entre seus palestrantes importantes nomes nacionais e internacionais do empresariado, da cultura, da economia e da política. Realizado anualmente¹⁴ desde 1988 em Porto Alegre, o Fórum é apresentado, em seu site, como o maior espaço de debate político da América Latina. Segundo o Instituto, é “movido pela liberdade de ideias” e pelo “diálogo entre diversas correntes de pensamento” (IEE, 2017). Apesar de autoafirmarem a realização de um debate aberto, praticamente todas as palestras e os conferencistas do evento estão alicerçados nos fundamentos neoliberais. Entre os patrocinadores e apoiadores do *Fórum* estão algumas das maiores empresas brasileiras, como os grupos Gerdau e Ipiranga (parceiras fixas do evento) e outras, como Nestlé, Claro Digital, Vonpar, Bank of Boston, Sebrae, Copesul, Sicepot, Ativa, Habitasul, Varig e Petropar¹⁵.

A formação dos membros do *IEE* passa pela leitura de obras de autores clássicos do liberalismo. Entre eles, Frédéric Bastiat, Ludwig von Mises, Friedrich Hayek, Adam Smith, Alexis de Tocqueville, Milton Friedman, Murray Rothbard, Ayn Rand, entre outros. Também fazem parte da preparação, a realização de

¹⁴ Ao longo de suas edições, o Fórum já reuniu mais de 300 palestrantes, sendo 103 deles estrangeiros, cinco ganhadores do Prêmio Nobel (James Buchanan, Gary Becker, James Heckman, Douglass North e Mario Vargas Llosa), sete chefes de Estado, 53 lideranças políticas nacionais e internacionais e 16 ministros de Estado, além de lideranças empresariais, acadêmicos e estudiosos (IEE, 2017).

¹⁵ Os grupos financiadores podem mudar de evento para evento.

atividades como júris simulados, a organização de eventos e a escrita de artigos a serem publicados na página online do instituto e em um livro, lançado junto ao *Fórum da Liberdade*. O treinamento intelectual dos jovens empresários, objetiva que os mesmos possam defender com argumentos sólidos suas convicções políticas e os valores transmitidos pelo Instituto. De acordo com o *IEE*, o currículo do curso preenche lacunas de programas acadêmicos tradicionais, preparando seus membros para o “debate com base em argumentos racionais, lógicos e de maneira respeitosa, e à formulação de ideias e propostas por meio de discursos, artigos e entrevistas” (IEE, 2014, p.23). Cerca de mil empresários já passaram pelo instituto, e exercem “funções de liderança em diversas esferas da sociedade”.

Mais do que a catequese nos princípios do liberalismo e a melhoria da qualidade gerencial dos participantes do grupo, os líderes do *IEE* esperam que seus discípulos defendam – permanentemente – a causa em associações de classe, entidades empresariais, sindicatos e, se possível, no próprio governo (IEE, 2014, p.12).

Nesse sentido, o objetivo do *IEE* é formar dirigentes que tenham uma atuação e um discurso coeso e afinado à defesa de seus interesses de classe, como verdadeiros discípulos do livre mercado. A escolha cuidadosa de seus integrantes e a formação pedagógica dos mesmos tem como propósito que seus associados e ex-associados nunca deixem de apoiar e legitimar as proposições do instituto.

O *Instituto Liberal (IL)* foi fundado no Rio de Janeiro, em 1983, pelo empresário Donald Stewart Jr., tendo por propósito difundir as ideias neoliberais para a sociedade brasileira. Além de Donald Stewart Jr. (Ecisa Engenharia), também participaram da criação do *IL* Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau), Jorge Wilson Simeira Jacob (Grupo Fenícia), Roberto Konder Bornhausen (Unibanco) e Wiston Ling (Olivebra). Nos anos seguintes, o instituto se expandiu para diversos Estados: São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Brasília, Bahia, Pernambuco e Ceará, os quais desenvolviam atividades autônomas,

mas mantinham o mesmo propósito e visão de mundo do *IL*¹⁶. De todos, os mais ativos foram os institutos de SP, RJ e RS. O *Instituto Liberal de São Paulo (ILSP)* foi criado em 1987, por Roberto Konder Bornhausen e o *Instituto Liberal do Rio Grande do Sul (ILRS)*, chamado de *Instituto Liberdade* desde 2002) foi criado por Winston Ling (irmão do fundador do *IEE*), em 1986. O *IL* se define como “produtor de ideias e construtor de influências”. Seu objetivo é promover a pesquisa, a produção e a divulgação de bens educacionais e culturais com base nos princípios dos direitos individuais, de governo limitado e representativo, de respeito à propriedade privada, aos contratos e à livre iniciativa. Entre as empresas que financiam os *Institutos Liberais*, estão Shell do Brasil, Xerox do Brasil, Hoescht do Brasil, Dow Química, Gessy Lever, Nestlé, Carrefour, Mesbla, Grupo Fenícia, Indústrias Villares, Bradesco, Banco de Crédito Nacional, Banco Noroeste, Citibank e Banco de Boston.

De acordo com Donald Stewart Jr., a literatura sobre o liberalismo era muito escassa no Brasil, por isso, havia a necessidade de uma organização se ocupar da produção e da circulação dessas ideias (*IL*, 2016). De forma parecida, o criador do *IEE* também salienta o desconhecimento da maioria da população em relação às políticas neoliberais. Ele acrescenta que o mais difícil na formação do instituto foi convencer os próprios empresários a adotar os princípios do livre mercado – muitos deles achavam vantajosa sua relação com o Estado e queriam defender os subsídios e benefícios que recebiam dele. “Se não fôssemos capazes de convencer nossos pares, quem dirá o restante da sociedade?” (*IEE*, 2014, p.25), escreveu William Ling, na edição comemorativa de 30 anos do *IEE*.

Tanto o *Instituto Liberal* quanto o *IEE* são seguidores da Escola Austríaca de Economia, apesar de também mesclarem suas

¹⁶ Para que todas as regionais mantivessem os mesmo princípios da mantenedora, foi criado o Conselho Nacional dos Institutos Liberais, no qual se estabeleceu que todas as instituições estaduais deveriam manter o mesmo nome e ser geridas pelo mesmo estatuto. Foram presidentes do Conselho Nacional dos Institutos Liberais desde sua criação: Jorge Gerdau Johannpeter (1990-1992); Donald Stewart Jr. (1992-1994); Roberto Konder Bornhausen (1994-1996) e Jorge Wilson Simeira Jacob (1996-1998). (*GROS*, 2003, p.144).

ideias com a Escola de Chicago. A Escola Austríaca é considerada a fundadora do neoliberalismo e tem como seus principais intelectuais, Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek. Essa passou a ter entrada na economia mundial a partir das décadas de 1970 e 1980 e tem como conceitos centrais a desigualdade natural entre os homens, a política do Estado mínimo e a mão invisível do mercado como reguladora da economia. Para Hayek, as regras do livre mercado são espontâneas e naturais, enquanto outros modelos são deliberadamente desenhados e antinaturais. Já a Escola de Chicago, cujos principais pensadores são Milton Friedman e George Stigler, estabelece que o exercício da liberdade se dá apenas nas instituições capitalistas e que as posturas socialistas são lesivas à liberdade de mercado e aos direitos civis. Dessa forma, afirmam que os gastos públicos com a proteção social resultam em inflação e danificam a base do sistema capitalista, que se baseia nos incentivos diferenciais por mérito e esforço (MORRESI, 2008). De acordo com Morresi (2008), resguardadas as diferenças, os autores dessas escolas chegaram a conclusões muito parecidas. Para ambos, a intervenção estatal na economia é prejudicial ao desenvolvimento econômico e à livre expressão. A principal diferença entre eles consiste em que os economistas de Chicago acreditam que há alguns tipos de intervenção mais nocivos que outros – justificavam, por exemplo, os altos impostos para os gastos com defesa militar.

O neoliberalismo não se constituiu em uma simples atualização do liberalismo do século XIX, assumindo um caráter muito mais conservador ao defender que as liberdades civis são uma extensão das econômicas e ao entender o livre-mercado como pressuposto de liberdade. Ele ficou popularmente conhecido como um pensamento único. No entanto, apresenta diferenças significativas entre seus autores e suas correntes. Delas, destacam-se quatro: Escola Austríaca de Economia, a Escola de Chicago, a Escola de Virgínia e o Libertarianismo. Apesar das diferenças, alguns conceitos básicos nunca são questionados, como a construção de uma sociedade de mercado, não somente de uma economia de mercado. “Para todos los neo-liberales, los problemas de la sociedad, las dinámicas públicas y las tensiones y conflictos

sociedades deben ser sancionados y considerados unívocamente bajo una óptica *individualista en el mercado*” (PUELLO-SOCARRÁS, 2013, p.27).

A adoção dos empresários brasileiros ao livre mercado foi um processo lento, que se constituiu entre o final da década de 1970 e os anos de 1980 (GROS, 2003; DINIZ, 2010; FILGUEIRAS, 2006). De acordo com Eli Diniz, a década de 1990 representou “um importante ponto de inflexão na trajetória do capitalismo brasileiro” (DINIZ, 2010, p.107), pois nesse período ocorreu a ruptura com o nacional-desenvolvimentismo e o questionamento do teor estatista dessa doutrina.

Tendo em vista a necessidade de convencer, os *Institutos Liberais* se dedicaram incessantemente às atividades de divulgação da ideologia neoliberal. Para isso, passaram a atuar em duas frentes principais. A primeira foi a organização de diferentes tipos de eventos, realizados em todo o país. Entre as atividades, estão conferências, seminários e cursos de extensão direcionados a um público estratégico e formador de opinião, como políticos, jornalistas, empresários, militares, professores universitários, e intelectuais de modo geral¹⁷. As palestras mais importantes se transformaram na publicação *Conferências do IL*, que circulou entre 1987 e 1997. Para a obra, eram selecionados autores destacados do Brasil e do exterior. Outra estratégia de circulação de suas ideias, se concentrou na tradução, edição e publicação de livros, revistas e panfletos de literatura liberal e na produção de materiais didáticos que pudessem auxiliar a instrução ideológica de seus pares e dos meios formadores de opinião, dos quais muitos eram debatidos e divulgados nos eventos promovidos pela rede de *ILs*. A produção escrita dos *Institutos Liberais* se concentrava nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e era distribuída para as demais filiais. Seus textos eram enviados para um público amplo, desde seus mantenedores e associados, até instituições educacionais, bibliotecas e associações comerciais. De acordo com Denise Gros (2003), a forma mais direta de divulgação que utilizam eram os boletins informativos, enviados mensalmente a associados,

¹⁷ Nos primeiros dez anos do instituto foram realizados mais de 500 eventos, dos quais participaram mais de 171 palestrantes diferentes.

entidades empresariais, mídia e universidades. Os boletins, geralmente de quatro páginas, discutiam algum tema nacional sob a perspectiva liberal ou reproduziam um artigo publicado em um *think tank* neoliberal norte-americano, como a *Heritage Foundation*, e o *Cato Institute*.

Para tanto, ter um corpo de intelectuais foi essencial para que o *IL* formulasse seus posicionamentos e embasasse muitos de seus projetos de políticas públicas e demais produções. A formulação teórica do instituto ficou a cargo de intelectuais como os economistas Og Francisco Leme, José Luiz Carvalho, Antônio Carlos Porto Gonçalves e Roberto Fendt Jr. e o jurista Ney Prado. Todos, exceto o último, realizaram parte de sua formação acadêmica na escola de Economia da Universidade de Chicago e eram seguidores da doutrina que circulava neste espaço – embora também mesclassem suas concepções com a Escola Austríaca de Economia (CASIMIRO, 2011; GROS 2003).

De acordo com Casimiro (2011), pode-se observar dois momentos nas conferências do *IL*, a primeira se estende desde a sua criação, até o final da década de 1980 e é marcada por “uma proposta mais teórica, que buscou não abordar tão diretamente situações empíricas que poderiam denotar uma imagem antipopular ao discurso neoliberal” (2011, p.59). No segundo momento, adotado nos anos 1990, além de manter a discussão conceitual e a defesa do liberalismo, há “uma postura mais pragmática, no sentido de tratar mais diretamente da realidade brasileira, propondo diagnósticos e cobrando resultados do poder público” (2011, p.60).

Além das publicações destinadas a adultos, o *IL* estendeu sua produção para o público infantil, lançando, em 1993, uma edição de *A Turma da Mônica*, intitulada *Cidadania*. O instituto contratou o cartunista Maurício de Souza para produzir a cartilha, que teve uma tiragem de 500 mil exemplares e contou com o patrocínio do Unibanco, Bradesco, Citibank, Metalac e Shopping Eldorado. No livreto, Mônica e seus amigos explicam de forma didática que os problemas do país, desde a inflação até as deficiências nos serviços de saúde e educação, são consequência da ineficiência do Estado brasileiro e à excessiva intervenção em todas

as áreas da vida nacional (GROS 2003, p. 139). Além de *A Turma da Mônica*, outra cartilha foi lançada em 1994 – *O Cidadão* – de autoria de Vice-Presidente do *Instituto Liberal de São Paulo*, Jacy de Souza Mendonça, essa contou com o patrocínio da Siemens, da Nestlé e da C&A. Seguindo a mesma lógica da primeira, o Estado é retratado como culpado por todos os problemas sociais e econômicos e pela corrupção do país. Assim, a cartilha propõe a supremacia do mercado como única forma de respeitar os direitos individuais do cidadão (GROS, 2003, p.140). As revistas foram distribuídas em escolas, instituições governamentais e empresas.

O *IEE* não tinha por objetivo produzir um material tão amplo e diversificado como o *IL*. Sua prioridade era o treinamento e a formação intelectual de empresários, prioritariamente jovens de famílias tradicionais do Rio Grande do Sul. Sua principal produção intelectual é a edição anual da série *Pensamentos Liberais*, um livro de artigos escritos por seus associados e editada desde 1994 até hoje. O *IEE* ainda contou, desde 1995, com uma revista online intitulada *Revista Leader*, substituída em 2013 pela *FL Insights (Fórum da Liberdade Insights)*. Ambas são revistas digitais de publicação semestral, compostas “por artigos escritos pelos associados do *IEE* com o objetivo de promover o pensamento liberal sobre temas diversos” (*IEE*, 2014). Alguns textos de opinião de seus associados também são publicados em jornais como o *Zero Hora*, *Jornal do Comércio* e *O Sul*. Além dessas iniciativas, o instituto contou com algumas produções mais antigas, como o jornal *Proposta*, que circulou entre os anos de 1989 e 1990, e com um programa de entrevistas na TV Guaíba, intitulado *O Rio Grande questiona*, coordenado por Carlos Biedermann, diretor do *IEE* em 1988, que esteve no ar todos os domingos à noite, entre os anos de 1988 e 1990 (*IEE*, 2014). Depois de participar do *IEE*, Biedermann passou a compor o *Instituto Liberal do Rio Grande do Sul* e foi um dos fundadores da *Associação de Jovens Empresários do RS*¹⁸.

Enquanto o *IL* buscava um público amplo para suas atividades e fazia numerosa distribuição de seu material, o *IEE*

¹⁸ De acordo com Gros (2007, p.271), a Associação de Jovens Empresários foi criada em 1984, em Porto Alegre, para servir como arena de discussão das questões políticas e econômicas sob o enfoque da livre-iniciativa.

apenas manteve atividades abertas a um público não associado ao instituto, ou convidado por ele, no *Fórum da Liberdade*. Podemos afirmar que as atividades realizadas por esses dois institutos têm caráter complementar, pois enquanto um se foca na formação pedagógica de empresários, o outro produz e divulga um amplo espectro conceitual para servir de base teórica tanto a esse grupo, quanto para dar suporte a formadores de opinião e convencer um público em geral.

Também existe uma relação de cooperação e parceria entre esses dois institutos, principalmente entre o *IEE* e o *Instituto Liberal do Rio Grande do Sul*, que abrange desde membros em comum nas suas gestões diretoras até parcerias na realização de eventos e constante intercâmbio de palestrantes. De acordo com Denise Gros (2003), houve dez membros em comum nas gestões do *IEE*, de 1984 a 1990, e do *ILRS*, de 1986 a 1990. Os diretores e membros mais importantes dos *ILs* de todo o Brasil também aparecem como palestrantes no *Fórum da Liberdade*, como foi o caso de Donald Stewart, fundador do *IL* do Rio de Janeiro, que esteve presente em três das seis primeiras edições do *Fórum*.

Para Roberto Konder Bornhausen, fundador e Presidente do Conselho Nacional dos *Institutos Liberais* entre os anos de 1988 a 2000, estar à frente do instituto nos anos 1990, levando a sociedade “propostas concretas para a solução dos problemas nacionais”, ganhava relevância “em função dos acontecimentos correntes na política e econômica do país” (BORNHAUSEN, 1994, p.2). Em várias edições da cartilha *Idéia Liberal*, salientavam o empenho que o governo federal vinha fazendo para “modernizar” e levar a cabo as reformas necessárias para o país. No entanto, alertavam que ainda havia muito que aprofundar para que o Brasil se tornasse um país realmente liberal. Esses elogios e críticas a administração federal se referem aos governos de Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, que implementaram o projeto neoliberal no Brasil. Nos anos 1990, o neoliberalismo:

[...] que já havia adentrado na maior parte da América Latina, foi implantado no Brasil, com toda força, a partir do Governo Collor. O discurso liberal radical, combinado com a abertura da economia e o processo de privatizações

inaugura o que poderíamos chamar da “Era Liberal” no Brasil. Até então, apesar da existência de algumas iniciativas nesse sentido, durante o Governo Sarney, e de uma já forte massificação e propaganda dessa doutrina nos meios de comunicação de massa, havia uma forte resistência à mesma, calcada principalmente, na ascensão política, durante toda a década de 1980, dos movimentos sociais e do movimento sindical. A Constituição de 1988, apesar de seus vários equívocos, foi a expressão maior dessa repulsa da sociedade brasileira, por isso mesmo, ela foi alvo privilegiado tanto do Governo Collor quanto do Governo Cardoso, que recolocou, mais tarde, o projeto liberal nos trilhos (FILGUEIRAS, 2000, p.83-84)

Para Bornhausen “a missão dos Institutos Liberais no Brasil poderia até ser resumida numa palavra: esclarecer” (BORNHAUSEN, 1994, p.2), pois, para ele, as ideias liberais são lógicas, coerentes e visam promover o ser humano. Assim, só restava “esclarecer” a população das benesses das políticas liberais, para que elas conquistassem mais adeptos. Por isso que, uma das preocupações do *IL* era saber comunicar, pois, “se soubermos comunicar, convenceremos” (BORNHAUSEN, 1994, p.3).

O convencimento no campo das ideias é fundamental para que as concepções neoliberais sejam reconhecidas, aceitas e desejadas tanto para um público específico, como para a sociedade em geral. Dessa forma, algumas estratégias discursivas foram adotadas, e eram constantemente repetidas nos textos do *IL* e nas conferências do *IEE*, dessas podemos salientar três. Primeiro, a insistência em apontar a ineficiência do Estado enquanto fornecedor de serviços e a análise de que a intervenção estatal na economia levou a pobreza da sociedade, e é responsável pelo subdesenvolvimento brasileiro. Segundo, um discurso que agrega todas as camadas sociais ao projeto neoliberal, em nenhum momento suas proposições excluem as classes baixas. Terceiro, a apropriação do conceito de liberdade como sinônimo do neoliberalismo, apresentada como algo exclusivo deste, só podendo existir dentro de um sistema político e econômico baseado no livre mercado. Enquanto produtores e disseminadores de uma ideologia, esses institutos podem influenciar nas discussões

e nas tomadas de decisões políticas, à medida que se utilizam da influência e reputação que constroem. Para Gouldner

De modo más retringido, entendimos las ideologías como sistemas de símbolos que sirven pra justificar y mobilizar projectos público de reconstrucción social: proyectos que desde luego poden tener diferentes magnitudes, desde reformas cívicas menores hasta revoluciones mundiales permanentes (GOULDNER, 1976, p.84).

Portanto, podemos entender os *TTs* analisados neste artigo, como um grupo que busca uma mudança social e ambiciona que os projetos neoliberais sejam incorporados pelo poder público, efetivando uma reconstrução social. Para isso, utilizam-se de uma série de símbolos e de um discurso bem estruturado para justificar suas escolhas, almejando a legitimação de suas ideias e a mobilização política de seus filiados e simpatizantes.

Em 1991, o *Instituto Liberal* iniciou a publicação do periódico mensal *Notas – Avaliação de projetos de lei*, que analisava os projetos submetidos à Câmara dos Deputados e ao Senado, “sob um ótica que prioriza o Estado de Direito e a economia de mercado” (NOTAS, 1993, p.1). Com tiragem média de 5 mil exemplares por edição, *Notas* tinha como público-alvo deputados e senadores e objetivava influenciar o Congresso brasileiro na tomada de decisões. De acordo com o instituto, o resultado de suas análises já podia ser notada em 1993, quando visualizaram uma clara “penetração e a influência do veículo na formação de opinião dos parlamentares” (NOTAS, 1993, p.1), visto que “vários projetos de lei examinados por *Notas* tiveram seu texto modificado de acordo com nossas recomendações” (NOTAS, 1993, p.1). Assim, diante da proposta de revisão constitucional do Governo Federal, o *IL* lançou, em 1993, um livro de 207 páginas, com 28 análises de projetos de lei para “servir de referencial para a reavaliação de nossa Carta maior, sob a ótica liberal” (NOTAS, 1993, p.1). O quanto esse alcance foi efetivo é difícil de mensurar, no entanto, a ligação que existe entre os empresários que coordenam o instituto e os políticos é destacada, visto que, por fazerem parte de uma elite econômica, suas ideias têm mais peso e

influência do que àquelas que não contam com o mesmo capital político e simbólico desses.

A primeira dessas análises faz uma severa crítica à Constituição de 1988. Segundo o *IL*, a carta está na “contramão do Estado de direito e da economia de mercado, ao tornar as pessoas desiguais diante da lei e ao agredir direitos de propriedade” (NOTAS, 1993, p.6), concedendo privilégios a alguns grupos e não contribuindo para a instauração de uma ordem liberal. Deste modo, elogiavam a proposta de revisão constitucional de 1993 e afirmavam que essa seria a oportunidade para, “com mais seriedade e espírito crítico, revermos os desvios constitucionais que nos afastam do Estado de direito e da economia de mercado, que nos afastam das liberdades, direitos e responsabilidades individuais” (NOTAS, 1993, p.6). A constituição de 1988, considerada cidadã, por assegurar saúde e educação pública, direitos trabalhistas e previdenciários, entre outros, foi duramente contestada desde a sua aprovação pela direita brasileira. Dreifuss (1989) salienta a organização dos empresários e outros representantes da elite econômica brasileira em associações de classe e em *think tanks* para fazer frente às demandas sociais e estatizantes da nova carta magna, apesar da articulação, suas expectativas foram frustradas por não terem alcançado boa parte de suas metas.

As questões relacionadas aos direitos trabalhistas e os sistemas previdenciário e sindical eram uma preocupação constante nas publicações do *IL* e do *IEE*, uma vez que, consideram a Legislação atrasada e um entrave para as relações entre capital e trabalho. Para o *IL*, “aumentar a flexibilidade das relações de trabalho é elemento fundamental do esforço para aumentar a oferta de empregos de qualidade e estimular o desenvolvimento de uma força de trabalho polivalente, orientada para a inovação e a produtividade” (SOUZA, 1996, p.7). Para que isso fosse efetivado, defendiam a livre negociação dos contratos laborais entre empregados e empregadores e afirmavam ser necessária uma alteração na estrutura sindical, dado que, a consideravam incompatível com o modelo de livre negociação. Assim, elogiaram o então presidente Collor, quando ele decretou, via medida provisória (nº 215, de 30 de agosto de 1990), o fim do

imposto sindical, passo que consideravam importante para a “liquidação do corporativismo e do ‘peleguismo’ sindical implantados pelo Estado Novo de Vargas” (NOTAS, 1993, p.9).

Outra avaliação de *Notas* se dirigiu à crítica ao direito de greve, para o *IL* as suas consequências são graves, pois a paralisação de atividades essenciais ameaça os direitos das pessoas e fere o “direito à vida, à liberdade e à propriedade” (NOTAS, 1993, p.24). Afirmam que a Constituição de 1988 não definiu adequadamente o direito de greve e “não o relacionou claramente a outros direitos fundamentais” (NOTAS, 1993, p.27), fato que proporcionou aos trabalhadores, especialmente aos servidores públicos, a possibilidade de prejudicarem “atividades essenciais e as necessidades inadiáveis da comunidade” (NOTAS, 1993, p.24), favorecendo a ocorrência de uma série de abusos durante a sua duração. Dessa maneira, condenam principalmente a greve dos servidores públicos, a quem consideram privilegiados, por não poderem ser demitidos. Para o *IL*, não existe, nas sociedades liberal-democráticas, “argumentos que justifiquem, greves de serviços públicos” (NOTAS, 1993, p.27).

Assim, recomendam, entre outras medidas, que o direito de greve seja retirado do texto constitucional, passando a ser regido por lei ordinária e que essa lei defina as restrições e penalidades para quem desrespeitá-las. Como punições, propõem que sejam pagas indenizações por eventuais danos e abusos – que ficariam a cargo dos sindicatos e das pessoas físicas responsáveis pelos prejuízos. Também defendem que a lei assegure o direito da minoria de não participar dos movimentos grevistas. Como solução para greves inevitáveis, recomendam que haja um sistema de contratação de trabalhadores substitutos, enquanto os oficiais estão paralisados, para que o empregador não seja afetado no que concerne o seu direito de propriedade (NOTAS, 1993, p.30). Dentro dessa mesma lógica, criticavam a lei que impedia a demissão sem justa causa – considerada uma inversão de valores que agredia os direitos de propriedade dos empregadores e criava “pseudo-direitos, ou falsa dádivas” (NOTAS, 1993, p.13).

Ainda no que se refere aos direitos trabalhistas, os institutos também combatem o modelo de previdência social brasileiro e

sustentam sua substituição pelo privado, passando do regime de repartição, controlado pelo Estado, pelo de capitalização dirigido por empresas privadas – cujo responsável seria o próprio trabalhador e a sua capacidade de poupar para o futuro. Assim, acreditam que o sistema que previdência estatal é “um bom negócio para o indivíduo, porém mau negócio para a sociedade” porque desestimula a capacidade individual de poupança e de gerência do próprio futuro. Dessa forma, defendem que cada trabalhador constitua com seu esforço o seu patrimônio e que tenha a liberdade de escolher o administrador de sua poupança previdenciária. O Estado deveria garantir apenas um pecúlio mínimo àqueles comprovadamente incapazes de prover sua própria subsistência e, conseqüentemente, seu futuro (NOTAS, 1993, p.61).

Ao enfocar a questão educacional, também propõem a substituição do ensino público pelo privado, argumentando que o Estado é um mau administrador e por isso não consegue prover uma educação de qualidade. Para o *IL*, “o problema educacional apenas começará a ser adequadamente equacionado quando nos convenceremos de que estamos diante de um problema típico de mercado e não de uma questão política” (NOTAS, 1993, p.84). Defendem que a melhor alternativa para a educação seria um sistema aberto e concorrencial, em que escola pública (já que ela existe) e a privada disputassem a preferência do estudante. Ao Estado caberia a aprovação de verbas destinadas ao ensino e a fixação de critérios para a concessão de subsídios ao estudante carente, na forma de crédito educativo, e não a produção de serviços educacionais. Salientam que “deva ser dado ao estudante (ou a seus pais) o direito de escolha entre as escolas existentes”, preservando, assim, a sua liberdade de decidir sobre a educação de seus filhos (NOTAS, 1993, p.83). Desse modo, resumem a educação a um negócio entre fornecedores e consumidores, em que seria permitido aos empresários oferecer uma multiplicidade de programas educacionais, livremente disputados no mercado e escolhidos de acordo com as preferências individuais.

Tendo em vista essas proposições elaboradas pelo *IL* e referendadas pelo *IEE*, é possível observar que seu discurso exalta

a concepção de liberdade e se apoia em elementos de repetição. Para esses institutos, a liberdade está diretamente ligada à possibilidade de consumir e de escolher os melhores serviços disponíveis no mercado – distante de uma perspectiva mais ampla de conquista de direitos sociais. Reforçam a ideia da incompetência e da corrupção estatal para frisar que todos os serviços e regulações que partam deste estão fadados ao fracasso. “Cuanto más esta nueva derecha percibe la institución mercado como institución total, infalible, perfecta, más percibe al Estado como amenaza y origen de todo el mal. Se transforma en el culpable de todo.” (HINKELAMMERT, 1988, p.109). Juntamente com a argumentação propositiva de suas ideias, havia a crítica e a invalidação de outras que as contrapunham, buscando convencer a partir da difamação do outro e “por meio do jogo das oposições e das distinções” (BOURDIEU, 1998, p.179). Assim, suas construções teóricas buscam estabelecer uma ideia de causa e consequência, onde a adoção das propostas de livre mercado eram apresentadas como as únicas capazes de fazer o país avançar e vencer o subdesenvolvimento.

Considerações finais

A união das direitas em entidades de classe que passam a agir como grupos de pressão não é novidade da Nova República. Entidades como o brasileiro *Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais* e as argentinas *Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas* e *Fundación Mediterránea* são exemplos dessas agremiações, organizadas ainda na década de 1960, para defender seus interesses privados e lutar contra os perigos do socialismo/comunismo. De acordo com Ramírez (2006), os setores da classe dominante tiveram a necessidade de participar ativamente da luta política.

Como o conflito ideológico converteu-se numa das frentes de batalha mais importantes dessa época, a construção de um discurso mais ou menos homogêneo, que legitimasse as pretensões de grupo, foi uma de suas tarefas primordiais. Mediante esse mecanismo, os empresários podiam apresentar seus interesses particulares como se fossem de

interesse geral e, assim, justificá-los, possibilitando, dessa forma, uma construção hegemônica (RAMÍREZ, 2006, p.196).

Apesar de se tratar de outro momento, podemos afirmar que as motivações que levaram a formação do *IEE* e do *IL* são semelhantes, pois objetivam manter, ou conquistar, o poder político de decidir os rumos e os alcances da democracia no Brasil, limitando seu alcance a um caráter instrumental e divulgando seus interesses particulares como se fossem de todos. O que os diferencia, são as características que nos permitem identificá-los como uma nova direita, ou seja, o seu caráter mais democrático, com respeito às normas do Estado de Direito e a defesa de uma sociedade de mercado, a partir do abandono, pelo menos teórico, do modelo dirigista do Estado.

Tanto o *Instituto Liberal* quanto o *Instituto de Estudos Empresárias* foram importantes para a divulgação e a construção de propostas neoliberais para o Brasil. No entanto, sua atuação não pode ser entendida de forma isolada, dado que, sua conexão com a classe política e com os maiores setores empresariais e midiáticos do país, proporcionaram a criação de uma rede de sustentação em defesa do livre mercado e a tentativa de construção de um consenso neoliberal. Logo, essa nova direita, alicerçada nos *think tanks*, buscava limitar a democracia aos interesses do livre mercado, empenhando-se para aprovar um projeto de sociedade ao qual predominasse os preceitos neoliberais.

Fontes:

BORNHAUSEN. Roberto Konder. “A missão dos Institutos Liberais no Brasil”. In: **Idéias Liberais**, Instituto Liberal de São Paulo, ano I; nº4, 1994.

IEE. 30 anos formando líderes. Edição comemorativa de 30 anos da entidade. Porto Alegre: IEE, 2014.

NOTAS: Avaliação de projetos de Lei. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1993, p. 1.

SOUZA, Amaury de. “A reforma das relações de trabalho”. In: **Idéias Liberais**, Instituto Liberal de São Paulo, ano III; n° 49, 1996.

<http://www.institutoliberal.org.br>. Acesso em: 10/04/2016

<http://iee.com.br/>. Acesso em: 20/01/2017

Referencias bibliográficas:

ACUÑA, Carlos. Enseñanzas, mitos y realidades de la coordinación entre la sociedad civil y el Estado en América Latina. Un análisis comparativo de la incidencia de think tanks y su coordinación con el Estado para mejorar políticas y programas de combate a la pobreza en México, Brasil, Ecuador y Uruguay. In: **XIV Congreso Internacional del Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (CLAD) sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Salvador de Bahía: Brasil, 27 - 30 de octubre 2009.

ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 9-23.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A construção simbólica do neoliberalismo no Brasil (1983 - 1998): a ação pedagógica do Instituto Liberal**. Dissertação de Mestrado. São João Del Rei: UFJS, 2011.

DREIFUSS, René. **O jogo da direita na Nova República**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

DINIZ, Eli. **Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações**. Política & Sociedade. Volume 9; n° 17; outubro de 2010, pp. 101-139.

FILGUEIRAS, Luiz. **A história do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições**. São Paulo: Boitempo, 2000.

GIORDANO, Verónica. **¿Qué hay de nuevo en las “nuevas derechas”?** Buenos Aires: Nueva Sociedad, n° 254, noviembre-diciembre de 2014, pp. 46-57.

GROS, Denise Barbosa. “Associações de classe patronais e ação política”. In: GERTZ, René. **República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007, pp. 257-272.

GROS, Denise Barbosa. **Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Hoiser, 2003.

GOULDNER, Alvin W. **La dialéctica de la ideología y la tecnología: Las orígenes, la gramática y el futuro de la ideología**. Madrid: Alianza Editorial, 1978.

HAUCK, Juliana C. Rosa. **Think tanks: quem são, como atuam e qual seu panorama de ação no Brasil**. Dissertação em ciência política. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2015.

HINKELAMMERT, Franz J. **Democracia y nueva derecha en América Latina**. Buenos Aires: Nueva Sociedad, n° 98, noviembre- diciembre 1988, pp.104-115.

McGANN, James. **Global Go to Think Tank**. Index Report. Philadelphia: University of Pennsylvania, 2016. Disponível em 23/03/2017:
<http://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1009&context=think_tanks>.

McGANN, James. **Think tanks y La transnacionalización de da política exterior**. Electronic Journal of the US Department of State, v. 7, n. 3, 2002.

MATO, Daniel. THINK TANKS, fundaciones y profesionales en la promoción de ideas (ne)liberales en América Latina. In: GRIMSON, Alejandro. **Cultura y Neoliberalismo**. CLACSO: Buenos Aires, 2007.

MORRESI, Sergio. **La nueva derecha argentina: la democracia sin política.** Los Polvorines: Univ. Nacional de General Sarmiento; Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008.

PIRES, Cássio. **O signo da liberdade e a execução do Estado: o pensamento Neoliberal por meio do Fórum da Liberdade de Porto Alegre (1988-1993).** Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. *Ocho tesis sobre el Neoliberalismo (1973-2013).* In: RAMÍREZ, Hernán (Org.) **Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise.** São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, pp. 13-57.

FISCHER, Karin e PLEHWE, Dieter. La formación de la sociedad civil neoliberal en América Latina: redes de think tanks e intelectuales de la nueva derecha. In: RAMÍREZ, Hernán (Org.). **Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise.** São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, p.58-78.

RAMÍREZ, Hernán. El neoliberalismo en una perspectiva conosureña de largo plazo. In: RAMÍREZ, Hernán (Org.). **Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise.** São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, pp. 311-348.

RAMÍREZ, Hernán. **Institutos de Estudos Econômicos de Organizações Empresariais e sua Relação com o Estado em Perspectiva Comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996 Anos 90,** Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, jan./dez. 2006. pp. 179-214.

RICH, A. **Think tanks, public policies and politics of expertise.** New York: Cambridge University Press, 2004.

RIGOLIN, C. C.; HAYASHI, M. C. P. I.. **Por dentro dos reservatórios de idéias: uma agenda pesquisa para os think tanks brasileiros.** Liinc em Revista, v. 8, n. 1, mar. 2012, pp. 20-33.

PARA VER CRISTINA: A MÍDIA BRASILEIRA, A ARGENTINA E O “EFEITO ORLOFF”

*Luiz Alberto Grijó**

INTRODUÇÃO:

Em fevereiro de 2013 o periódico *Zero Hora*, do grupo empresarial Rede Brasil Sul (RBS), publicou uma espécie de edição especial de um de seus cadernos, denominado “dinheiro”, dedicada à Argentina. Com o título de “bronca”, a série de matérias teve como chamada de capa: “até os anos 1940 candidata a se tornar grande potência internacional, a Argentina enfrenta descrédito externo e diferentes crises internas: econômica, política, social e de autoestima” (*Zero Hora*, 24 de fevereiro de 2013, p. 1). Depois de percorridas as oito páginas do caderno, o que sobressai é o ponto de vista de que o país vizinho é um poço de contradições. Vive entre um passado supostamente glorioso, cujos resquícios são os “edifícios majestosos”, cafés e espetáculos de Buenos Aires, e um presente de pobreza, no qual camelôs nas ruas se misturam a “golpistas e assaltantes” que estão “à solta” (*Zero Hora*, 24 de fevereiro de 2013, p. 4). Já a “classe média” frequentemente se reúne, a partir de combinações nas “redes sociais”, para bater panelas em protestos os mais variados, sendo a “corrupção” seu alvo principal (*Zero Hora*, 24 de fevereiro de 2013, p. 2). Como se trata de um caderno de economia, as questões a ela relativas são destacadas: a relação descolada entre o câmbio “oficial” e o “negro”, a “manipulação” dos índices estatísticos pelo governo através de seu controle sobre o Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC), o congelamento de preços e a inflação. O cenário bastante desolador se completa com o “cerco à imprensa” que seria realizado pelo governo desde Néstor Kirchner por meio de legislações (*Ley de Medios*) e uma “campanha sem tréguas” (*Zero Hora*, 24 de fevereiro de 2013, p. 7).

* Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atuando no Departamento de História e nos Programas de Pós-Graduação em História e em Ensino de História. Mestre em Ciência Política pela UFRGS e Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: luiz.grijó@ufrgs.br.

A última página do caderno especial encerra-o com uma matéria intitulada “ela não quer largar o cetro”. Ao lado, ocupando quase metade da página, está uma foto de Cristina Kirchner, provavelmente da posse no mandato presidencial, mas isso não é referido, segurando nas mãos o bastão cerimonial e portando a faixa presidencial alviceleste da República Argentina. Cristina é chamada de “irascível”, pois “compra brigas, insulta quem bem entende e processa desafetos na justiça”. Seria uma “mulher forte” que teria “conduzido” seu falecido e “inexpressivo” marido ao governo. “Cristina não mede palavras, despreza volteios diplomáticos, fala o que o povo quer ouvir”. Por outro lado, seria também “notória a vaidade de Cristina, não atenuada nem pelo luto”. Ela ainda “desentende-se com os vizinhos Uruguai e Chile, trata mal o Brasil nas relações comerciais, esquecendo-se que necessita de apoio”. A matéria tem em apêndice frases soltas da presidenta, uma compilação atribuída ao jornal argentino *La Nación*, dentre elas, “na verdade, me sinto um pouco Napoleão”, a que melhor sintetiza o conteúdo geral da reportagem (*Zero Hora*, 24 de fevereiro de 2013, p. 8). Ou seja, depois de oito páginas nas quais o leitor se depara com um diagnóstico elaborado pelo jornal sobre as inúmeras mazelas da Argentina, fica a impressão de que senão todas, mas boa parte delas, devem ser atribuídas à megalomania, à prepotência e ao autoritarismo de sua mandatária maior, a presidenta Cristina Kirchner.

Não é preciso retomar aqui o que já tem sido desenvolvido por cientistas sociais e historiadores a respeito do que se pode chamar de poder de agenda (MAC COMBS, 2009) ou de capacidade de mobilização de grupos sociais e de produção e reprodução de visões de mundo (BOURDIEU, 1997; CHAMPAGNE, 1998; CHAMPAGNE, 2003, pp. 63-79; CHAUI, 2006.) por parte dos meios de comunicação sociais. Estes estudos que tendem a conceber o lugar da mídia a partir da noção de campo (BOURDIEU, 1997) ou mesmo como um sistema (LUHMANN, 2005) se baseiam no modo como tal espaço social se desenvolveu no mundo ocidental. Pela posição dominante que este mundo exerceu e ainda exerce no mundo em geral, seu modelo foi se espalhando globalmente e, de um modo ou de outro, sendo

adaptado a situações a ele periféricas como a latino-americana. Em trabalho anterior tive a oportunidade de analisar essa questão, concluindo que, à diferença de outras histórias nas quais é identificável uma autonomia relativa dos espaços de produção midiáticos, no caso do Brasil, isto não ocorre com tamanha evidência, sendo na verdade a relação entre as esferas midiática e, principalmente, da política partidária e da economia muito mais simbióticas do que em outros lugares. Ou seja, é difícil para os agentes da mídia pensarem e pensarem-se preferentemente ou preferencialmente como tais, sendo mais comum suas tomadas de posição e visões de mundo estarem determinadas pela política partidária, quando estão em jogo questões políticas, por exemplo, ou pelo lucro econômico próprio ou de seus empregadores, quando é este o caso. Fica mais complicado nesse contexto separar no jornalismo aquilo que é propriamente jornalismo daquilo que é pura e simplesmente política, ideologia, ou interesse econômico (GRIJÓ, 2014, p. 279-298).

Desse modo, o que é apresentado como sendo uma visão “objetiva” e, eventualmente, como “a verdade”, por parte de um meio de comunicação pode estar sendo de fato informado e conformado por interesses e visões que pouco ou nada têm de jornalísticos. Os efeitos disso podem ser realmente mobilizadores, seja conformando e confortando os grupos e pontos de vista concordantes, normalmente os dominantes, seja desconfortavelmente inconformando os grupos e pontos de vista discordantes, os quais reagem, por exemplo, com manifestações de rua ou postagens “raivosas” em sítios da internet ou nas chamadas “redes sociais”. Evidentemente que tais efeitos não se dirigem diretamente aos objetos em foco, a Argentina, neste caso, embora possam estar concordes com o que esperam e propõem certos grupos de comunicação e grupos políticos argentinos interessados em que seus pontos de vista sejam levados ao mundo, mas ao “seu público”, os consumidores brasileiros de produtos midiáticos, dentre os quais se destaca o que é frequentemente referido como sendo o material neutro e objetivo por excelência que tais meios entregam aos seus consumidores que é a “notícia”.

Sendo assim, o que é desenvolvido aqui não é uma

discussão a respeito da Argentina e suas questões histórico-sociológicas e, muito menos, é travada uma batalha contra as representações propostas pela mídia brasileira a tal respeito. Ou seja, não é o lugar para avaliar se o que é apresentado é verdade ou não, é objetivo ou não, está certo ou errado. A proposta é analisar o modo como a Argentina é apropriada como objeto jornalístico por empresas midiáticas brasileiras. O que é avaliado é o peso que tal apropriação pode ter no Brasil em relação com suas próprias questões internas, suas disputas políticas e ideológicas, e não se tais produtos (reportagens, comentários, notícias) são ou não correspondentes com a realidade histórico-social do país platino.

Para isso foram escolhidas matérias de reportagens e de opinião de duas empresas representativas na área, mas de alcances e amplitudes diferentes, no Brasil: o grupo regional RBS, sediado em Porto Alegre, capital do estado mais meridional da União, o Rio Grande do Sul, mas com importantes ramificações em estados da região sul como um todo; e o Grupo Folha, empresa de comunicação de alcance nacional sediada em São Paulo.

O material recolhido se refere basicamente ao ano de 2011, para o qual se realizou um rastreamento geral pela internet do que foi veiculado sobre a Argentina nos sítios das próprias empresas aqui consideradas. A escolha não foi aleatória, pois em 2011 dois acontecimentos mereceram atenção muito especial dos meios brasileiros: o que foi chamado de “ocupação” de edifícios de propriedade da empresa de TV a cabo *Cablevisión*, do Grupo Clarín, e a aprovação do projeto de lei pelo Senado argentino que alterou as regras de produção, comercialização e distribuição de papel para jornais no país, o que ficou taxado pela mídia como “caso” *Papel Prensa*.

O QUE SE PASSA NA ARGENTINA PARA BRASILEIRO VER:

No ano de 2011 foi constante o aparecimento da Argentina na mídia brasileira. Costumeiramente, esse país frequenta as páginas dos jornais e as telas de computadores e televisores quando se trata de esporte – Messi, a seleção de futebol, os jogos contra times brasileiros na Copa Libertadores da América – ou quando

sobrevem algum “fato ônibus”, destes que podem acontecer em qualquer parte do mundo (BOURDIEU, 1997, p. 23), como as midiaticamente chamadas “tragédias” do tipo incêndio na boate República Cromañón em 2004, ou acidente ferroviário na estação Once em 2012. Muito raramente outras referências aparecem. Em 2011, porém, um assunto foi frequentemente abordado: a relação entre o governo argentino, especialmente sua presidenta, com os grupos de mídia de seu país. Desde o início do ano, ainda em 27 de março, um movimento de protesto trabalhista teria impedido a circulação de alguns jornais portenhos, como *El Clarín*, o qual sairia no dia seguinte com sua capa em branco em alegado protesto pela suposta “violência” sofrida. Veicularam-se também as suspeitas de que os herdeiros das empresas do grupo *Clarín* fossem filhos adotivos, na verdade filhos biológicos de desaparecidos políticos à época da mais recente ditadura civil-militar argentina. Ao longo de 2011 vários outros acontecimentos envolvendo os meios de comunicação argentinos foram noticiados.

Tais matérias e comentários adjacentes tiveram como sentido geral o que foi frequentemente repetido em várias postagens e reportagens do sítio da internet *Folha.com*. No final das divulgações quase sempre aparecia uma “retranca” ou “resumo” com a epígrafe “saiba mais”. Essa retranca inicialmente apareceu como *caput* de uma destas matérias, denominada “Disputa com a mídia marca gestão de Cristina Kirchner”, e buscava historiar ou ilustrar o que estava em jogo nas publicações a respeito: “a intenção do governo argentino de legislar sobre a fabricação e a distribuição do papel para jornais e o estabelecimento da Lei de Serviços Audiovisuais, que determina a abertura do setor, são algumas das questões de disputa entre Cristina Kirchner e os donos dos principais jornais do país” (inicialmente em *Folha.com*, 21 de outubro de 2011 e em várias matérias e postagens sobre o assunto desde 20 de dezembro de 2011 como “saiba mais”). A nota ainda acrescenta um histórico sobre a fábrica de papel, a qual teria sido fundada em 1972 e comprada pelos dois principais jornais argentinos, “Clarín” e “La Nación”, quando da ditadura civil-militar, e depois acrescenta que:

Para a Adepa (Associação de Entidades Jornalísticas Argentinas), os últimos anos foram os mais difíceis para os meios de comunicação argentinos desde a retomada da democracia em 1983.

A entidade alega que jornalistas de meios de comunicação vêm sofrendo “danos pessoais e injúria” por parte de funcionários ou setores ligados ao governo (*Folba.com*, 21 de outubro de 2011).

É significativa a repetição constante dessa “retranca”, a qual sublinha a ideia de que a Argentina passava por um período, desde o fim da “ditadura”, se não de perseguição aos meios de comunicação, ao menos de “anos difíceis” para os veículos e para os seus profissionais, supostamente “perseguidos” por agentes públicos.

O levantamento feito no sítio *Folba.com*, a partir das chamadas publicadas sobre o assunto governo argentino e meios de comunicação ao longo de 2011, dá uma ideia ainda mais clara do sentido do que foi veiculado e com qual intensidade:

Dia/Mês e Hora	Chamada
13/01 – 20:58	Briga política causa fechamento provisório de rede de TV na Argentina
31/01 – 11:28	Jornais destacam pontos de tensão em viagem de Dilma
24/02 – 18:27	TV pública argentina transmitirá 2ª divisão e outros esportes
28/03 – 17:50	Em protesto ao governo, jornal argentino deixa capa em branco
30/03 – 16:57	Na Argentina, Chávez ganha prêmio por defesa da imprensa
31/03 – 08:36	Ministra argentina diz que caso “Clarín” é “show” da oposição
02/04 –	Oposição argentina pede cuidado com a democracia após bloqueio do “Clarín”

15:54	
06/04 – 16:01	Argentina investiga suspeita de extorsão ao jornal “Clarín”
14/04 – 22:05	Argentina vive polêmica devido a decreto contra bloqueio a jornais
28/05 – 07:14	Argentina é hostil com imprensa, diz editor do “Clarín”
05/06 – 08:01	O antikirchnerismo audaz de Beatriz Sarlo
17/06 – 15:48	Filhos adotivos de dona do “Clarín” aceitam fazer exames de DNA
15/07 – 09:14	Mercado do governo argentino fecha banca que vendia “Clarín”
15/07 – 18:57	“TVs para Todos” é a nova arma eleitoral de Cristina Kirchner
15/07 – 23:33	Exame comprova que herdeiros do “Clarín” não foram roubados na ditadura
16/07 – 08:53	Herdeiros do Clarín não são filhos de desaparecidos políticos
17/07 – 07:20	Argentina proíbe oferta sexual em jornais
31/08 – 19:12	Eleições levam a bate boca entre ministro e repórter na Argentina
24/09 – 07:58	Justiça argentina diz que não quer dados pessoais de jornalistas
17/10 – 08:47	Kirchner conquista apoio da mídia argentina com publicidade oficial
21/10 – 20:55	Disputa com a mídia marca gestão de Cristina Kirchner
16/12 – 01:55	Câmara argentina dá ao governo poder sobre papel-jornal

20/12 – 14:58	Empresa do grupo argentino Clarín é invadida por militares
20/12 – 20:51	Aumenta tensão entre governo e imprensa na Argentina
21/12 – 10:43	Governo argentino quer barrar operações da Cablevisión, diz diretor
21/12 – 16:07	Oposição na Argentina convoca diretores de emissora invadida
21/12 – 20:40	Senado argentino vota amanhã lei que torna papel-jornal bem público
22/12 – 07:01	Empresário critica atitude do governo argentino contra mídia independente (Entrevista com Jorge Fontevecchia, proprietário do Grupo Perfil que edita as revistas <i>Caras e Noticias</i>)
22/12 – 19:43	Senado argentino aprova controle do papel-jornal pelo Estado

O conflito é apresentado como sendo entre o governo de Cristina Kirchner e a “mídia”, que é várias vezes adjetivada de “independente”. A insistência é no sentido de fazer crer em um “conflito” constante entre o “governo argentino” e a “imprensa”. Como a “disputa com a mídia marca gestão de Cristina Kirchner”, esta se caracteriza por lançar mão de uma série de expedientes mais ou menos respaldados na legalidade – a este respeito as chamadas e as matérias costumam ser ambivalentes ou passam ao largo de uma discussão mais específica –, tais como: “fechar banca” que vende *El Clarín*, “invadir” empresas de comunicação com seus “militares”, atuar “contra a mídia independente”, “proibir” mesmo que seja a “oferta sexual” – no contexto geral, a ênfase é no “proibir”, não no que é o objeto da proibição –, cooptar com “publicidade oficial”. Trata-se, enfim, de um governo “que é “hostil com a imprensa”.

No mesmo sentido, é também significativo que, além da retransmissão com o “saiba mais”, são repetidamente publicadas nas matérias duas fotos, ao menos nove vezes ao longo de 2011, que remetem à edição de 28 de março do jornal *Clarín*. Esta foi a edição

que saiu com a capa em branco devido ao protesto patronal contra as ações sindicais que teriam restringido a circulação do jornal. Em uma das fotos aparece um senhor de idade segurando a edição com a capa em branco nas mãos. Na outra aparecem dispostas edições do mesmo dia 28 de março de *Página 12*, de *La Nación* e de um outro jornal que não dá para se identificar junto com a edição de capa em branco de *El Clarín* (Folha.com, 2011). O leitor do sítio da Folha, portanto, quase sempre que se fixa em algumas destas matérias sobre a argentina é exposto às tais fotos e à retranscrição citadas.

O jornal *Zero Hora*, por sua vez, foi muito mais incisivo em suas matérias no sentido de reforçar a visão de uma luta entre o governo argentino, ou entre o casal Kirchner e, especialmente, Cristina, e a “mídia”. A *Cablevisión* teria sido vítima de uma “invasão” policial, em “um novo capítulo da guerra travada pelo governo argentino contra a imprensa”, contra a “mídia, crítica de Cristina Kirchner”. É lembrada a proximidade da votação no Senado Argentino da lei que “expropria” a Papel Prensa e a versão do jornal *Clarín* sobre os acontecimentos é destacada (*Zero Hora*, 21 de dezembro de 2011). A matéria traz também um quadro, do tipo daquele “saiba mais” que acompanha as matérias do *Folha.com*. O seu título é: “O cerco de Cristina à mídia”. O tom do jornal sulino é muito mais belicoso do que o da *Folha*. Assim, a relação entre o governo e “os dois principais” jornais do país, *La Nación* e *El Clarín*, é apresentada como uma “briga” que teria se iniciado no governo de Nestor Kirchner, “que propôs uma reforma na lei dos meios de comunicação”. Ao “assumir o segundo mandato, Cristina, deixou claro que tem pressa em impor limites à imprensa”. A relação é apresentada como bem mais que um conflito, é uma guerra: “Cristina Kirchner declarou os jornais *Clarín* e *La Nación* inimigos da Casa Rosada”. E se segue um histórico:

- Em 27 de março, sindicatos ligados ao governo impediram os caminhões de sair do parque gráfico do *Clarín*. O motivo era um suposto protesto de motoristas. Pela primeira vez desde o retorno da democracia, o *Clarín*

deixou de circular. A medida afetou ainda o jornal esportivo *Olé*, pertencente ao mesmo grupo.

- No dia seguinte, o *Clarín* publicou uma capa em branco.¹

- Na quinta-feira da semana passada, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei segundo o qual o governo passa a controlar a fabricação, distribuição e importação de papel jornal.

- O projeto deve ser votado no Senado amanhã. O governo tem maioria para vencer. A lei abre uma brecha para que a Casa Rosada aumente a participação na Papel Prensa – a única fábrica de papel para jornais do país. Atualmente, o grupo *Clarín* e o *La Nación* são os principais acionistas (juntos, têm 71% das ações). O governo tem 27%. Órgãos de imprensa internacionais dizem que, se o governo tomar o controle da produção de papel, só haverá lugar para a imprensa oficial (*Zero Hora*, 21 de dezembro de 2011).

Dois editoriais, um da *Folha de São Paulo* e outro de *Zero Hora*, permitem sublinhar a posição destes meios que mais ou menos diretamente condicionaram o que foi veiculado ao longo de 2011 sobre o assunto como notícias, matérias, postagens e comentários.

O editorial do jornal *Zero Hora* intitulado “A invasão das liberdades” se refere ao que nele é chamado de “invasão policial do prédio da TV a cabo Cablevisión”. Inicia-se com a tentativa de universalização da questão específica que é enfocada: “é muito mais do que uma questão restrita aos cidadãos argentinos a pressão exercida, agora com violência, pelo governo da presidente Cristina Kirchner contra os meios de comunicação do país”, pois “interessa a todos os defensores das liberdades a condenação pública do episódio ocorrido esta semana”. Embora tenha tido como justificativa uma “ordem judicial” que visava investigar uma “suspeita de concorrência desleal”, trata-se de “uma situação que seria absurda em qualquer país democrático”. A disputa é apresentada como “conflitos de mercado entre concorrentes”, os quais não poderiam “ser resolvidos pela truculência policial”.

Para *Zero Hora* foi uma “invasão” que representa a

1

A foto da edição de *El Clarín* com a capa em branco é reproduzida na matéria.

“radicalização” dos “métodos do governo” visando “calar o jornalismo independente, o que inclui outras manobras, como a tentativa de controle estatal absoluto da produção e distribuição de papel para a impressão de jornais”. O editorialista traz o assunto *Papel Prensa* para o mesmo plano da “invasão” da empresa de TV. Do mesmo modo, insiste em que a ação policial, embora alegadamente sob “ordens da Justiça, para cumprir mandados de busca e apreensão”, faz parte de um “espetáculo, com o objetivo de tentar constranger não só o grupo Clarín, mas todos os veículos considerados inimigos por não estarem alinhados com a propaganda do governo”. Para o jornal *Zero Hora*, “preocupa que a agressão à empresa se sustente no pretexto de que foi autorizada por um juiz federal, o que insinua que a tática de sufocar os meios de comunicação pode estar conquistando aliados até mesmo no Judiciário”.

O editorial arremata:

Arroubos autoritários invariavelmente têm a imprensa como alvo. É uma artimanha clássica de governos inseguros, que, assim, amordaçam muito mais a sociedade do que as empresas de comunicação. Pela gravidade do fato e por suas consequências, a invasão da TV, no contexto de iniciativas antidemocráticas que vêm sendo adotadas pela senhora Cristina Kirchner, não pode ser um assunto restrito a interpretações políticas e locais. Deve ser investigada por organismos internacionais de defesa da liberdade de expressão. A imprensa independente mundial, e não só a argentina, foi ultrajada pela ação da polícia governista (*Zero Hora*, 21 de dezembro de 2011, editorial).

O editorial da *Folha de São Paulo*, por sua vez, denomina-se “O papel do 'Clarín'” e tem como subtítulo “presidente Cristina Kirchner, da Argentina, move campanha contra a imprensa discordante e tenta impor no país a ditadura da maioria”. Em geral, vai no mesmo sentido do editorial de *Zero Hora*, deixando, porém, mais explícito que, “diferente do Brasil, que ao se democratizar exorcizou seu passado populista, na Argentina uma herança petrificada continua a sufocar as instituições políticas”. Para a

Folha, a “recessão devastadora do governo Fernando de la Rúa, forçado a renunciar em 2001” levou a Argentina a um “populismo renitente, ideologicamente dúbio e animado pela nostalgia de um passado mítico”.

Ao insistir no “populismo”, o jornal sociologiza os argumentos de que se nutre para sustentar sua posição, lançando mão de uma categoria, conceitualizada há muito nas ciências sociais brasileiras, especialmente àquelas cultivadas na Universidade de São Paulo (USP), que têm como expoentes muitos ex-membros importantes dos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), como, além do próprio presidente, Francisco Weffort, um teórico e estudioso do populismo no Brasil, e Arthur Giannotti. Isso tem um efeito importante, pois remete a um conceito muito trabalhado para a própria situação brasileira, com um forte apelo e tom pejorativos, sendo que, inclusive, já há proposições no sentido de abandoná-lo para efeitos das análises acadêmicas por seu parco valor heurístico (GOMES, 2001, p. 17-57).

O editorial da *Folha* segue traçando um histórico da assunção do “peronista Néstor Kirchner” à presidência, o qual teria se beneficiado da “avidez mundial por commodities como soja e trigo, tornando-se governante popular”, logrando eleger “com facilidade a mulher Cristina, então senadora, para sucedê-lo”. Cristina, por sua vez, também se beneficiaria da “mesma onda econômica” e se reelegeria para um segundo mandato devido ao seu “carisma de viúva num país cuja história política cultua certo elemento de morbidez”. O resultado é que “se todo governo tende ao abuso do poder, o governo favorecido pela popularidade tende ainda mais”. Assim, “sobrevive o costumeiro cortejo de desmandos de todo governo que pretende exercer a ditadura em nome da maioria: aprovação de leis autoritárias num Congresso obediente, pressões sobre um Judiciário amedrontado, intimidações de todo tipo contra a imprensa e, claro, farta subvenção para periódicos e emissoras dóceis ao poder”. Caracteristicamente “populista”, pois, o caso argentino, no entanto, não seria diferente da “regressão neopopulista que atingiu a Venezuela, a Bolívia e o Equador”.

Esse governo “neopopulista” levou à “guerra de Cristina Kirchner contra a imprensa”, sendo seus “alvos os jornais "La Nación" e "Clarín", sobretudo este último, núcleo do maior grupo de comunicações do país, com predomínio também na TV e internet” e que, de início, “moderadamente simpático aos Kirchner”, findou por se “deslocar” para a “oposição empurrado por um governo que demanda rendição incondicional”. O editorial finda com:

Teve início uma sanha persecutória, cuja desfaçatez nem dissimula o intuito de calar toda voz dissidente. Desde boicotes e investigações fazendárias até a tentativa de tomar da empresa sua fábrica de papel (da qual o governo é sócio minoritário) – tudo em sido tentado contra o "Clarín".

Ainda que acusações de práticas oligopolísticas dirigidas ao grupo possam ter fundamento, o que resta comprovar, ele representa hoje a resistência ao abuso do poder e a promessa de uma democracia de verdade na Argentina (*Folha de São Paulo*, 22 de dezembro de 2011, editorial).

Apesar de ser preciso ter sempre em conta a separação, para efeito de uso como fonte, das diferentes partes ou segmentos que os periódicos diários apresentam, como o que é opinião editorial, opinião de colunistas e, dentre estes, quais são regulares e quais são esporádicos ou sazonais, do que é o noticiário propriamente dito, além de outros recortes possíveis, nesse caso, como em outros tantos, pode ser percebido tanto um efeito de campo, num sentido amplo que congrega a imprensa mundial como um todo e o que os jornalistas individualmente tomados acreditam ser seu ofício, quanto uma espécie de prevenção por parte de duas grandes empresas de comunicação brasileiras, equivalentes em termos empresarias com o Grupo Clarín, quanto ao que poderia acontecer no Brasil, segundo o que elas próprias antecipam ou buscam prever como prevenção, fazendo do caso argentino uma questão universal: "ataque à democracia".

De modo geral, mais implicitamente no caso das matérias noticiosas e explicitamente no caso dos editoriais, a comparação do caso argentino com o brasileiro é sempre presente. E, sendo

assim, é interessante lembrar de um episódio ocorrido no Brasil na década de 1980. Então, foi veiculada no país uma campanha publicitária de uma vodca de marca Orloff. Na propaganda de televisão, aparecia um sujeito pedindo uma vodca a um garçom. Ele é interpelado por um outro sujeito idêntico a ele próprio, de muito bom humor, vestindo um roupão, como se recém se levantasse da cama pela manhã, que intercepta o copo e diz para o garçom trocar para a vodca Orloff. Estranhando a situação, o primeiro sujeito pergunta ao outro: “quem é você?”. O outro responde: “eu sou você, amanhã”, dando a entender que se tomar Orloff não ficará com ressaca no dia seguinte (vários dos reclames da série podem ser encontrados no sítio *You Tube* na internet).

Numa década na qual os planos econômicos se sucediam tanto na Argentina quanto no Brasil, na mídia e em alguns meios tecnocráticos, especialmente entre os economistas, então figuras carimbadas nos programas televisivos e nas colunas dos jornais, se criou o bordão “eu sou você amanhã” para se referir ao Brasil em relação com a Argentina, pois a última seria sempre pioneira em planos econômicos salvacionistas, políticas públicas ou reformas institucionais que o Brasil seguiria logo depois. Ou seja, a comparação entre os dois países é já antiga na mídia brasileira, sendo que a situação em pauta vai na mesma esteira. Porém, no caso mais recente, o sentido geral mudou, pois a ideia-força não é mais a de que o Brasil seguiria a Argentina, ao contrário, o espelho se inverte e o que é mostrado a esse respeito é que o Brasil não deve ser confundido ou se confundir com a Argentina, embora isso não possa ser descartado.

Com a vitória eleitoral recente, em 2015, do candidato Mauricio Macri no país vizinho, não foram poucos os comentaristas que saudaram o “fim do kirshenismo”. Caio Blinder, colaborador da *Jovem Pan*, abrigada no portal Uol, do Grupo Folha de São Paulo, coloca como título de sua coluna: “Vitória de Macri na Argentina é derrota do lulopetismo e do bolivarianismo” (*Jovem Pan*, 24 de novembro de 2015). Ao que tudo indica, para uma parte substancial da grande imprensa no Brasil, agora se tornava novamente desejável um novo “efeito Orloff” aos moldes daquele dos anos 1980, o que ocorreria pela força no golpe de estado de

2016 que destituiu a presidenta eleita do Brasil Dilma Rousseff e pôs no governo seu então vice-presidente.

A *Folha* sustentar que o Brasil teria já “exorcizado” seu “passado populista”, enquanto que Argentina, Venezuela e Bolívia teriam a ele “retrocedido” sob a forma do chamado “neopopulismo”, aparecia, antes da vitória de Macri, como uma “análise” bastante conveniente. Buscando em uma certa sociologia uspiana a explicação para o que ocorria na Argentina, procurava-se construir uma diferença entre ela e o Brasil que poderia servir como uma espécie de prevenção. Neste caso, a pessoa da presidenta Cristina aparece mais como circunstancial, afinal, é ela a líder populista, e sobressaem-se as condições histórico-sociológicas que teriam levado a América do Sul a um caminho “neopopulista”, por um lado, ou a situações como as do Brasil, não bem definidas, mas que teriam “exorcizado” seu passado “populista”. E isso com o reforço que uma chancela supostamente científica pode caucionar.

Nisto reside uma diferença importante entre o que sustentava o jornal *Zero Hora*, que esposava uma posição bem menos sofisticada em comparação com a do outro grupo empresarial aqui em pauta, e a *Folha de São Paulo*. De modo geral, por critérios estritamente jornalísticos e intelectuais, mas também políticos, a cobertura e as posições assumidas pelo Grupo Folha é muito mais sofisticada do que a do Grupo RBS (entre outras coisas, o primeiro mantinha na Argentina uma correspondente fixa). A RBS parte de uma posição puramente político-ideológica: a liberdade é um valor em si que é ameaçado por governantes moral e eticamente problemáticos. Por isso a insistência na figura pessoal da presidenta argentina. É uma posição que reproduz o discurso político-partidário dominante que busca a demonização dos adversários, seu descrédito, como arma de luta (BOURDIEU, 1989). Já para a *Folha*, o problema é o “populismo” ou o “neopopulismo”, derivado das frustrações populares que fazem o povo se voltar para um líder carismático como alternativa para a salvação de sua própria pele. Trata-se de uma posição mais sofisticada no sentido de lançar mão da sociologia para sustentar que os desmandos e desvios vêm do regime em si e das condições

que o permitem. O governante aparece como foco de crítica e condenação não necessariamente pelo seu caráter, por sua pessoa, mas por ser a encarnação do populismo como sua liderança central.

De qualquer modo, mesmo com essa discordância, em essência ambos os grupos empresariais convergem quanto aos seus objetivos gerais e efeitos políticos pretendidos. Nesse sentido, um outro editorial de *Zero Hora* denominado “mudança de rumo” parece resumir o que seria o receio dos grandes grupos monopolísticos de imprensa no Brasil:

Felizmente, o governo Dilma começa a emitir sinais de que está mudando o rumo do debate sobre o novo marco regulatório do setor de comunicações. Ao que tudo indica, sairão de cena velhos ranços ideológicos, entre os quais a campanha pelo veto à propriedade cruzada de veículos de informação e a obsessão pelo controle social da mídia, e entrarão em discussão temas objetivos como a própria liberdade de imprensa, a qualidade dos conteúdos e o cumprimento rigoroso dos preceitos constitucionais (*Zero Hora*, 31 de janeiro de 2011, p. 18).

Ainda segundo o jornal, isso possibilita a “perda de espaço” para o “discurso radical que flertava com o autoritarismo” em benefício do “viés técnico para a construção de um projeto consistente, que contemple as demandas do público e as necessidades do setor”. O então ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, teria garantido que o assunto ainda se encontrava em estudo e que “não tomará nenhuma decisão antes de fazer consultas públicas”. De qualquer modo, “tudo será submetido ao crivo do Congresso Nacional”. Para o editorialista, o país não deveria perder “tempo e energia com impasses ultrapassados, como o do veto à propriedade cruzada”. Essa parece ser uma questão delicada para o Grupo RBS, proprietária de vários jornais, canais de TV e emissoras de rádio. Assim, o editorial lança mão de argumento “técnico”, pois a “própria tecnologia se encarregou de derrubar este conceito, pois a convergência das mídias fez com que informações, dados e imagens passassem a trafegar

simultaneamente em todas as plataformas”. Deste modo, “já não faz mais sentido analisar a comunicação apenas sob a ótica dos meios tradicionais – rádio, televisão e jornal”. Tudo isso porque o “mundo mudou, os caminhos de acesso à informação e ao entretenimento se multiplicaram”. É assim que seria “coerente” uma “proposta de implantação de um modelo que considere a convergência das mídias”, de modo que a Anatel seria obrigada também a “se atualizar, uma vez que a agência reguladora continua tratando os meios de comunicação de forma isolada”.

O esforço em marcar o suposto “argumento técnico” levaria sim, ainda segundo o editorial do jornal, à necessidade da “revisão do marco regulatório do setor”, mas, nessas novas condições, por si só já estaria dada a “tão falada democratização dos meios, que é regulada pelo próprio mercado”. Assim, “tornam-se absolutamente desnecessários mecanismos estatais de controle, como o polêmico Conselho Federal de Jornalismo que chegou a ser proposto à administração anterior”. Como cerne da argumentação, o editorial sublinha: “o melhor controle social da mídia – como disse mais de uma vez a presidente Dilma Rousseff – é o controle remoto, que dá liberdade ao indivíduo para selecionar os canais que deseja ver e a escolher os veículos que melhor atendem suas demandas”. De onde se advoga que seriam as próprias “empresas de comunicação” que desenvolveriam seus “instrumentos de autorregulamentação” os quais iriam ao encontro de “satisfazer as exigências do público” e “dar transparência às relações com os usuários de seus serviços”.

Para concluir, o editorialista escreve:

É extremamente saudável, portanto, essa mudança da visão retrógrada para um debate objetivo, técnico e desideologizado. Os sinais que vêm sendo emitidos à sociedade pela presidente Dilma Rousseff e pelo ministro Paulo Bernardo são altamente positivos, pois contemplam acima de tudo os interesses do público e do país. A liberdade de expressão não é uma prerrogativa dos meios e dos profissionais de comunicação – é um direito sagrado e constitucional dos cidadãos brasileiros (*Zero Hora*, 31 de janeiro de 2011, p. 18).

Em outros editoriais e matérias essa questão que envolve a “liberdade de escolha” associada à “liberdade de expressão” é constantemente ressaltada. Argumentos supostamente técnicos, embora profundamente políticos e que evitam até mesmo os argumentos legais, ou melhor, evitam uma remissão à legislação do setor, são bradados como forma de evocar uma eventual necessidade de “desideologizar” o debate. A questão da “regulação da mídia”, sob este ponto de vista, deve ser, enfim, da alçada das escolhas individuais e da liberdade de expressão. Nesta representação, as empresas midiáticas são apresentadas como defensoras e interpretes das liberdades contra eventuais, ou persistentes, ameaças do Estado, como no caso de sua forma “deturpada”, o neopopulismo.

Há no Brasil, evidentemente, muitos intelectuais, jornalistas, entidades de classe e sindicais, partidos políticos, inclusive muitos militantes do Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual pertencem o ex-presidente Lula da Silva e a presidenta deposta Dilma Rousseff, que advogam a necessidade de que leis mais duras e ações mais decisivas do governo regulem e controlem mais fortemente as atividades nesse setor. Tudo em nome de uma maior “representação” da sociedade nos meios.

Nesta disputa, portanto, é do interesse empresarial, mas também político, das grandes companhias do setor de mídia que sejam sustadas as tentativas e truncados os debates em torno de legislações que venham de encontro a seus interesses. O que fica posto e reforçado é que o que parece ser o grande “problema” enfrentado pela “imprensa livre” na Argentina, poderia também vir a ser um “problema” para ela, segundo ela mesma, no Brasil.

Por isso o tom “marcial” ou “militante” em prol da “imprensa livre” por parte dos grandes grupos midiáticos brasileiros, para os quais ela estaria sofrendo “violências” e “ataques” em uma “guerra” que não teria declarado, mas dela sido vítima, uma vez que poderosos presidentes “populistas”, “violentos”, “revanchistas” assumiram o poder em países vizinhos. As referências fazem lembrar a “guerra contra o crime” ou a “guerra contra as drogas” dos noticiários policiais. O espaço de

significações já está estabelecido e consagrado, basta trocar traficantes e criminosos comuns por políticos populistas e as suas vítimas, os “cidadãos de bem” pela “imprensa livre” e a “sociedade livre”. De um lado a “Liberdade” e a “Sociedade”, de outro o “arbítrio”, a “violência”, o “populismo”. A “imprensa livre” se ergueria como baluarte contra as investidas dos “populistas” candidatos a “tiranos” mais ou menos disfarçados: Cristina Kirchner, Hugo Chávez e Evo Morales, nesse caso indistintos.

COSTURAS FINAIS:

As grandes empresas de mídia brasileiras se engajam em uma luta que é política de defesa de seus interesses empresariais e também de sua proeminência no mercado doméstico de produtos midiáticos os mais diversos. Uma das ideias-forças é a de que liberdade de imprensa é a mesma coisa que liberdade de expressão, sendo ambas os pilares básicos da democracia. Esse trabalho de imposição dessa visão a respeito de seu próprio lugar no mundo é feito diariamente pelos meios de comunicação, contando no mundo político-partidário, no mundo jurídico e no mundo empresarial com importantes adeptos e apoios de todos os lados e posições.

Como não era possível apontar para a Argentina e acusá-la diretamente de “ditadura” ou de “regime autoritário”, como é feito com rapidez e facilidade quando se trata de Cuba, como no caso da chamada “blogueira” Yoani Sánchez, apresentada como uma heroína numa luta sem quartel contra uma ditadura opressora (*Veja*, 27 de fevereiro de 2013, capa), o foco se torna o governante. No caso da Argentina, Cristina Kirchner é que concentrava em si mesma os predicados de quem passava a operar a “perseguição” da “mídia independente”, atentando contra a “liberdade de expressão” e a “democracia”, pois é uma mulher “vaidosa”, “autoritária”, “vingativa”.

Apontar a presidenta da Argentina como a responsável pelo que se está apresentando como perseguição, violência, autoritarismo, arbitrariedade e assim por diante não visava diretamente a Argentina e os efeitos que isso poderia ter lá, mas o

próprio Brasil e a interferência direta nos rumos que poderiam tomar aqui políticas públicas de regulamentação e controle do setor. A vigilância ou o enquadramento do governante se torna essencial, pois, dado o protagonismo que os chefes do Executivo têm no mundo latino-americano no que diz respeito à condução de políticas públicas, assim se pode afirmar que pouco ou nada mudará nessa área de atuação cultural, empresarial e, como é sustentado aqui, política.

Antes mesmo do golpe de estado de 2016, a estratégia dava resultados favoráveis aos interesses dos grandes grupos empresariais de mídia, pois, a se julgar pelo que era manifestado por agentes do governo de então, como o ministro das Comunicações Paulo Bernardo (*Carta Capital*, 03 de abril de 2013, p. 27-31), tais interesses não somente seriam respeitados como contemplados com mais concessões à liberdade de imprensa e à liberdade de empresa como liberdade *tout court*. A relação com a Argentina no momento atual, no entanto, está convenientemente suspensa. Retornando aos noticiários com a vitória eleitoral de Macri, o qual suspendeu os efeitos da *Ley de Medios* e a suposta "guerra" a eles, o país platino logo sumiu do foco dos noticiários em função do que ocorreu no próprio Brasil, um golpe de estado fartamente apoiado e sustentado pela totalidade das grandes empresas do setor midiático no país. A questão é que o receituário neoliberal novamente aplicado na Argentina, o que traria de volta de fato um novo efeito Orlof, pois o mesmo se seguiria no Brasil, têm arrastado aquele país para uma terrível crise social sem solucionar a crise econômica. O governo golpista que se instalou no Brasil segue o mesmo receituário e as consequências absolutamente previstas e previsíveis são as mesmas. O efeito Orlof não tem mais interesse para a mídia brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando, KORNIS, Mônica Almeida (org.). *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

- ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica, investigação social & enquête operária*. São Paulo, Pólis, 1987, p. 137-151.
- BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo, Zouk, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política – elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, DIFEL, 1989, pp. 163-207.
- BOURDIEU, Pierre. Os doxósofos. In: THIOLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica, investigação social & enquête operária*. São Paulo, Pólis, 1987, p. 153-167.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- BRIGGS, Asa, BURKE, Peter. *Uma história social da mídia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.
- CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes, 2003, pp. 63-79.
- CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006.
- GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001 (pp. 17-57).
- GRIJÓ, Luiz Alberto. A MÍDIA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI:

DESAFIOS DA PESQUISA HISTÓRICA In: FERREIRA, Marieta de Moraes; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). História do tempo presente. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2014, p. 279-298.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Universitário, 2003.

LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo, Paulus, 2005.

MAC COMBS, Maxwell. *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Rio de Janeiro, Vozes, 2009.

MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tânia Regina de (org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2008.

MORAES, Dênis de. *Vozes abertas da América Latina: Estado, políticas públicas e democratização da comunicação*. Rio de Janeiro, Mauad X/Faperj, 2011.

RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro, e-papers, 2004.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Claudia. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis, Insular, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

REFERÊNCIAS FONTES:

Carta Capital. 03/04/2013. São Paulo, Editora Confiança.

Folha de São Paulo. Sítio da internet www1.folha.uol.com.br/fsp, acessado em fevereiro de 2012.

Folha.com. Sítio da internet www1.folha.uol.com.br/mundo, acessado em fevereiro de 2012.

Jovem Pan. 24/11/2015. Sítio da internet <http://jovempn.uol.com.br/opiniao-jovem-pan/comentaristas/caio-blinder/vitoria-de-macri-na-argentina-e-derrota-do-lulopetismo-e-do-bolivarianismo.html>, acessado em 14 de janeiro de 2016: “Vitória de Macri na Argentina é derrota do lulopetismo e do bolivarianismo”

Veja. 27/02/2013. São Paulo, editora Abril.

You Tube. Sítio na internet <http://www.youtube.com>, acessado em 8 de abril de 2013: “eu sou você, amanhã. Orloff”.

Zero Hora. Caderno Dinheiro, 24 de fevereiro de 2013. Nas edições impressas citadas constam as páginas e a referência. As demais foram extraídas do sítio na internet www.clicrbs.com.br/zerohora, o qual era de livre acesso em fevereiro de 2012, quando da consulta e recolha do material. Hoje o conteúdo é pago e nem todo ele é mais disponível. Como nesse caso o que é citado é o que foi também publicado em edições impressas, apenas não foi possível referir as páginas destas.